

Universidade de São Paulo

Instituto de Arquitetura e Urbanismo

INVESTIGAÇÕES CRÍTICAS ACERCA DO URBANISMO TÁTICO

[in]congruências e disputas

Ana Carolina Martins Dias Felizardo

Universidade de São Paulo

Instituto de Arquitetura e Urbanismo

INVESTIGAÇÕES CRÍTICAS ACERCA DO URBANISMO TÁTICO

[in]congruências e disputas

Versão Corrigida

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo

Orientador: David Moreno Sperling

Ana Carolina Martins Dias Felizardo

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F316i Felizardo, Ana Carolina Martins Dias
Investigações Críticas acerca do Urbanismo Tático:
[in]congruências e disputas / Ana Carolina Martins
Dias Felizardo; orientador David Moreno Sperling. --
São Carlos, 2024.
205 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da
Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de
Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo,
2024.

1. Urbanismo tático. 2. Ações táticas. 3. São
Paulo. 4. Bottom-up. 5. Urbanismo DIY. I. Sperling,
David Moreno, orient. II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FELIZARDO, A. C. M. D. **Investigações Críticas acerca do Urbanismo Tático: [in]congruências e disputas**, 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos - SP

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: **Ana Carolina Martins Dias Felizardo**

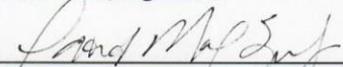
Título da dissertação: "Investigações críticas acerca do urbanismo tático: [in]congruências e disputas".

Data da defesa: **05/02/2024**

Orientador: Prof. Dr. David Moreno Sperling

Comissão Julgadora:

Resultado:



Prof. Dr. David Moreno Sperling
(IAU/USP)

Não votante

P/ 

Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira
(IAU/USP)

APROVADO

P/ 

Prof. Dr. Marcos Leite Rosa
(FAU/USP)

APROVADO

P/ 

Profª Drª Adriana Sansão Fontes
(UFRJ)

APROVADO

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família pelo suporte diário com a minha jornada para se tornar professora. Em especial, aos meus avós por serem os melhores exemplos na minha vida e aos meus pais, Márcia e Marcelo, e à irmã, Ana Júlia, por estarem sempre presentes nessa empreitada.

Aos amigos de IAU-USP, Ana Laura, Carol H. Daniel, Gabriel, Gabriela, Luiana, Miranda, Nayara, Paul, Renan e Tiago (Barba) por continuarem essa amizade durante a pós-graduação.

Às minhas amigas da pós-graduação, Amanda Fatur, Amanda Rosin, Camila, Carol Guedes, Carol Pifano, Fernanda, Gabi, Inayara, Luiza, Mariane, Mirna, Natália, e Paula pelo constante apoio e trocas, esse mestrado sem vocês não seria igual.

Aos queridos Rafael, José, Vitor (Tutu) e Gabriela Chavez, por estarem sempre ao meu lado. E a todos amigos(as) adquiridos dessa e de outras trajetórias.

A todos os amigos do grupo de desenvolvimento de jogos FOG – Fellowship of the Game – , de extensão da Caaso Hogs e do time de Dota 2, pelos momentos de lazer e diversão.

A todos meus colegas pesquisadores(as) e professores(as) do grupo de pesquisa – NEC – Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas. Como também, à toda turma de pesquisadores(as) do terceiro andar.

Aos funcionários(as) do IAU-USP pela constante disposição e zelo.

Aos professores(as) Tomás Moreira, Carolina Maziviero, Adriana Sansão e Marcos Rosa por aceitarem participarem da minha banca e, conseqüentemente, da minha vida acadêmica.

Aos professores(as) do IAU-USP pela minha formação, em especial à Amanda Saba, Luciana Schenk, Paulo Castral e Simone Vizioli.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES - 88887.660871/2022-00), pelo financiamento desta pesquisa.

Finalmente, ao meu orientador David Sperling, pela parceria desde minha iniciação científica, em 2017, pela confiança e por participar ativamente da minha carreira acadêmica.

RESUMO

Considerando o Urbanismo Tático uma resposta ambígua ao urbanismo neoliberal e entendendo suas práticas como remodelações de ações já praticadas no cotidiano, mas não oficialmente formalizadas, esta pesquisa busca compreender o contexto de criação do conceito do Urbanismo Tático nos Estados Unidos, e posterior importação do conceito e táticas para o Brasil, movimento que ocorreu de forma descontextualizada com as dinâmicas socioeconômicas brasileiras. Em "Tactical Urbanism: Short Term Actions, Long Term Change." (2011), Lydon e seus colaboradores são os primeiros a conceituarem as ações táticas como intervenções que se propõem a ter caráter voluntário e experimental, de impacto local, baixo custo, com uma resposta rápida e realista, e que incentivem o capital social. Os proponentes podem ser tanto cidadãos, como ONGs, entidades, instituições, comércios, serviços, entre outros organismos privados, como também a própria governança (Lydon *et al.* 2011). Para entender esse processo, conceituações e práticas, além de sua importação para o cenário brasileiro, será utilizado o método de estudo de caso, amparado por revisões bibliográficas e sistemáticas para contextualização do conceito, além de uma análise comparativa entre os autores nacionais e internacionais. Entrevistas com os agentes promotores de táticas urbanas e autores referência serão realizadas. Os resultados serão apurados a partir de três análises: (1) entre os posicionamentos dos textos; (2) entre as discussões presentes na literatura nacional e internacional, compondo o cerne das análises comparativas quanto à importação do conceito *versus* a origem do mesmo; e (3) entre a própria importação do conceito e a prática, através do estudo de caso. Dados os cenários internacional e brasileiro na produção das táticas urbanas e nas definições conceituais e teóricas, o Urbanismo Tático ainda é um termo em disputa, investigar as questões que o rodeiam é fundamental para entender esse processo.

Palavras-chave: Urbanismo tático; Ações táticas; São Paulo; *Bottom-up*; Urbanismo *DIY*

ABSTRACT

Considering the Tactical Urbanism as an ambiguous response to neoliberal urbanism and understanding its practices as remodeling actions already practiced in daily life, though not officially formalized, this research aims to understand the context of creation of tactical urbanism concept in the United States and subsequent importation of the concept and tactics to Brazil, that occurred in a decontextualized way with the Brazilian socioeconomic dynamics. In "Tactical Urbanism: Short Term Actions, Long Term Change." (2011), Lydon and his contributors are the first to conceptualize tactical actions as interventions that are intended to be voluntary and experimental, with local impact, low cost, with a short-term and realistic response, and that encourage social capital. Proponents can be citizens, NGOs, entities, institutions, businesses, services, among other private companies, as well as governance itself (Lydon *et al.*, 2011). To understand this process, concepts and practices, and the importation to the Brazil, the case study method will be used, supported by bibliographic and systematic reviews to contextualize the concept, as well as a comparative analysis between national and international authors. We will conduct interviews with agents promoting urban tactics and relevant authors. The results will be determined from three analyses: (1) between the statement of the texts; (2) between the discussions in the national and international literature, forming the core of the comparative analyzes regarding the import of the concept versus its origin; and (3) between the importation of the concept and the practice, through the case study. Given the international and Brazilian scenarios in the production of urban tactics and the conceptual and theoretical definitions, Tactical Urbanism is still a term in dispute, investigating the issues that surround it is fundamental to understanding this process.

Key-words: Tactical urbanism; Tactical actions; São Paulo; Bottom-up; DIY urbanism

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Diagrama das Etapas da Revisão Sistemática.....	22
Figura 02: Imagem do software StArt.	24
Figura 03: Mapa com as principais ruas com táticas urbanas visitadas.	27
Figura 04: Avenida Paulista no domingo em 2021.	28
Figura 05: Cruzamento das Avenidas Paulista e Consolação mostrando os crochês no poste.....	28
Figura 06: Parklet da Sorveteria Bacio de Latte na Rua Oscar Freire em 2021.....	29
Figura 07: Pracinha da Oscar Freire em 2021.....	30
Figura 08: Aluguel de bicicletas patrocinado pelo Ifood na Rua Oscar Freire em 2021.	30
Figura 09: Mobiliário no Largo da Batata em 2021.....	31
Figura 10: Mesa no Largo da Batata em 2021.	32
Figura 11: Bancos na Floresta de Bolso na Rua Butantã em 2021.	32
Figura 12: Rua General Jardim com ações de pintura e mobiliário em 2021.	33
Figura 13: Rua General Jardim com ações de pintura e vegetação em 2021.....	34
Figura 14: Mapa da segunda visita de campo.....	35
Figura 15: Diagrama com a relação de pessoas entrevistadas.	36
Figura 16: Fichas dos textos.	37
Figura 17: Mural com definições de UT.	38
Figura 18: Imagem da página do grupo Rebar no Facebook.....	39
Figura 19: Parklets do grupo DoTank no Brooklyn (NYC) - maio de 2021.....	40

Figura 20: Food-truck estacionado na zona sudoeste de Detroit - novembro de 2020	40
Figura 21: Área de Food-trucks estacionados na zona sudoeste de Detroit - julho de 2015.	40
Figura 22: Quadro resumo da dissertação.	41
Figura 23: Diagrama Design Thinking.	46
Figura 24: Quadro de Táticas Urbanas.	47
Figura 25: Food-trucks em Portland.	48
Figura 26: Parklet em Vancouver.	50
Figura 27: Fotografia de mobiliário urbano feito pelo grupo DoTank.	52
Figuras 28: Fotografia do ato Ruas Abertas em Madson (EUA).	53
Figura 29: Antigo outdoor transformado em balanços.	55
Figura 30: Intersection Repair em Los Angeles.	56
Figura 31: Exemplo de ativação num bairro dos EUA com poemas.	57
Figura 32: Exemplo de weed bombing.	58
Figura 33: Fotografia de banco improvisado em Brooklyn (NYC).	61
Figura 34: Quadro resumo da Importação do UT no Brasil.	66
Figura 35: Fotografia da ciclovia da Faria Lima presente no Plano Diretor Estratégico de SP de 2002.	68
Figura 36: Diagrama das Instâncias de Participação Popular do Plano Diretor Estratégico de SP de 2014.	68
Figura 37: Imagem do Mapa com os objetos de estudo visitados em campo.	78
Figura 38: Imagem do Mapa do Programa de Ruas Abertas.	81
Figura 39: Show do Nando Reis no Conjunto Nacional em 2021.	83

Figura 40: Paulista Aberta em 2021.....	83
Figura 41: Feira de Alimentos na Avenida Paulista (2023).....	84
Figura 42: Feira em um terreno vazio ao lado do Juizado Especial Federal (2023).....	85
Figura 43: Grupo de Zumba na Avenida Paulista (2023).....	85
Figura 44: Apresentação musical na Avenida Paulista no domingo em 2023.....	86
Figura 45: Food-truck na esquina da Al. Min. Rocha Azevedo com a Av. Paulista.	86
Figura 46: Vendedores ambulantes em frente ao Consulado Italiano.....	87
Figura 47: Táticas na Cartilha do Centro Aberto.	88
Figura 48: Praça Benedito Ramos Rodrigues em jan. 2022.	89
Figura 49: Praça Benedito Ramos Rodrigues em abr. 2023.....	90
Figura 50: Praça Manoel Lopes em dez. 2021.....	90
Figura 51: Praça Manoel Lopes em jul. 2023.....	91
Figura 52: Largo São Bento em 2021.	94
Figura 53: Largo São Bento em reforma (2023).....	95
Figura 54: Largo São Bento em reforma (2023).....	95
Figura 55: Largo do Paissandú com policiamento, 2023.	96
Figura 56: Largo do Paissandú, 2023.	97
Figura 57: Largo do Paissandú, jan. 2023.	97
Figura 58: Cruzamento na Liberdade, 2021.	98
Figura 59: Rua Galvão Bueno, 2021.....	98
Figura 60: Rua Galvão Bueno, 2023.....	99
Figura 61: Feira hippie na Liberdade, 2023.....	100

Figura 62: Feira de domingo na Liberdade, 2023.....	101
Figura 63: Liberdade à noite, 2023.....	101
Figura 64: Bancos na Praça Padre Bento, 2023.....	102
Figura 65: Deck de madeira na Praça Padre Bento, 2023.....	103
Figura 66: Equipamentos de Ginástica na Praça Padre Bento, 2023.....	103
Figura 67: Praça Padre Bento, 2023.....	104
Figura 68: Imagem do catálogo.....	106
Figura 69: Ação em Miguel Paulista.....	107
Figura 70: Intervenção de um dia em Santana, 2017.....	109
Figura 71: Mini rotatória em Santana, 2023.....	111
Figura 72: Travessia de pedestres na rua Salete, 2023.....	112
Figura 73: Cruzamento em Santana, 2023.....	113
Figura 74: Parklet na Rua Maria Antônia durante o Design Weekend, 2013.....	114
Figura 75: Imagens do Segundo Manual de Implementação dos Parklets em São Francisco (CA).....	116
Figura 76: Imagens do Manual de Implementação dos Parklets em São Paulo.....	117
Figura 77: Parklet em frente à praça.....	118
Figura 78: Parklet em frente ao Sesc em Campo Limpo.....	119
Figura 79: Parklet com azulejos dos escritórios Estúdio HAA! com a Soul Urbanismo.....	121
Figura 80: Parklet da marca Heineken, 2017.....	121
Figura 81: Parklet da Ben&Jerry's em 2017.....	122
Figura 82: Parklet da American Express, 2023.....	122

Figura 83: Parklet na Oscar Freire em frente à Galeria Jardins, 2023.....	124
Figura 84: Parklet na Oscar Freire número 1057, 2023.....	125
Figura 85: Parklet Municipal da Subprefeitura de Santana, 2023.....	126
Figura 86: Detalhe do Parklet Municipal da Subprefeitura de Santana, 2023.	126
Figura 87: Parklet na Rua Padre João Manuel em 2017.	127
Figura 88: Parklet na Rua Padre João Manuel em 2021.	128
Figura 89: Desmonte do Parklet na Rua Padre João Manuel em 2023.....	129
Figura 90: Parklet na Rua Padre João Manuel em 2023 desmontado.	129
Figura 91: Remontagem do Parklet na Rua Padre João Manuel em 2023.....	130
Figura 92: Diagrama com as táticas.....	131
Figura 93: Linha do tempo dos textos brasileiros.....	142
Figura 94: Diagrama de Sankey do posicionamento dos textos e a relação das referências nacionais e internacionais de Urbanismo Tático (UT) utilizadas quantitativamente.	145
Figura 95: Diagrama de Sankey com os autores (as) e relação das referências nacionais e internacionais de Urbanismo Tático (UT) utilizadas quantitativamente.	147
Figura 96: Quadro resumo dos estudos de caso avaliados pelos seis critérios estabelecidos.....	175
Figura 97: Quadro resumo dos casos de estudo avaliados pela classificação de UT por Lydon <i>et al.</i> (2012).	178

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Gráfico de barras quanto aos posicionamentos dos textos nas sete novas categorias.....	25
Gráfico 02: Táticas abordadas nos textos.....	141
Gráfico 03: Publicações por ano.....	142
Gráfico 04: Tipo de Publicação.....	143

LISTA DE ABREVIATÖES

BID - *Business Improvement Districts* (Setores de Melhoramento Empresarial)

DIY - *Do-It-Yourself* (faça-você-mesmo)

EMURB – Empresa Municipal de Urbanismo

FNB - *Food not Bombs*

IAU - Instituto de Arquitetura e Urbanismo

IC - Iniciação Científica

NYC - *New York City* (Cidade de Nova Iorque)

PPGAU - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo

SP - São Paulo

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TGI - Trabalho de Graduação Integrado

USP - Universidade de São Paulo

UT - Urbanismo Tático

Sumário

Introdução.....	16
Objetivo Geral.....	17
Métodos e Procedimentos de Pesquisa.....	18
Forma de Análise dos Resultados.....	19
Revisão Bibliográfica e Revisão Sistemática.....	21
Pesquisa de campo.....	26
Entrevistas.....	35
Outros processos ao longo da pesquisa.....	37
Estrutura da Dissertação.....	41
Seção 1 - Uma década de Urbanismo Tático no Brasil.....	42
1.1.0 Urbanismo Tático.....	42
1.1.1. As táticas.....	47
1.1.2.Outros termos associados.....	59
1.1.3.As cidade-padrão.....	62
1.2.Importando o conceito e práticas de Urbanismo Tático para o Brasil.....	65
1.3.Contradições iniciais das ações táticas no Brasil.....	74
Seção 2 - Casos de Estudo.....	77
2.1.Ruas Abertas.....	78
2.1.1.A Paulista Aberta.....	82
2.2.Centro Aberto.....	88

2.3. Remodelação de cruzamentos e vias	105
2.3.1.A intervenção em Santana	107
2.4.Parklets.....	114
2.4.1.Parklet na Rua Padre João Manuel	127
2.5. Remanescências	131
Seção 3 - Desdobrando os conceitos de Urbanismo Tático	137
3.1.0 debate brasileiro.....	138
3.2.0 debate internacional.....	154
3.3.Entremeios dos debates.....	166
Considerações Finais	180
Referências.....	184
Apêndice.....	197

Introdução

A presente Dissertação de Mestrado é referente ao período de fev/2020 a dez/2023 das atividades referentes à pesquisa intitulada "Investigações Críticas acerca do Urbanismo Tático: [in]congruências e disputas", com apoio financeiro da CAPES (processo número 88887.660871/2022-00) a partir de jan/2022.

A pesquisa está integrada aos conhecimentos já produzidos pelo grupo NEC - Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos (IAU), dentro do Subgrupo de Práticas Urbanas Contemporâneas, do qual a mestranda também fez parte com anterior pesquisa de Iniciação Científica FAPESP intitulada "Os Parklets na Cidade de São Paulo – Projetos e Apropriações" entre abr-2017/mar-2018. Antes de iniciar o mestrado a pesquisadora realizou, de set-2018/fev-2019, 6 meses de bolsa de Capacitação Técnica nível III (TT- 3) FAPESP pelo projeto *HighRise – living and the inclusive city*, orientado pelo Prof. Manoel Rodrigues Alves, o qual também possui uma linha de estudos voltada ao Urbanismo Tático, temática igualmente presente no projeto *HighRise* como um subtema. Também adensam os conhecimentos acerca das ações táticas o TGI (Trabalho Integrado de Graduação) intitulado "Experiências de Urbanismo Tático na Cidade de São Carlos – Estudos ao Longo do Córrego do Gregório".

O projeto de Mestrado propõe a continuidade dos estudos iniciados pela pesquisadora, mais precisamente pelas questões discutidas, mas não inquiridas, durante a iniciação científica, dentre elas: a problemática da importação das ações táticas ao cenário brasileiro, desconsiderando as dinâmicas urbanas comuns e as ações informais¹, bem como a trajetória de formação do conceito de Urbanismo Tático nos Estados Unidos por Lydon *et al.* (2011). Assim, amplia-se o escopo da pesquisa anterior como meio de estabelecer uma contextualização e definição desses tipos de ações atuais e atuantes no espaço urbano. O paralelo com os estudos estadunidenses constitui esse contraponto entre o idealizado *versus* o concreto e a importação *versus* a execução, sendo, assim, chave de comparação da pesquisa.

¹ Durante toda a dissertação o termo "ações informais" se referirá às ações similares ao urbanismo tático, mas que não foram enquadradas no mesmo, seja por questões estéticas, sociais, econômicas e/ou políticas.

Ressalta-se que esse mestrado está dentro de um campo ainda não explorado no Brasil, portanto singular, uma vez que as considerações e críticas já realizadas sobre o Urbanismo Tático não tomam como questão central os processos de importação do conceito, o qual ocorre e ocorreu de forma descontextualizada com as dinâmicas socioeconômicas do Brasil. Dada a atualidade desses fatos e o impacto direto na conformação das cidades brasileiras, reforça-se a relevância da pesquisa.

Ao iniciar os estudos no programa de Pós-Graduação do IAU em 2020, a mestranda tinha como objetivo de pesquisa comparar as ações nomeadas de Urbanismo Tático, ou seja, intervenções físicas nas cidades com baixo-custo, rápida execução e que promovam capital social; com ações urbanas informais, similares às primeiras, mas sem a designação de Urbanismo Tático. Conforme o método de pesquisa de estudo de caso, utilizando-se de ferramentas como entrevistas, visitas a campo e catalogação de parte dessas intervenções táticas e ações informais circunscritas à cidade de São Paulo.

No início do ano de 2021, quando confirmado prolongamento do isolamento social e continuidade das medidas sanitárias referente à Pandemia de COVID-19, algumas alterações foram necessárias. Manteve-se a temática do Urbanismo Tático, porém, com um enfoque mais teórico e amparado por revisão sistemática, considerando a produção nacional e internacional, seja de fontes primárias ou secundárias. O conteúdo referente às ações informais foi suprimido, uma vez que ele seria primordialmente reconhecido através do próprio trabalho de campo, o qual seria feito ao longo de várias semanas e em diferentes bairros da cidade de São Paulo. Portanto, é notória a significativa alteração na pesquisa como um todo e, conseqüentemente, seu andamento.

Objetivo Geral

A pesquisa tem como objetivo central estudar a importação do conceito e práticas do Urbanismo Tático (Lydon *et al.*, 2011) para o Brasil, considerando tais como modos de produção das cidades contemporâneas.

Objetivos Específicos

__Entender a conjuntura do surgimento, implementação e adoção dos conceitos e das ações táticas nos Estados Unidos;

__Entender a conjuntura da importação e adoção do conceito e das ações táticas urbanas em São Paulo e contextualizar esse processo;

__Identificar os teóricos do urbanismo tático no Brasil e nos Estados Unidos para entender as relações de disputa em relação ao termo;

__Exemplificar esse processo através das ações táticas: *Parklets*, *Chair bombing*, *Open/Play streets* e *Intersection repair*.

Métodos e Procedimentos de Pesquisa

_Fundamentação e contextualização do surgimento do termo Urbanismo Tático e da normatização de algumas práticas nos EUA, bem como de sua importação para o Brasil, abordando, paralelamente, questões políticas, sociais e econômicas. Foi empregado o procedimento de revisão sistemática e documental (Groat; Wang, 2013), previsto na **Etapa B**. Foram considerados assuntos referentes à temática como: Urbanismo Tático, urbanismo DIY, microplanejamento, planejamento integrado, entre outros. Englobou buscas em livros, periódicos, teses e dissertações, revistas de arquitetura e design, sites, manuais, legislações, documentos, diários oficiais, entrevistas, vídeos, fotografias, desenhos, entre outros (**Etapa C**).

_Utilização do método de estudo de casos (Groat; Wang, 2013) na cidade de São Paulo, circunscrito às ações do Urbanismo Tático: *Parklets*, *chair bombing*, *Open/Play streets* e *Intersection repair* (**Etapa J**).

_Categorização dos autores e textos como forma de melhor estabelecer paralelos, questões tangentes e diferenças entre os conceitos utilizados (**Etapa D**). Para tanto, foram organizadas fichas catalográficas nas quais constaram: título, autor, data, conceitos utilizados, referências, palavras-chave, visão sobre o Urbanismo Tático, entre outras. Como complementação das visões e posicionamentos dos autores quanto à temática, foram realizadas entrevistas semi estruturadas com alguns dos mesmos (**Etapa I**);

_Sistematização das informações e dados coletados somados à produção ao longo da pesquisa, que foram ser apresentados como peças gráficas (**Etapa E e F**), possibilitando um embasamento sólido e crítico para as posteriores análises, reflexões e conclusões, de maneira a compreender o objetivo da pesquisa.

_Análise comparativa entre a visão e conceituação dos autores, também considerando a produção nacional x internacional.

Forma de Análise dos Resultados

A pesquisa desenha-se segundo quatro momentos: (1) o delineamento de um panorama conceitual sobre Urbanismo Tático, (2) a compreensão de como o conceito de Urbanismo Tático foi importado para o Brasil; (3) a comparação dos aportes teóricos, considerando fatores socioeconômicos e políticos, referências e teorias utilizadas na construção desses pensadores; e (4) análise dos casos de estudo conforme teoria, visitas de campo e entrevistas.

Para tanto, quatro análises se tornaram fundamentais: (1) entre o embasamento teórico a partir da revisão sistemática (livros, artigos, teses, manuais, legislações, fotografias, vídeos, entrevistas, sejam fontes primárias ou secundárias) encontrados na literatura internacional e na brasileira; (2) entre os posicionamentos dos autores; (3) entre as discussões presentes na literatura nacional e internacional, compondo o cerne das análises comparativas quanto à importação do conceito *versus* a origem do mesmo; e (4) entre a própria importação do conceito e a prática, através do estudo de caso.

Etapas de Trabalho

Etapa A_ Disciplinas do Programa de Pós-Graduação. Cumprimento de disciplinas do Programa de Pós-graduação relacionadas à temática do projeto de Mestrado na USP - São Carlos;

Etapa B_ Revisão Sistemática e bibliográfica dos temas tangentes à pesquisa, tais como Urbanismo Tático, ações informais no espaço urbano, políticas públicas referentes às táticas urbanas, entre outros explicitados no decorrer na Introdução.

Etapa C_ Coleta de Materiais Gráficos (manuais, fotografias, desenhos técnicos de design/arquitetura, etc) complementou o aporte teórico.

Etapa D_ Mapeamento das publicações, autores e conceitos, como forma de entender relações entre essas três instâncias, as vezes não visíveis a uma primeira aproximação, mas que se tornam claras quando especializadas.

Etapa E_ A Leitura e Análise do material apreendido, realizando fichamentos e sistematizando as informações, será uma constante ao longo da pesquisa para que o pano de fundo das questões reveladas no decorrer da mesma seja consistente e dê suporte para posteriores conclusões.

Etapa F_ Ao longo da pesquisa foram produzidas peças gráficas como mapas, infográficos, diagramas, entre outras, a fim de não só ilustrar os conhecimentos adquiridos, mas também corroborar com uma leitura fácil e rápida dos saberes aprendidos.

Etapa G_ Exame de Qualificação.

Etapa H_ Produção de textos científicos periódicos e participação em eventos, sejam eles nacionais ou internacionais.

Etapa I_ Entrevistas com alguns autores, os quais foram selecionados a partir do seu posicionamento teórico e crítico sobre o conceito de Urbanismo Tático, abarcando diferentes colocações.

Etapa J_ Visitas de Campo baseadas no estudo de casos.

Etapa K_ Elaboração da Dissertação e realização da Defesa de Mestrado.

Revisão Bibliográfica e Revisão Sistemática

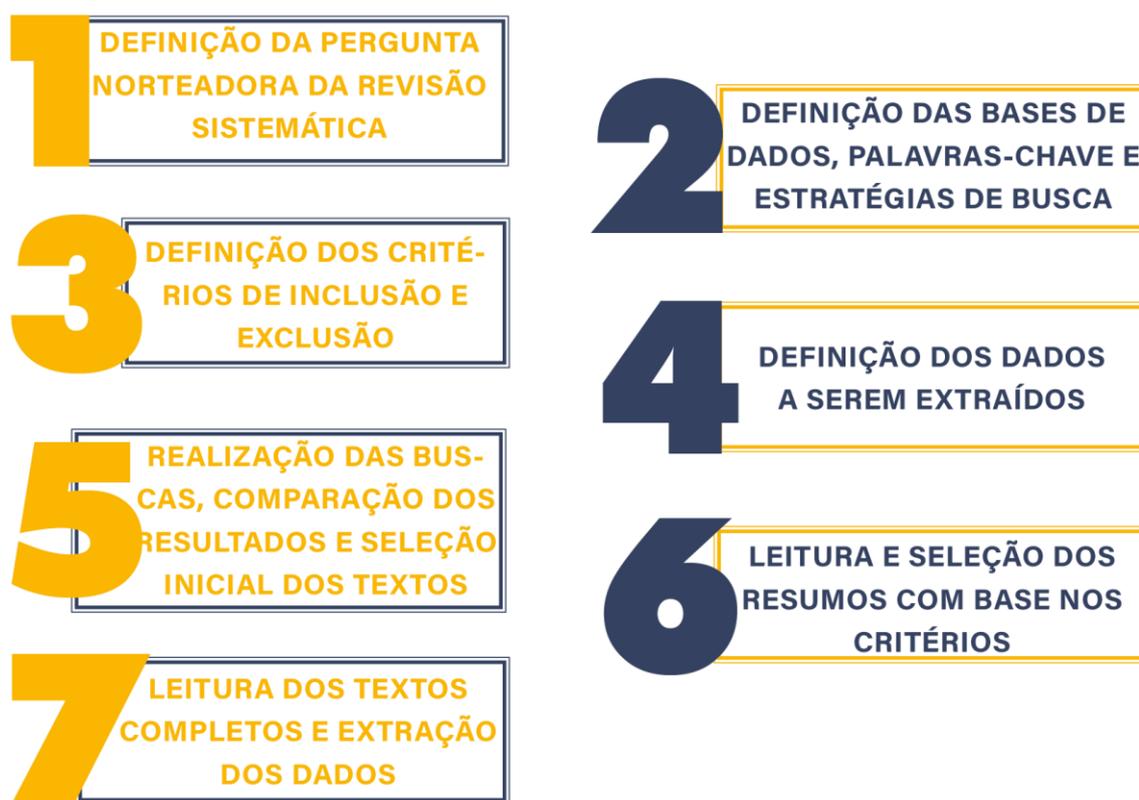
Fizemos uso de duas formas de revisão da literatura sobre o tema objeto da pesquisa, a revisão bibliográfica e a sistemática. Vale destacar a diferença entre ambas, uma vez que podem ser confundidas devido aos nomes similares, assim a revisão bibliográfica pode ser entendida como o estado da arte sobre o assunto e a revisão sistemática como uma coleta de dados e informações específicas para a pesquisa, seguindo critérios rígidos para que possa ser replicada. Abaixo, apresentamos dois trechos com intuito de elucidar essa distinção:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua formalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (Lakatos, 2003, p. 183.)

[a] revisão sistemática (sinônimos: systematic overview; overview; qualitative review) é uma revisão planejada para responder uma pergunta específica e que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, e para coletar e analisar os dados destes estudos incluídos na revisão. (Botelho; Macedo; Fiado, 2010, p. 3.)

É importante destacar as etapas da revisão sistemática, bem como sua ordenação, pois, partem de procedimentos definidos, os quais devem ser seguidos em sua ordem e com rigor necessário para terem validade como procedimento de pesquisa. Assim, as resumimos no diagrama a seguir (Figura 01):

Figura 01: Diagrama das Etapas da Revisão Sistemática.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Desde a elaboração do projeto de pesquisa, realizamos três revisões bibliográficas: a primeira para concepção do projeto, identificou 64 títulos nacionais e internacionais, além de algumas leis, todos ligados à temática do Urbanismo Tático no Brasil e no mundo². Já a segunda, foi realizada ao longo do primeiro semestre do mestrado, com intuito de verificar e reavaliar a revisão bibliográfica anterior, além de acrescentar títulos ligados aos estudos de caso da primeira versão do projeto (*food-trucks* e vendedores ambulantes de comida). A terceira e última ocorreu depois da qualificação de mestrado e foi específica para contemplar os estudos de casos e artigos internacionais sobre UT entre 2020 e 2023, abarcando a produção atual internacional.

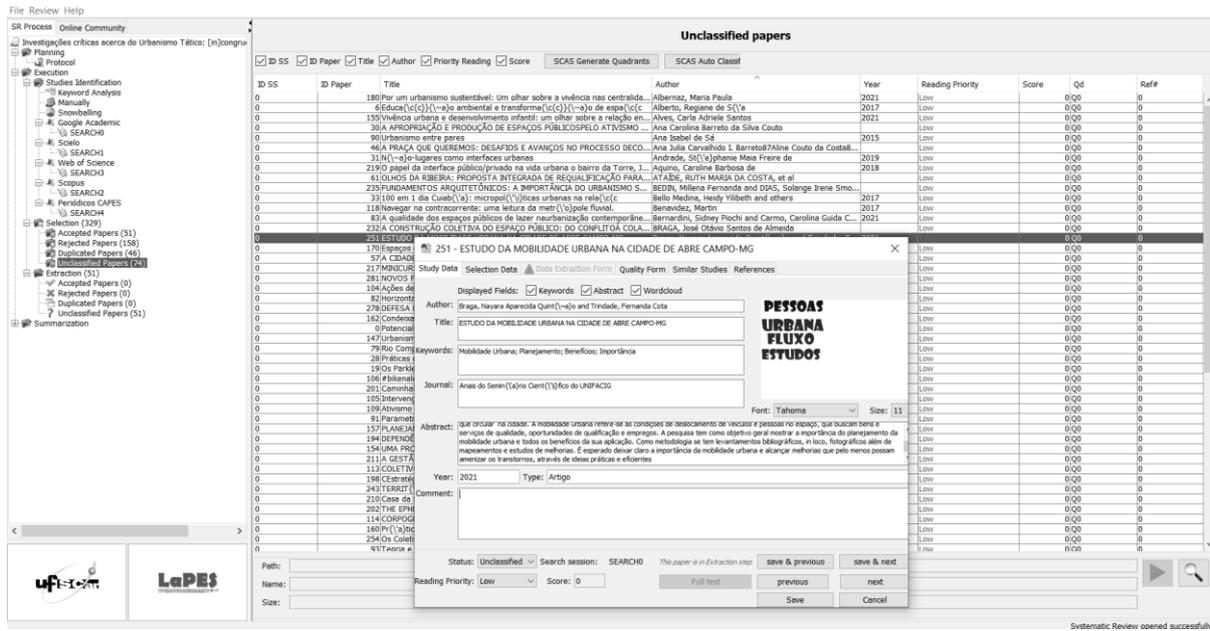
² Uma imagem de como a tabela foi produzida encontra-se no Apêndice 1, a tabela original com todas as referências da primeira revisão bibliográfica encontra-se no link: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1rZLrQjgpeEP82-GKKyoHrehehCEJwgMR/edit?usp=sharing&ouid=116050562097901982081&rtpof=true&sd=true>

A primeira Revisão Sistemática ocorreu durante o segundo semestre de 2020 tendo como fontes de busca o Google Acadêmico, Scopus, Researchgate e Dedalus USP. A Web of science e a Scielo foram descartadas pois, o Google Acadêmico já incorpora tais bases. Ao todo foram realizadas 20 buscas variando os termos "urbanismo tático"; "food-trucks"; "comida de rua"; "trabalho informal"; "economia informal"; "street food"; "food park"; "street vendors", entre outros.

Como uma primeira triagem por títulos, desconsideramos textos relacionados à área de saúde, marketing, experiências do consumidor, estudos fora do Brasil e EUA, textos escritos em línguas que não fossem português e inglês, além de ações táticas que não fossem o foco da pesquisa naquele momento (vendedores de rua e *food-trucks*). Essa seleção contou com 237 títulos. A segunda triagem foi realizada a partir da leitura dos resumos; então, foram excluídos aqueles sem relação à temática inicial da pesquisa - importação do conceito e práticas do urbanismo tático para o cenário brasileiro. Como resultado, foram selecionados 29 títulos como leitura essencial e 33 títulos como leitura complementar.

Após as mudanças do projeto inicial de pesquisa, realizou-se uma segunda revisão sistemática. Como a primeira demandou muito tempo, pois as buscas eram manuais e individualizadas, buscamos por uma plataforma para facilitar e auxiliar o processo. Encontramos o software StArt (Figura 02), desenvolvido pela Universidade Federal de São Carlos, o qual sistematiza de forma automatizada todas as informações obtidas através das buscas facilitando as etapas apresentadas na Figura 1, ou seja, são realizadas com auxílio do próprio software. Pudemos, então, agilizar o processo e obter os resultados com quase todas as informações da última fase (extração).

Figura 02: Imagem do software StArt.



Fonte: Autoria própria, 2022.

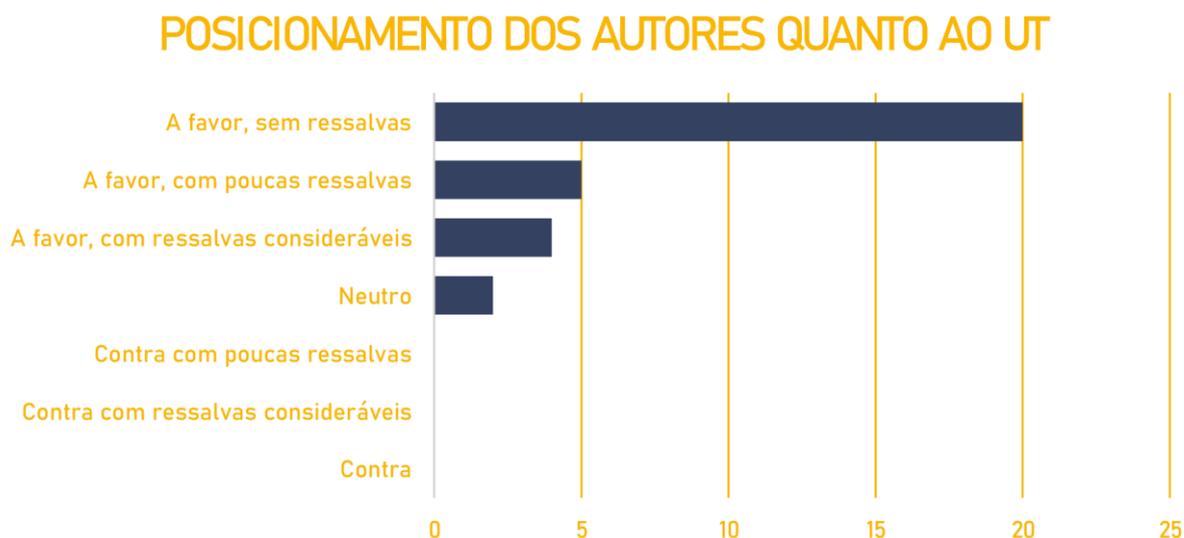
Inicialmente, foram encontrados 329 títulos nas bases de dados Scopus, Scielo, Google Acadêmico e Web of Science, em resposta à pergunta inicial "Como o Urbanismo Tático é abordado no Brasil?". Dois critérios de inclusão foram estabelecidos na fase inicial de seleção: (1) a presença do termo "Urbanismo Tático" no título, resumo ou palavras-chave; (2) o vínculo com a pergunta inicial identificado através da leitura do resumo. Para os parâmetros de exclusão foram determinados: (1) a falta de acesso ao texto completo; (2) textos fora do domínio de Arquitetura e Urbanismo; (3) textos em idiomas diferentes do inglês e português; (4) ausência de relações com a pergunta inicial após a análise do resumo; e (5) textos que não apresentavam a conceituação de Urbanismo Tático. Com base nos critérios acima, foram escolhidos 51 textos para leitura completa, sendo que 31 responderam à questão da revisão sistemática. Por fim, realizamos a extração de dados e análise dos textos com esses 31 exemplares (Felizardo e Sperling, 2022).

Utilizamos os 31 textos selecionados a partir da revisão sistemática. Coletamos todas as referências relacionadas à temática do UT ou ao percurso histórico normalmente associado (Situacionistas, Jane Jacobs, Michel de Certeau, Lefebvre, Jan Gehl, entre outros). Quantificamos quantas vezes cada referência aparecia e associamos ao posicionamento de cada autor(a) quanto à produção urbana relacionada ao UT e seu conceito. Assim, dividimos

o debate em 3 categorias: (1) "Argumentação a favor do UT, sem ressalvas", quando o texto não tem um posicionamento questionador em relação ao Urbanismo Tático; (2) "Argumentação a favor do UT, com ressalvas", o texto faz algumas ponderações sobre o Urbanismo Tático, mas mantém-se consoante ao UT; (3) "Argumentação neutra", quando não há juízo de valor referente ao conceito de UT.

Percebendo que apenas essas três categorias não abrangiam as nuances presentes nos textos, pois alguns títulos discorriam sobre o conceito de UT com mais ou menos aprofundamento, fizemos uma gradação e ampliação das categorias acima, as quais se tornaram: 0 - Argumentação divergente ao UT; 1 - Argumentação divergente ao UT com ressalvas consideráveis; 2 - Argumentação divergente ao UT com poucas ressalvas; 3 - Neutro; 4 - Argumentação favorável ao UT, com ressalvas consideráveis; 5 - Argumentação favorável ao UT, com poucas ressalvas; 6 - Argumentação favorável ao UT, sem ressalvas. A proporcionalidade dessa nova análise pode ser vista no diagrama a seguir (Gráfico 01), o qual consideramos a somatória dos textos em cada categoria, sendo que os posicionamentos 0, 1 e 2 não possuem exemplares.

Gráfico 01: Gráfico de barras quanto aos posicionamentos dos textos nas sete novas categorias.



Fonte: Autoria própria, 2022.

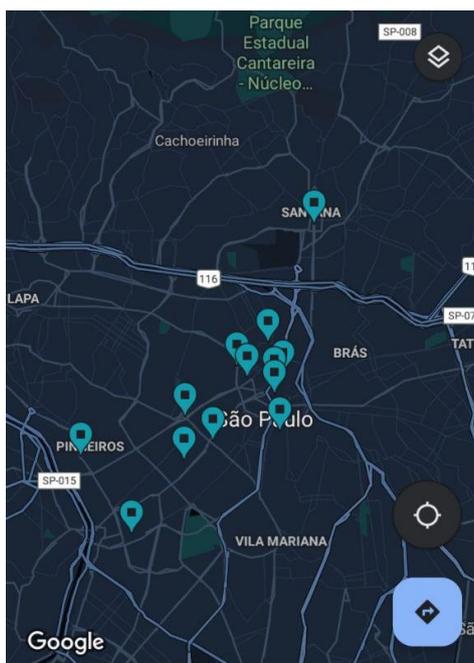
Pesquisa de campo

São Paulo é uma cidade referência do Urbanismo Tático no Brasil, principalmente pela gestão do ex-prefeito Fernando Haddad (PT), a qual implementou várias dessas ações apoiado no Plano Diretor Estratégico de 2014. Passados 9 anos de mudanças significativas na cidade, como a sucessão das gestões - João Dória (PSDB), Bruno Covas (PSDB) e Ricardo Nunes (MDB) - ideologicamente opostas à de Haddad e, em âmbito nacional, dos efeitos da pandemia de COVID-19 e do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), várias ações de Urbanismo Tático sofreram alterações ou foram extintas. A seguir faremos um breve relato das visitas a campo.

Para a primeira pesquisa de campo na cidade de São Paulo em dezembro de 2021, partimos de ações táticas já conhecidas e/ou presentes na bibliografia. Avaliamos previamente a situação atual das mesmas através de uma rápida pesquisa no buscador Google, no Google Maps e nas redes sociais (Facebook e Instagram), das táticas atreladas aos comércios ou organizações privadas. Focamos o primeiro trabalho de campo em visitar diferentes tipos de táticas como parklets, mobiliário urbano, alterações de mobilidade urbana, ruas abertas, entre outras, para avaliar a situação e as dinâmicas presentes ou inexistentes.³ A partir do mapa, podemos notar a grande concentração dessas ações no centro e no centro expandido da cidade de São Paulo (Figura 03).

³ A lista completa de ações se encontra na planilha no Apêndice 2.

Figura 03: Mapa com as principais ruas com táticas urbanas visitadas.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Aos domingos, das 10h às 16h, a Av. Paulista se fecha à passagem de automóveis e se mantém como espaço de lazer aos pedestres, possibilitando a prática de esportes, shows, passeios, entre outros. No momento da visita o programa Ruas Abertas, que ficou sem acontecer de março de 2020 até julho de 2021 por conta da pandemia de COVID-19, tinha retomado atividades apenas na Av. Paulista. No trajeto encontramos indícios de ações táticas realizadas em 2019 por parte do grupo Sampapé⁴, entre elas (Figura 04) a sinalização de trajetos caminháveis e a duração temporal de seu percurso (*wayfinding*, segundo Lydon e Garcia, 2015), pintura no chão para indicar os caminhos e crochês nos postes (Figura 05), porém ocorreu a retirada das placas indicativas e o apagamento da pintura de chão.

⁴ A entrevista explicando as ações do grupo pode ser assistida pelo link: <https://www.facebook.com/watch/?v=2238170859581901>

Figura 04: Avenida Paulista no domingo em 2021.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Figura 05: Cruzamento das Avenidas Paulista e Consolação mostrando os crochês no poste.



Fonte: Autoria própria, 2021.

A visitação prosseguiu no Parklet da Rua Padre João Manoel e, em seguida, na Rua Oscar Freire, na qual se encontra a maior quantidade de Parklets da cidade de São Paulo e um *Pocket Park* (parque de bolso, ou seja, uma pequena praça construída no espaço de um lote urbano). Por conta da comparação com a IC, pudemos notar uma mudança quanto à localização dos Parklets; enquanto algumas lojas mantiveram seus Parklets como a Baccio di Latte (Figura 06), outras reformaram, muitas já o excluíram, e outras instalaram novos. Desta forma, a rua ainda permanece com muitos exemplares, sendo a maioria ligado ao gênero alimentício; portanto, o fluxo é maior nos horários de almoço, jantar e dias de lazer. O *Pocket Park* ou Pracinha da Oscar Freire (Figura 07), projeto do escritório ZOOM Urbanismo, Arquitetura e Design, estava sem usuários no momento da visitação e as lojas adjacentes estavam fechadas, provavelmente a combinação destes fatores tenha influenciado o pouco uso da mesma. Ainda na Rua Oscar Freire, está instalado um ponto de compartilhamento de bicicletas patrocinado pela empresa Ifood (Figura 08).

Figura 06: Parklet da Sorveteria Bacio de Latte na Rua Oscar Freire em 2021.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Figura 07: Pracinha da Oscar Freire em 2021.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Figura 08: Aluguel de bicicletas patrocinado pelo Ifood na Rua Oscar Freire em 2021.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Na região de Pinheiros visitamos o Largo da Batata (Figuras 09 e 10) e a Floresta de Bolso na Rua Butantã com a Rua Paes Leme (Figura 11). O Largo tinha um grande movimento de entregadores de comida por aplicativo, mas o fluxo de pedestres ou usuários da própria praça não era significativo. Foi possível identificar o mobiliário restante produzido pelo grupo “A Batata Precisa de Você”.

No caso da Floresta de Bolso, ação mais próxima de uma remodelação total da praça do que apenas um “bombardeamento de plantas” como umas das táticas propostas por Lydon *et al.* (2012) e pela própria proposta do arquiteto Ricardo Cardim. Pois, além do plantio de várias árvores nativas, foram implantados alguns bancos e jardins de chuva. O espaço encontrava-se vazio no horário da visita – próximo ao horário de almoço numa quinta-feira - contudo, a quantidade de lixo nos jardins indicava o uso em outros horários e um descaso por parte dos frequentadores e da municipalidade, também nítido com a grama sem corte. Outros pontos corroboraram com a falta de uso no horário do almoço, como os bancos de metal que estavam quentes ao sol e a própria localização da praça entre duas vias de fluxo intenso, em frente à outra praça maior e muito próxima do Largo da Batata.

Figura 09: Mobiliário no Largo da Batata em 2021.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Figura 10: Mesa no Largo da Batata em 2021.



Fonte: Aatoria própria, 2021.

Figura 11: Bancos na Floresta de Bolso na Rua Butantã em 2021.



Fonte: Aatoria própria, 2021.

A rua General Jardim tem um histórico de ações táticas, possivelmente, pela influência da faculdade de arquitetura Escola da Cidade e do IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil. Durante o período de IC, o quarteirão onde se encontra a faculdade abrigou dois Parklets em

diferentes espaços e períodos de tempo. Atualmente, com a recente política "Ruas SP⁵", o quarteirão recebeu uma pintura de chão nos cruzamentos para sinalização e para aumentar o espaço dos pedestres ao longo da calçada com mobiliário e vegetação (Figuras 12 e 13). A visita ocorreu durante um dia útil na semana e antes das 18h, embora a região contenha vários bares, restaurantes e escritórios, o fluxo estava baixo, como esperado. Não pudemos confirmar, se nos horários de almoço e de jantar essas instalações supriam a quantidade de usuários.

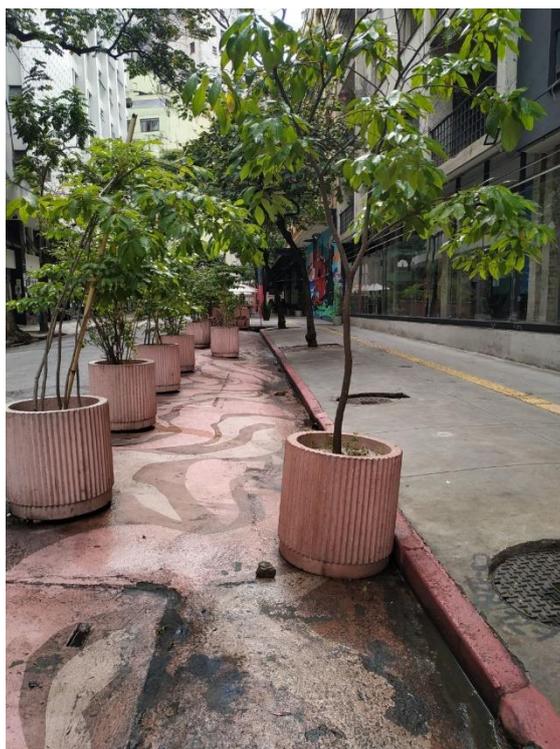
Figura 12: Rua General Jardim com ações de pintura e mobiliário em 2021.



Fonte: Autoria própria, 2021.

⁵ Essa nova política pode ser acessada pelo link da Prefeitura de SP através do link: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/servicos/index.php?p=308717>>.

Figura 13: Rua General Jardim com ações de pintura e vegetação em 2021.



Fonte: Autoria própria, 2021.

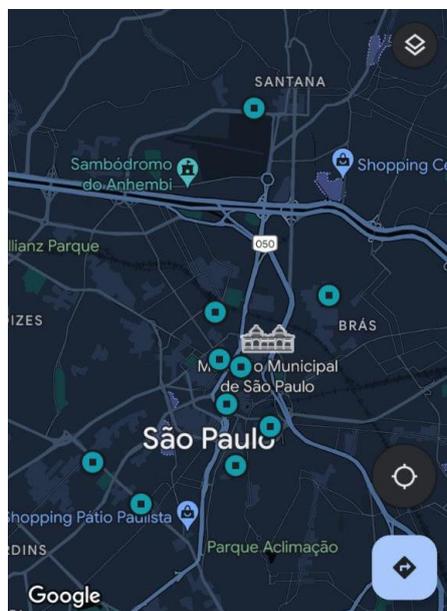
Uma das intervenções mais distantes do centro está localizada no Bairro de Santana, na Rua Dr. César, na qual recebeu pintura de chão e requalificação dos cruzamentos para facilitar a travessia de pedestres. Visitei algumas ações do Centro Aberto como Liberdade, Largos São Bento, São Francisco, General Osório e Paissandú. Incorporamos o que foi observado em campo referente aos casos de estudo na Seção 2, juntamente com o segundo trabalho de campo resumido a seguir (Figura 14).

A segunda ida a São Paulo teve como foco os estudos de caso, ou seja: o primeiro Parklet situado na Rua Padre João Manuel, 28; a Paulista Aberta; a pintura de chão em Santana na Rua Dr. César; e as ações do Centro Aberto - Praça Padre Bento, Rua Galvão Bueno (Liberdade), Praça Ministro Costa Manso, Largo São Bento, Largo Paissandú, Largo São Francisco e Largo General Osório⁶ - , além da Rua Oscar Freire para revisitação dos Parklets. Embora estes não seja um dos estudos, continua abrigando o maior número deles em São Paulo. As visitas ocorreram entre os dias 18 (sexta-feira à tarde) e 21 (segunda-feira pela

⁶ Escolhemos as cinco ações iniciais do Centro Aberto e duas das mais recentes.

manhã) de agosto em 2023, algumas caminhando sozinha e outras com amigos e sempre indo de metrô e caminhando até a área da tática.

Figura 14: Mapa da segunda visita de campo.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Entrevistas

As entrevistas semiestruturadas foram essenciais para complementação dessa década de UT no Brasil, tanto pelas questões teóricas e acadêmicas, quanto pelo estudo de casos. As pessoas entrevistadas foram escolhidas através de alguns critérios: (1) autores(as) com produção significativa no Brasil, (2) promotores das ações de UT selecionadas para estudo de caso e (3) membros da gestão da Prefeitura de SP ou da SP Urbanismo no mandato de Haddad e atualmente (Figura 15). Ao todo, realizamos oito entrevistas entre maio e outubro de 2023⁷. O roteiro semiestruturado e o parecer da Plataforma Brasil encontram-se no Apêndice.

⁷ As quais pode-se ter acesso solicitando à autora ou através do link; <https://drive.google.com/drive/folders/10xOv5atpXiUog5GaoosHMGu1D9D_8Ufk?usp=sharing>.

Figura 15: Diagrama com a relação de pessoas entrevistadas.

ENTREVISTADO(A) RELAÇÃO COM UT	
Adriana Sansão Fontes	pesquisadora e autora
Ana Luiza de Souza Nobre	curadora da x bienal de arquitetura
André Ramos	arquiteto na sp urbanismo
Fernando de Mello Franco	secretário municipal de desenvolvimento urbano de são paulo na gestão haddad
Guilherme Gambier Ortenblad	arquiteto e fundador do escritório zoom arquitetura, urbanismo e design
Letícia Leda Sabino	fundadora do instituto caminhabilidade
Marcos Leite Rosa	pesquisador e autor
Maria Carolina Maziviero	pesquisadora e autora

Fonte: Autoria própria, 2023.

Fizemos quatro estruturas de roteiro, uma para cada categoria citada acima. Para os autores buscamos compreender qual conceito de UT eles adotavam, quais referências tinham como base, a relação que estabelecia com o texto do Brenner, "Seria o Urbanismo Tático uma resposta ao Urbanismo Neoliberal", a relação dessa pessoa com ações de UT e como entendia o UT hoje no Brasil. Para os proponentes, seguimos uma linha similar, contudo, voltada à prática que essa pessoa e/ou grupo desenvolveu, além de compreender quais os termos e referências usados para as ações táticas nos grupos; por fim, se tinham publicado ou divulgado as táticas.

Já para a gestão municipal atual procuramos entender se ainda existia uma relação do governo com a implementação dessas ações e como ela está em andamento neste mandato. Então, dividimos em perguntas mais genéricas sobre as ações táticas e algumas específicas dos estudos de caso. Para a governança de Haddad, averiguamos alguns pontos, os quais não estavam claros desde a IC, como o surgimento dessa pauta dentro da gestão, se ocorreram avaliações pós ocupação, e de onde vinham os subsídios para produção dessas táticas e as formas de divulgação (Cartilhas).

Vale destacar a rápida resposta e disposição de todos(as) entrevistados(as). Tivemos dificuldade apenas quanto à Prefeitura de São Paulo, com a qual entramos contato diversas vezes por e-mail e telefone. Só conseguimos resposta quando nos foi passado um número de telefone diretamente de um membro. Também contatamos uma pessoa que nos cedeu

entrevista durante a IC, pois vimos a oportunidade de estabelecer melhor essa relação temporal e de proximidade do Estado com o UT, contudo, a comunicação se perdeu. Entretanto, foi possível conceber esse paralelo com a ótima entrevista com André Ramos.

Outros processos ao longo da pesquisa

Durante a pesquisa alguns instrumentos foram utilizados para facilitar e ajudar nas sistematizações e análises dos dados obtidos. Dois deles estão ligados à sistematização dos textos lidos: fichas catalográficas e mural de conceitos. O primeiro consiste na utilização de fichas impressas com a referência do texto, uma numeração e os principais tópicos abordados para facilitar a associação entre as ideias apresentadas por cada autor(a), ao todo foram feitas mais de cem fichas. (Figura 16). O segundo é um mural (Figura 17) com as definições de UT por cada autor, sendo os post-it lilases as definições de Lydon *et al.* (2012) e Lydon e Garcia (2015). É importante destacar que a pesquisa entende o conceito de Lydon *et al.* (2011) como primeiro e central, a partir do qual as variações conceituais vão orbitar. Isto porque, a partir de uma primeira análise, constatamos pouca ou quase nenhuma variação do conceito inicial de Lydon *et al.* (2011).

Figura 16: Fichas dos textos.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 17: Mural com definições de UT.

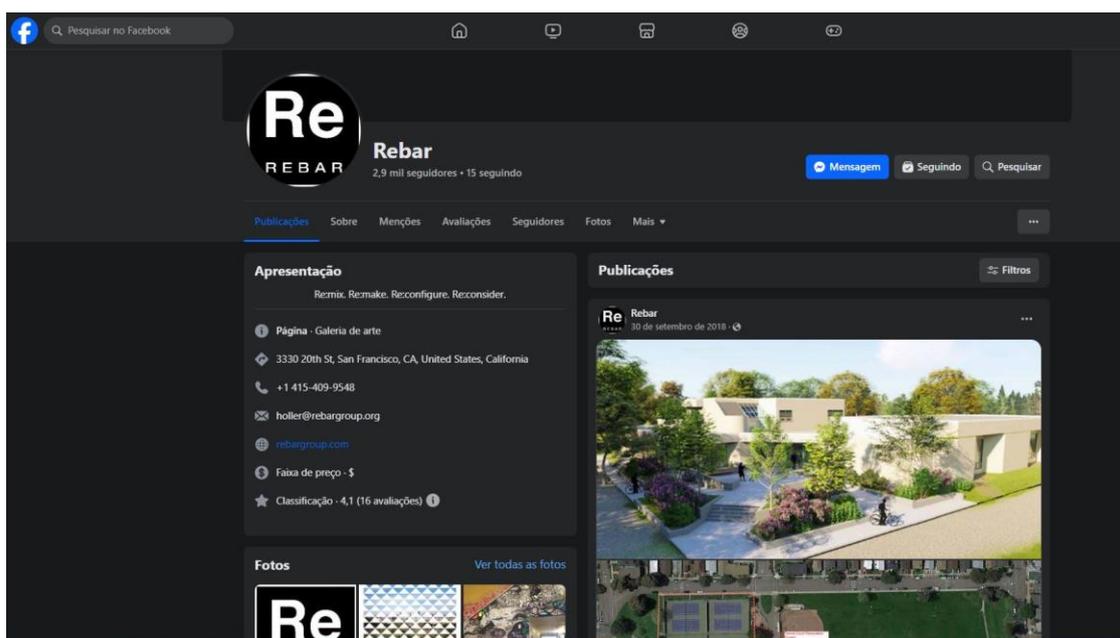


Fonte: A autoria própria, 2022.

Para produção dos Diagramas Sankey foi necessário aprender a linguagem de programação em HTML devido à falta de softwares livres na época. Atualmente, existem sites especializados e que geram esse tipo de representação, contudo, através das linhas de código é possível alterar alguns parâmetros com melhor precisão.

Como parte da divulgação das táticas se dá nas redes sociais, fizemos pesquisas no Facebook e no Instagram. Como o Facebook (Figura 18) era muito usado no início da década de 2010, vários promotores e coletivos divulgavam suas ações por lá, foi possível verificar quais ainda estavam ativos e suas publicações. Notamos o encerramento de várias táticas e coletivos, considerando suas últimas publicações há meses ou anos atrás. Nesses casos, buscamos os grupos no Google e Instagram para verificar se mantiveram as atividades em outras mídias, porém a maioria se extinguiu. Outro tipo de busca se deu no Instagram a partir das *hashtags* (#parklets; #parklet; #parkletsp; #parkletsf; #santana; #paulistaaberta; #sampapé; #minhasampa; #paulista; #centroaberto) para verificar quais foram as últimas postagens e o quanto tal *hashtag* era usada.

Figura 18: Imagem da página do grupo Rebar no Facebook.



Fonte: Facebook, 2023

Outro instrumento foram os passeios virtuais através do Google Street View para conhecer alguns lugares e ruas mencionados nos textos, tanto de cidades estadunidenses quanto brasileiras. Também foi possível verificar as mudanças ao longo do tempo, já que a plataforma acumula imagens desde os anos 2007. A paisagem da cidade diz muito sobre questões daquele local, então foi interessante identificar essas nuances a partir dessas visitas on-line. Por exemplo, na primeira foto abaixo (Figura 19) é possível ver Parklets pelo grupo *DoTank* no Brooklyn (NYC). Sabíamos o nome da rua mencionada pelo livro de Lydon e Garcia (2015), mas sem a numeração, contudo é notória a mudança da ação, pois pela descrição no livro contava-se um mobiliário urbano e hoje abriga um Parklet. Já a segunda imagem (Figura 20) foi extraída de uma deriva virtual por vários bairros de Detroit até encontrar um *food-truck*. A última (Figura 21) procuramos, especificamente, por *food-trucks* em Detroit, na qual, encontramos uma rua com várias indicações dentro de um estacionamento de outro estabelecimento, o que nos indicou uma parceria entre o comércio principal e os *food-trucks*.

Figura 19: Parklets do grupo DoTank no Brooklyn (NYC) - maio de 2021.



Fonte: Google Street View, 2022.

Figura 20: Food-truck estacionado na zona sudoeste de Detroit - novembro de 2020



Fonte: Google Street View, 2022.

Figura 21: Área de Food-trucks estacionados na zona sudoeste de Detroit - julho de 2015.



Fonte: Google Street View, 2022.

Estrutura da Dissertação

A estrutura da dissertação encontra-se resumida no quadro abaixo (Figura 22).

Figura 22: Quadro resumo da dissertação.

SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
<p>Nesta seção discutiremos sobre o conceito de UT, desde sua primeira menção nos EUA até a importação do conceito para o Brasil. Isto posto, começaremos o debate a partir da crise financeira e mundial de 2008 e seus desdobramentos, bem como novas propostas teórico-práticas para além do UT. Abordaremos mais detalhadamente o conceito de UT por Lydon et al. (2012) e Lydon e Garcia (2015), bem como suas táticas.</p> <p>Contextualizaremos a importação das práticas e conceito para o Brasil no início da década de 2010, abordando os principais fatores associados, como a gestão Haddad, o Plano Diretor Estratégico de 2014 e os eventos Design Weekend e X Bienal da Arquitetura. Além da relação com os escritórios de arquitetura, urbanismo e design. Finalizaremos com algumas contradições iniciais com a vinda das ações para o Brasil, como a descontextualização das dinâmicas sociais e econômicas.</p>	<p>De forma a ilustrar esse processo de importação e entender o arco histórico de implementação das ações táticas no Brasil, foram estudados quatro casos que forneceram questões específicas de como cada tática se estruturou na cidade de São Paulo ao longo dessa última década. Como dito, os casos de estudo se apoiam nas visitas de campo, entrevistas e na divulgação dessas táticas nos meios digitais como o site da Prefeitura de São Paulo e da SP Urbanismo, além dos próprios promotores e textos acadêmicos.</p> <p>Assim, traçaremos esse panorama através das quatro ações mais abordadas em textos acadêmicos: Chair bombing, Parklets, Open/Play streets e Intersection repair; retratadas nas ações presentes em São Paulo: algumas ações do Centro Aberto; o Parklet na Rua Padre João Manuel, 28; a Paulista Aberta e o cruzamento das ruas Dr. César e Salete em Santana.</p>	<p>Na última seção traremos os debates acadêmicos relacionado ao UT. Todo ele será pautado por sete pontos: papel do Estado; cooptação e urbanismo neoliberal; gentrificação; movimentos insurgentes; informalidade; periferia e capital social. Apesar da tentativa de subdivisão do debate, há um entrelaçamentos entre os pontos.</p> <p>Desta forma, buscamos colocar, tanto nos casos nacionais quanto internacionais, os principais expoentes, seguidos das argumentações e posicionamentos dos autores, também com ponderações provinidas desta pesquisa. Assim, pretendemos ao mesmo tempo colocar os assuntos abordados pelos autores, fazer o debate entre os mesmos com nosso ponto de vista e arrematar todos os pontos levantados por esta pesquisa, ou seja, um fechamento da mesma (mas não da temática e desdobramentos do UT).</p>

Fonte: Autoria própria, 2024.

Seção 1 - Uma década de Urbanismo Tático no Brasil

Nesta seção discorreremos sobre o conceito de UT, desde sua primeira menção nos EUA até a importação do conceito para o Brasil. Isto posto, começaremos o debate a partir da crise de 2008 e seus desdobramentos, bem como novas propostas teórico-práticas para além do UT, como o conceito de cidade pós-criativa. Abordaremos mais detalhadamente o conceito de UT por Lydon et. al (2012) e Lydon e Garcia (2015), bem como suas táticas. Vale destacar que ao longo da pesquisa lidamos com essa definição e caracterização dos autores como uma concepção inicial e central, na qual outros conceitos de UT orbitam e derivam, além de conceitos correlatos e paralelos como o termo microrresistências (Rosa, 2011).

Contextualizaremos a importação das práticas e conceito para o Brasil no início da década de 2010, abordando os principais fatores associados, como a gestão Haddad, o Plano Diretor Estratégico de 2014 e os eventos Design Weekend e X Bienal da Arquitetura, além da relação com os escritórios de arquitetura, urbanismo e design. Finalizaremos com algumas contradições primeiras com essa vinda das ações para o Brasil.

1.1.0 Urbanismo Tático

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por uma crise financeira no sistema neoliberal, a qual reverberou em grande parte dos países no mundo. Seu princípio está diretamente associado ao setor bancário estadunidense, em virtude da falência do modelo de financiamento habitacional (hipotecas). Consequência, também, do modo de produção dos espaços urbanos no cenário neoliberal, ou do Urbanismo Neoliberal, no qual, com a redução da participação do Estado na produção das cidades por meio de desregulações e encolhimento no planejamento urbano, abriu-se espaço para instituições privadas liderarem a construção de moradia, espaços comerciais, industriais, de serviços, lazer, loteamentos, planos urbanos; ou seja, ditarem os rumos de crescimento da cidade e suas espacialidades, bem como as recorrentes implicações no cotidiano das pessoas.

Além de todo contexto de diversidade e mutação evolutiva, entretanto, o denominador comum do urbanismo neoliberal é o projeto fundamentalista de mercado da ativação de instituições públicas locais e o empoderamento de atores privados e da mercantilização de organizações através do tecido social urbano, para coordenar a vida coletiva nas cidades através das relações de

mercado, e de promover o isolamento de espaços urbanos não mercantilizados e autogeridos (Brenner, 2015, p.6, tradução nossa)⁸.

A partir da crise, alguns teóricos vão formular possibilidades e novos cenários para essa conjuntura recente. Brenner *et al.* (2012) e Filho e Magalhães (2017) vão debater sobre o urbanismo neoliberal a partir da matriz denominada "comum urbano" (Ostrom, 1990), na qual, em suma, a população reivindicaria o espaço público e direitos básicos, promovendo ações em um modelo de gestão anárquico. Outros, como Miles (2012), discutem a ideia da cidade pós-criativa, na qual a classe criativa formularia novos ideais sociais, políticos e culturais. O Urbanismo Tático se enquadra nessa gama de respostas à nova guinada do urbanismo neoliberal e tem como parâmetro ações práticas, colaborativas e experimentais nas cidades, como forma de discussão das problemáticas da mesma, segundo Bradley (2015), Brenner (2015) e Berglund (2019).

A primeira aparição do termo "Urbanismo Tático" ocorreu no catálogo "*Tactical Urbanism: Short-term Action, Long-term Change*" (Lydon *et al.*, 2011⁹), no qual os autores o definem e apontam (trecho abaixo) quais ações são por eles classificadas como tal, exemplificando e circunscrevendo características comuns às mesmas. Também apontam possibilidades de agentes promotores, fomentadores ou parceiros de ações táticas com a municipalidade, entidades privadas, ONG's, a classe criativa (artistas, arquitetos e designers), associações de bairro, ou qualquer um que esteja motivado (Lydon *et al.*, 2012).

- Uma abordagem voluntária e gradual para investigar a mudança;
- Um processo de criação de ideias para os desafios do planejamento à escala local;
- Um compromisso de curto prazo e de expectativas realistas;
- Uma atividade de baixo risco com a possibilidade de gerar recompensas elevadas;
- E o desenvolvimento de capital social entre os cidadãos e a construção de capacidade institucional entre as organizações

⁸ Do original, em inglês: "*Across all the contextual diversity and evolutionary mutation, however, the common denominator of neoliberal urbanisms is the market-fundamentalist project of activating local public institutions and empowering private actors and organizations to extend commodification across the urban social fabric, to coordinate a city's collective life through market relations, and to promote the enclosure of non-commodified, self-managed urban spaces.*" (Brenner, 2015)

⁹ Para a presente pesquisa, será mencionado frequentemente o volume 2 de Lydon *et al.*, levando em conta sua maior abrangência de práticas, totalizando 24, enquanto o volume 1 foi lançado um ano antes (2011) com apenas 13 ações.

públicas, privadas, não lucrativas e ONG's e os seus membros (Lydon, *et al.*, 2012, p. 7)

Portanto, as táticas estão no rol das intervenções locais na cidade, de pequena envergadura, baixo custo, rápidas (mas nem sempre efêmeras), que pretendem se efetivar caso gerem bons resultados. Por funcionar como um laboratório, as respostas dessas ações podem ser avaliadas paralelamente ao próprio uso e apropriação das mesmas, possibilitando ajustes para uma versão mais definitiva. Por buscarem um engajamento da população local, o capital social assume papel fundamental para desenvolvimento de uma sociedade ativa politicamente.

No livro de 2015, Lydon e Garcia explicam como afloraram as motivações pessoais para a ações táticas, bem como o surgimento do termo, para o qual emprestam a definição do dicionário Merriam-Webster sobre tática e aplicam ao urbanismo, “[...] de ou relacionado a ações de pequena escala servindo a um propósito maior ou hábil em planejar ou manobrar para realizar um propósito” (Merriam-Webster apud Lydon e Garcia, 2015, p.2, tradução nossa¹⁰). Também usam a definição de tática e estratégia de De Certeau (1998). Lydon e Garcia (2015) se apoiam nas relações de poder que o autor estabelece, inclusive incluem como ideal a população atuar mais estrategicamente e os governos agirem mais taticamente: “[...] comandadas pelo acaso do tempo, a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder [...]” (De Certeau, 1998, p.101¹¹). Assim, Lydon e Garcia (2015) sustentam a ideia de que ambas se complementam e devem ser aplicadas ao urbanismo na mesma proporção, diferentemente do que comumente é realizado pelas municipalidades.

No caso dos Estados Unidos, Lydon *et al.* (2012) e Lydon e Garcia (2015) atribuíram a grande adesão e dissipação das ações táticas a quatro fatores: (1) a Recessão de 2008 e consequente desaceleração econômica, (2) a mudança demográfica pela qual a classe média migrou para áreas pedonais e iniciou um esforço por melhorias de infraestrutura, tendo em vista uma frustração generalizada com as municipalidades e órgãos governamentais, (3) e - de uma maneira global - a ampliação de trocas de experiências pela internet, (4) na qual o compartilhamento de informações, e especificamente, da retomada do movimento *Do It*

¹⁰ Do original em inglês “Merriam-Webster’s defines tactical as “of or relating to small-scale actions serving a larger purpose” or “adroit in planning or maneuvering to accomplish a purpose.” Lydon e Garcia, 2015, p.2.

¹¹ Grifo do autor.

Yoursdf (DIY), além da ideia de "código aberto" (importada da área de computação), tornando a exportação dessas práticas mais abrangentes e democráticas.

Três aplicações de como as táticas colaboraram com algumas mudanças na produção das cidades nos EUA, na visão de Lydon e Garcia (2015) foram: (1) referente à burocracia dos órgãos governamentais, o urbanismo tático escapa dos processos lentos municipais, já que nem sempre é dependente do Estado; (2) além de proporcionar aos cidadãos o exercício do direito à cidade a partir das ações *bottom-up*, portanto, o UT torna-se uma ferramenta de engajamento e de participação ao longo de todo o processo; por último, (3) a possibilidade de operar como um protótipo, desta forma, ajustes são passíveis de serem realizados até o estágio de implementação mais duradoura da ação, de preferência junto à municipalidade.

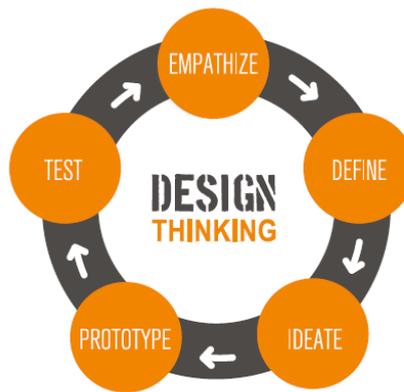
Para ensinar a prática do UT, os autores vão se apoiar no método de *Design Thinking* esboçado na Figura 22. A ideia geral é a resolução de problemas baseados na experiência dos usuários e, para tanto, utilizam-se de cinco passos ou etapas que se nutrem mutuamente, são eles: empatia, definição, idealização, protótipo e teste. Por ser um método, a princípio, focado no usuário e sua experiência, isso seria compatível no UT com a participação popular e, portanto, corroboraria com as ações *bottom-up*¹², na visão de Lydon e Garcia (2015).

Como descrevemos, os cidadãos podem usar o Urbanismo Tático como uma ferramenta para chamar a atenção para as lacunas percebidas na política e em projetos, as autoridades municipais, organizações e desenvolvedores de projetos podem usá-lo como uma ferramenta para ampliar a esfera de engajamento público, testar mais de uma vez aspectos de um plano com antecedência, e isso agilize a implementação para que seja mais fácil construir ótimos lugares (Lydon e Garcia, 2015, p.171, tradução nossa)¹³.

¹² Ações de baixo para cima, ou seja, partem da população para chegar em instâncias governamentais e não contrário (top-down - de cima para baixo) como é normalmente.

¹³ Do original em inglês: "As we have described, citizens may use Tactical Urbanism as a tool to draw attention to perceived shortcomings in policy and physical design, and municipal authorities, organizations, and project developers may use it as a tool to widen the sphere of public engagement, test aspects of a plan early and often, and expedite implementation so that it's easier to build great places." (Lydon e Garcia, 2015, p.171)

Figura 23: Diagrama Design Thinking.



Fonte: The Streets Plan Collaborative, 2015.

Um resgate histórico sobre o que Lydon e Garcia (2015) consideram como antecedentes e inspirações para o UT remonta ao princípio da rua como local essencial da vida, desde as primeiras aglomerações humanas. Perpassam pelas feiras mundiais de arquitetura (citando a de Paris com a Torre Eiffel), pelas *bouquinistes* (livreiros), até chegar na origem de intervenções táticas atuais como o *Park(ing) Day*, *food-trucks* e *play/open streets*. Podemos considerar algumas digressões plausíveis, porém, outras aparentam uma grande construção teórica para justificar o UT.

Entretanto, esse resgate histórico feito por Lydon e Garcia (2015) não é tão comum entre outros autores e acadêmicos ao mencionar o UT. A sua maioria inicia o percurso a partir da década de 1960 com as considerações, então inéditas, dos Situacionistas, Smithsons e de Jane Jacobs e, posteriormente, dos autores Henri Lefebvre¹⁴ e Michel de Certeau¹⁵, ao enfatizarem o protagonismo no cidadão e a relação do mesmo com atividades no - e com o espaço público, além de refletirem sobre a ideia de construção coletiva da cidade. Esse movimento, então periférico, despertou uma mudança de visão dos urbanistas e arquitetos para com o modo de produção e qualidade da cidade, iniciando uma mudança de postura, a qual ganhou força nas décadas de 1970 e 1980. Por fim, essa digressão culmina na crise de 2008, com as novas formas de pensar a cidade após a crise e as obras de Jan Gehl, tanto as recentes (2010 e 2013), quanto às da década de 70, 90 e 2000.

¹⁴ A produção do Espaço, 1974.

¹⁵ A invenção do cotidiano, 1980.

1.1.1. As táticas

No catálogo de 2012, Lydon *et al.* (2012) classificam 24 ações como táticas e apresentam sumariamente seus objetivos, atores / promotores, além da escala de intervenção. No livro de 2015, os autores destrincham 5 táticas, das quais uma é apresentada pela primeira vez: *guerrilla wayfinding*. Todas as táticas mencionadas por Lydon *et al.* (2012) e Lydon e Garcia (2015) se encontram no quadro abaixo (Figura 23) agrupadas em 6 categorias considerando seu tipo. Posteriormente detalharemos todas as táticas na ordem do quadro, segundo Lydon *et al.* (2012), Lydon e Garcia (2015) e Felizardo (2024).

Figura 24: Quadro de Táticas Urbanas.

TÁTICAS URBANAS (com base em Lyndon et al., 2012; Lyndon e Garcia, 2015)	VENDAS	food-trucks	trailers de venda de alimentos
		pop-up retail	quiosques comerciais
		mobile vendors	vendedores ambulantes
	MOBILIÁRIO URBANO	pavement to parks (parklets)	criação de áreas de estar em estacionamentos
		park(ing) day	criação de áreas de estar em estacionamentos
		park mobile	parques móveis
		pop-ups cafes	extensões de restaurantes em estacionamentos
		chair bombing	construção de mobiliário urbano
		informal bike parking	bicicletários/paraciclos
	AÇÕES USANDO A RUA	open streets	ruas abertas
		play streets	ruas recreativas
		wayfinding	orientações para o caminhar
	AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO	build a better block	construção de um quateirão melhor
		pavement to plazas	criação de praças em espaços pavimentados
		de pave	transformação de áreas impermeáveis por permeáveis
		ad-busting	retirada de painéis publicitários
		intersection repair	remodelação de cruzamento de ruas
		site pre-vitalization	pré-vitalização de áreas (reativação temporária de uma parcela de terreno anteriormente inativa e subutilizada)
		reclaimed setbacks	recuperação de logradouros ativar os espaços "semipúblicos" encontrados entre a via pública e os edifícios privados)
		micro-mixing	mistura de usos em um único espaço
	AÇÕES COM VEGETAÇÃO	guerilla gardening	jardinagem de guerrilha
		weed bombing	transformação de plantas em arte
	OUTRAS AÇÕES	camps	acampamentos
		pop-up town hall	autarquia itinerante

Fonte: Autoria própria, 2022.

Food-trucks/carts:

Refere-se à adaptação de veículos, como vans e trailers, para preparação e comercialização de alimentos, de forma a proporcionar flexibilidade de operação ao não restringir-se a um local fixo. Para empreendedores, essa abordagem oferece vantagens significativas em termos de custos, tanto na aquisição quanto na manutenção do veículo, quando comparadas a um estabelecimento convencional. Além disso, há economia de mão de obra, pois, geralmente, o próprio cozinheiro é o proprietário, reduzindo o número de funcionários. Além da possibilidade de atender a várias regiões e cidades, ampliando o alcance do público. De acordo com Lydon *et al.* (2012), para o UT, essa flexibilidade contribui para a ativação dos espaços onde o estabelecimento se encontra, incluindo seus arredores e a cidade em si, quando ocorrem encontros entre *food-trucks/carts* como na Figura 24. É relevante destacar que, em locais com marcantes desigualdades sociais, nos quais o trabalho informal é uma parte integrante da economia e do dia a dia, práticas semelhantes já eram realizadas anteriormente, embora sem a formalidade, nomenclatura e estética associadas ao UT (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Figura 25: Food-trucks em Portland.



Fonte: Better Cities & Towns New Urban Network //r. Lydon (2012).

Pop-up retail:

"*Pop-up retail*" referem-se às iniciativas temporárias em espaços comerciais desocupados e destinados aos usos comunitários. Geralmente, os promotores envolvidos nesse tipo de prática são artistas, organizações comunitárias, proprietários e/ou empresas. Essa abordagem, que abrange uma ampla variedade de usos e proponentes, tornou-se uma tática caracterizada pela revitalização de algumas regiões. O termo "*pop-up*", relacionado ao conceito de emergir, está vinculado às ações rápidas e de curto prazo que podem surgir e desaparecer de maneira inesperada (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Mobile Vendors:

O fato de vendedores ambulantes se utilizarem das ruas para comercializar seus produtos não é uma novidade, sendo observada ao longo do tempo e de diversas maneiras. No entanto, Lydon *et al.* (2012) classificam essas ações como táticas, uma vez que ativam o espaço público, proporcionando serviços à população e apoiando o comércio ambulante local. Para os autores, "Não há nada mais tático que ajudar pequenos empreendedores a conseguirem espaço na economia". Como visto em outras ações, surge a indagação sobre a formalização de práticas informais ao incorporá-las ao âmbito do urbanismo tático (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Pavements to Parks/Parklets:

Originados do evento *Park(ing) Day*, que por sua vez, baseiam-se nas intervenções de Bonnie Ora Sherk¹⁶, os Parklets (também conhecidos como *Pavements to Parks* ou *Pop-up Cafes* de NYC) são extensões da calçada geralmente associadas a estabelecimentos comerciais ou serviços (Figura 25), possivelmente financiados pelos próprios empreendedores. Possuem um caráter público e permanecerem abertos durante todo dia e noite. Destinado ao uso dos pedestres, são instalados em vagas de estacionamento nas vias da cidade, e frequentemente, integram-se aos outros modos de transporte, como bicicletas e metrô. Buscam proporcionar uma variedade de usos, incluindo áreas de estar e lazer e às vezes com vegetação. Dessa forma, discussões (ao menos no âmbito teórico) envolvem essa tática, como a carência de espaços públicos para descanso, lazer e vegetação no ambiente

¹⁶ As quais discutiremos na próxima tática.

urbano, além das questões relacionadas à mobilidade ao ocupar vagas de estacionamento e se inserir em demais modais. Pode-se argumentar que essa tática evoluiu para se tornar uma nova tipologia urbana (Bradley, 2015), com sua replicação intensa e uma notável similaridade, quase chegando à padronização (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Ao analisarmos a associação dos termos, a palavra "Parklet" é formada pela junção de "Park" e "Let". "Park" pode ser associado a substantivos como 'parque' e 'estacionamento', bem como os verbos 'estacionar' e 'instalar-se'. Quanto a "Let", pode ser interpretado como o substantivo 'impedimento' e os verbos 'deixar' e 'alugar'. Dessa maneira, é possível refletir sobre diferentes associações entre os termos, resultando em significados distintos, como 'permitir um parque', 'instalar um parque', 'deixar de ser um estacionamento' ou 'alugar um estacionamento' (Felizardo, 2018 e 2024; Lydon *et al.*, 2012).

Figura 26: Parklet em Vancouver.



Fonte: *Parallel Park In.* Lydon (2012).

Park(ing) day:

As iniciativas denominadas *Park(ing) Day* foram inspiradas nas intervenções de Bonnie Ora Sherk na década de 70, denominadas "*Portable Parks*", durante as quais a artista posicionou bancos de piquenique em áreas residuais para contestar a carência de espaços de estar para os pedestres. Atualmente, esse evento ocorre anualmente, sendo realizado em

diversas cidades e visa promover a colaboração e a interação entre os habitantes locais em espaços de convívio, além de provocar uma reflexão sobre o papel do espaço público. O termo "*Park(ing) Day*" pode assumir diferentes significados, como um dia dedicado aos parques, um dia sem estacionamento ou, em uma abordagem mais lúdica, ao brincar com a palavra "*park*" como verbo, poderíamos criar a expressão "dia de parquear", sugerindo um dia dedicado ao lazer e à recreação (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Park Mobile:

Essa tática assemelha-se aos Parklets, contudo, apresentam maior ênfase nos espaços verdes, protestando contra as poucas áreas verdes com qualidade inseridas nas cidades, de forma a fomentar nos cidadãos uma reflexão sobre tal questão. Além disso, busca promover a interação social através dessas áreas de lazer arborizadas. Da mesma forma que para a palavra "Parklet", o termo "*park*" oferece as mesmas possibilidades de interpretação, enquanto a palavra "mobile" incorpora a ideia de movimento e mobilidade. Dessa maneira, o termo refere-se à mobilidade desses espaços, permitindo o desfrute de áreas com vegetação em inúmeros locais (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Pop-up Cafes:

Os "*Pop-up cafes*" correspondem aos Parklets, porém implementados em NYC. Com uma proposta similar, ou seja, ocupando vagas para carros, com bancos e sendo uma extensão do comércio, se diferem pois são restritas aos estabelecimentos voltados à alimentação. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Chair Bombing:

É um movimento que à partir de materiais reutilizados, fabricam-se mobiliário como cadeiras e assentos para implementação na cidade, normalmente em regiões com poucas ou nenhuma área de descanso, como forma de protesto dessa ausência. No Brooklyn, em NYC, o grupo *DoTank* (Figura 26) se destacou por essas práticas, já na cidade de São Paulo, podemos incluir os editais do Largo da Batata e as ações do Centro Aberto. Pela cartilha de Lydon *et al.* (2012) destaca-se uma melhoria nas áreas com essas táticas de modo a ficarem mais agradáveis e habitáveis. A expressão "*chair bombing*" indica uma implementação em larga

escala desse mobiliário e podemos associar a palavra "*bombing*", ou seja, bombardeamento, aos termos bélicos, de onde também deriva o léxico "tático". (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Figura 27: Fotografia de mobiliário urbano feito pelo grupo DoTank.



Fonte: Aurash Khawarзад *in*: Lydon (2012).

Informal Bike Parking:

São objetos que funcionam como estacionamentos temporários para bicicletas. Nos EUA, podem ser promovidos por empresas, proprietários comerciais e até ativistas. Já no Brasil, identificamos esse tipo de situação dentro das ações informais cotidianas, pois é comum ver bicicletas presas aos postes de luz e energia (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012). Nos últimos anos, acompanhamos uma série de grandes corporações de bancos financiando o aluguel de bicicletas na cidade de São Paulo, contudo, essa ação não se enquadra totalmente nessa tática, pois a finalidade desses últimos é o aluguel das bicicletas e não um estacionamento das mesmas.

Open / Play Streets (Ruas Abertas / Recreativas):

Essas ações têm como finalidade o bloqueio temporário de ruas para o tráfego de veículos, permitindo o uso recreativo para pedestres. Dentre as atividades podemos citar

apresentações de dança e música, atividades físicas como andar de bicicleta e correr, entre outras. Segundo Lydon *et al.* (2012), essa tática favorece os comércios e serviços locais ao ativar temporariamente aquele espaço e são ferramentas para desenvolvimento de capital social. Similares às "Open Street, as "Play Streets" visam o fechamento de ruas adjacentes às escolas e diferem-se das primeiras por não estabelecerem uma frequência definida, porém também promovem interação social e aproximação da comunidade local (Figura 27). É notável o uso do termo 'open', pois representa uma abordagem positiva ao convidar as pessoas para o local, indicando que a rua está fechada para carros, mas aberta para pessoas e para diversidade de usos. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Figuras 28: Fotografia do ato Ruas Abertas em Madison (EUA).



Fonte: Mike Lydon, 2012 /r: Lydon (2012)..

Wayfinding:

Com intuito de incentivar o caminhar, essa tática mapeia destinos comuns na cidade e os identifica em placas, similares às de trânsito, com indicações sobre as distâncias do ponto em que o pedestre se encontra até esses locais e guiando o caminho. Os transeuntes, ao notarem a proximidade de alguns caminhos que normalmente fariam de carro, questionam o uso excessivo do mesmo. Também se abrem à possibilidade de conhecer novos lugares. É interessante pensar na palavra "*wayfinding*", pois forma-se a partir da junção dos termos "*way*" (caminho) e do verbo "*to find*" (encontrar), ou seja, uma alternativa para encontrar caminhos além dos conhecidos. (Felizardo, 2024 e Lydon e Garcia, 2015).

Build a better block:

Através de pinturas de chão, construção e instalação de mobiliário e vegetação, as ações de "*build a better block*" buscam a revitalização de quarteirões, portanto, normalmente são incentivadas pelos habitantes locais ou comerciantes. A expressão adquire uma conotação positiva ao incorporar a palavra "*better*" e assume um caráter coletivo por unir os termos "*build*" e "*block*", destacando a construção conjunta do quarteirão pelos seus moradores. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Pavement to plazas:

As ações "*pavement to plazas*" questionam a mobilidade individual e o modo rodoviário de algumas cidades, principalmente, nos EUA. Intervêm em estacionamentos sem uso, demolindo os mesmos e os requalificando com materiais acessíveis, recicláveis e reutilizáveis. Através de um projeto teste buscam auxiliar a Prefeitura comprovando a construção de praças com baixo custo e bons resultados. O termo adquire um caráter mais duradouro se comparado a "*pavement to parks*", devido à demolição da área de estacionamento para instalação da praça, enquanto os Parklets se instalam por cima do asfalto. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Depave:

Depave é uma ONG de Portland, que promove a retirada de asfalto e calçadas, ou seja, áreas impermeáveis, em espaços onde o emprego destes é desnecessário, de forma a aumentam a área de drenagem de água para o solo. Neste caso, o prefixo "de" sugere remoção de algo e "*pave*" traduzindo é pavimentação. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Ad-busting:

Inicialmente implementada através da Lei "Cidade Limpa" na cidade de São Paulo em 2007, foi inspiração para cidades do mundo afora adotarem, sendo a única tática exportada do

Brasil. Resume-se na retirada de propagandas e painéis publicitários das fachadas e em terrenos baldios, reduzindo a poluição visual na cidade. Esses espaços podem ser reaproveitados como na Figura 28

. A expressão "*ad-busting*" é a junção do prefixo "ad", ou seja, bloqueio, e o termo "*busting*", referente aos anúncios publicitários. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Figura 29: Antigo outdoor transformado em balanços.



Fonte: Broken City Lab // Lydon (2012).

Intersection Repair:

"*Intersection Repair*" ou remodelação de cruzamentos, são ações que promovem a discussão referente às questões de mobilidade urbana, através de pinturas no chão com propósito de modificar os fluxos de automóveis e pedestres, dando prioridade aos últimos (Figura 29). Em sua maioria, são táticas inicialmente sem participação governamental, contudo, devido ao baixo valor e rápida implementação, logo são adotadas como políticas públicas. Algumas alterações podem ocorrer de forma mais duradoura no sistema viário como a alteração das esquinas, implementando balizadores, criando faixas elevadas para pedestres, por exemplo. Quando há envolvimento efetivo da comunidade local, fica evidente como os moradores buscam aprimorar esses locais de encontro com a inserção de mobiliário urbano. A expressão "*Intersection Repair*" denota uma abordagem além da intervenção ao abranger o conceito de reforma ou reparo da área e promove a reflexão sobre como construímos nossas

ruas, muitas vezes priorizando os automóveis em detrimento dos pedestres. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Figura 30: Intersection Repair em Los Angeles.



Fonte: Los Angeles Eco-Village Blog //r. Lydon (2012).

Site pre-vitalization:

Esta ação é promovida pelo proprietário de um lote inativo, no qual induz uma multiplicidade de usos de maneira efêmera, como arte, gastronomia, lojas, entre outros. Com isso, investiga as potencialidades futuras do espaço como preferências e consumos, enquanto incentiva o cenário local ao ceder o espaço para ativistas, comerciantes, cozinheiros, etc. Embora a ação seja de ordem privada, Lydon *et al.* (2012) acreditam que essas intervenções poderiam ser incorporadas pelo Estado como testes antes de uma ação duradoura. A expressão refere-se à uma vitalidade antecedente à criação de um espaço definitivo. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Reclaimed setbacks:

Procurando revitalizar espaços semi-públicos em regiões residenciais, como nos jardins frontais residenciais, as ações de "*Reclaimed setbacks*" (Figura 30) são consideradas ilegais nos EUA devido às normas construtiva estadunidense. As atividades buscam a interação com a vizinhança, aproximando a comunidade local e dando uso para locais sem

sociabilidade. O termo "*reclaimed*" pode ser traduzido como 'reaproveitar', conotando uma ideia de utilização do espaço, mas também, indicando ações de reconquista e recuperação dessa margem entre o público e o privado. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Figura 31: Exemplo de ativação num bairro dos EUA com poemas.



Fonte: Mike Lydon /r. Lydon (2012).

Park making:

Com base nas ações de *Park(ing) day*, o "*Park making*" é uma tática análoga para discutir a falta de espaços verdes nas cidades, porém diferem-se na escala, sendo esta maior. Para a implementação dependem da associação com a municipalidade e/ou instituições, já que se tratam de grandes parques. O termo está vinculado à sua própria definição, fazer parques. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Micro-mixing:

"*Micro-mixing*" refere-se à mescla de variados tipos de comércio em uma única edificação, permitindo testes com diversas possibilidades comerciais, partindo-se de investimento inicial baixo, mas com potencial significativo de retorno para os empreendedores. Dois exemplos comuns no Brasil são as livrarias com cafeterias e barbearias com bares. Como o termo sugere, o "*micro-mixing*" envolve a mesclagem de comércio na escala micro. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Guerrilla garden:

As ações de "*guerrilla garden*" do grupo *Green Guerrilla*, são ações que desde a década de 1970 promovem jardins em áreas subutilizadas, públicas ou privadas. Buscam a conscientização de questões ambientais e sustentáveis. Igualmente ao caso de "*guerrilla urbanism*", essa tática pretende-se ir contra o sistema. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Weed bombing:

O fundador e ativista Brad Knoefler, somado a outros artistas locais e ativistas, transformou arbustos selvagens na cidade de Miami, em arte urbana ao pintarem suas folhas como forma de protesto aos descasos da prefeitura com a vegetação urbana (Figura 31). O termo "*bombing*", funciona como em "*chair bombing*", pois associa-se ao vocabulário militar. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

Figura 32: Exemplo de weed bombing.



Fonte: Kerry McLaney /r. Lydon (2012).

Camps:

São acampamentos em espaços públicos, com intuito de protesto, como no caso do movimento *Occupy* em NYC. (Lydon *et al.*, 2012).

Pop-up towns hall:

As "*pop-up towns hall*" atuam como uma plataforma física, informal e não estatal para discussões cívicas e de intercâmbio de ideias. Essas reuniões efêmeras normalmente ocorrem em locais subutilizados como terrenos baldios. O propósito é estabelecer um ambiente que reúna indivíduos de diversos contextos para discutirem sobre temas relacionados às suas respectivas cidade. (Felizardo, 2024 e Lydon *et al.*, 2012).

1.1.2.Outros termos associados

[...] a tática é o movimento [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as "ocasiões" e delas depende [...]. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida, mobilidade [...]. (De Certeau, 1998, p.100)

*[...] as estratégias apontam para a resistência que o **estabelecimento de um lugar** oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma **hábil utilização** do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder.* (De Certeau, 1998, p.102, grifo do autor)

Considerando a definição de tática de De Certeau (1998), poderíamos deduzir que a variação dos termos no decorrer dos anos está diretamente associada à construção coletiva das cidades e, de maneira geral, buscam desafiar o sistema vigente. Os termos UT, participação, colaboração, *everyday urbanism*, microplanejamento, urbanismo DIY, urbanismo de guerrilha, entre outros, são as próprias táticas de De Certeau, isto é expressões distintas para a mesma finalidade. Pois, para continuarem o sendo, necessitam de constante renovação já que, nos diferentes contextos históricos mudam-se os posicionamentos econômicos, políticos, sociais e até tecnológicos. Dessa forma, elas se atualizam em aspectos mais

superficiais, como a terminologia, porém conservam o ideal conceitual de tática. Assim, poderia-se justificar a diversidade de vocábulos para as ações táticas, uma vez que essa profusão de termos é parte integrante da concepção de tática (Felizardo, 2024)

Outro ponto relevante é a própria formação do catálogo (Lydon *et al.*, 2012), pois, para sua constituição os autores reuniram práticas já existentes em diferentes locais dos EUA, sejam elas com nomes iguais, similares ou totalmente diferentes, e com promotores exercendo táticas análogas, como no caso dos termos parklets, pop-up cafes e pavement to parks. Também é necessário reconhecer que muitas das ações do UT são relativamente simples e de fácil acesso, entretanto, a grande quantidade de termos e a falta de conhecimento acerca de suas definições e usos, podem condená-las ao desuso, pois as restringem ao conhecimento teórico. Mesmo quando há um conhecimento da prática, nota-se esse distanciamento conceitual, consequência da grande difusão das ações, mas não das definições, tanto das táticas, quanto do próprio urbanismo tático.

Assim, torna-se essencial notar as nuances envolvidas no emprego dessas expressões quando associadas ao urbanismo na micro escala, dado que cada termo assume um significado diferente. Ao utilizar o verbete "urbanismo tático" (Lydon *et al.*, 2012), assumimos uma relação com táticas militares (de Certeau, 1998) e a habilidade de, através de uma sequência de ações sutis, se obter um efeito positivo. Além disso, pode-se relacioná-lo às mudanças ágeis de estratégia para atingir resultados eficazes em conformidade com as demandas imediatas e locais (Felizardo, 2024).

"Urbanismo de guerrilha" (Courage, 2013; Kim, 2022; Lydon, 2012; Lydon & Garcia, 2015; Mould, 2014; Nello-Deakin, 2023; Rossitti *et al.*, 2023; Spataro, 2016; Webb, 2018) e "microrresistências" (Jacques in Rosa, 2011), estão associados às resistências, conformando lutas de oposição ao sistema vigente, portanto assumem, um caráter revolucionário e muito político (Felizardo, 2024). Já os termos "Microplanejamento"¹⁷ (Rosa, 2011) e "Ações acupunturais" (Brenner, 2015), referem-se ao planejamento urbano na escala local, podendo ter a presença ou não do Estado, embora o primeiro indique algo mais formalizado¹⁸.

Em oposição às ações *top-down* surge a expressão "urbanismo *bottom-up*", ou seja, ações provenientes de demandas da população para com o Estado, de forma a inverter a

¹⁷ Sob o termo de Microplanejamento, Luciana Bragança já tinha abordado o tema na sua dissertação "Do planejamento da circulação ao Microplanejamento Integrado." (2005). Contudo, seu enfoque não foi nas práticas em si, mas sim em como esse modelo de gestão poderia complementar o macroplanejamento, ainda muito adotado nos planos diretores brasileiros.

¹⁸ Através dos exemplos no livro, notamos que nem sempre as ações indicadas relacionam-se como estado

ordem vigente e o planejamento convencional. Por sua vez, a expressão "*Everyday urbanism*" (Crawford, 1999; Lydon e Garcia, 2015) é empregada para descrever ações do dia-a-dia, muitas vezes espontâneas, realizadas pela sociedade. São ações como na imagem a seguir (Figura 32), na qual com a reutilização de materiais forma-se um banco. Entretanto, diante da prevalência desse tipo de ação em locais com economias medianas ou baixas, surge a indagação sobre o quanto as ações chamadas "*everyday urbanism*" (Crawford, 1999) refletem a ausência de investimentos estatais na cidade, resultando, entre diversas questões, a carência de espaços de lazer e convivência. Portanto, é necessário contextualizar esse tipo de ação e considerar o contexto socioeconômico da região (Felizardo, 2024).

Figura 33: Fotografia de banco improvisado em Brooklyn (NYC).



Fonte: Mike Lydon, 2015 *In*: Lydon e Garcia (2015).

Outra expressão associada ao UT é "*New Urbanism*" (Novo Urbanismo). Entretanto, a distinção entre os termos é evidenciada por Lydon e Garcia (2015), tendo em vista que o *New Urbanism* é um movimento ocorrido na década de 1980, o qual incentiva os deslocamentos a pé, em detrimento ao sistema rodoviário dos EUA. Também envolve o planejamento de bairros ou remodelação de alguns subúrbios facilitando o caminhar. (Felizardo, 2024)

[...] Enquanto o Novo Urbanismo se concentra amplamente na interseção de política e forma física como um progenitor necessário de uma economia, meio ambiente e população mais saudáveis, o Urbanismo Tático adiciona os elementos de planejamento e cotidiano ao uso e adaptação de espaços físicos novos e existentes. A revelação é que simplesmente definir e projetar um belo

espaço público não é suficiente. O cotidiano e uso devem ser mais instigados; sem o planejamento e as atividades – os rituais da vida cotidiana – que acontecem no espaço público, não pode haver vida urbana (Lydon e Garcia, 2015, p.61, tradução nossa)¹⁹.

Como o próprio nome indica, o "Urbanismo *Do It Yourself*" (Bradley, 2015; Courage, 2013; Lydon, 2012; Lydon & Garcia, 2015; Kim, 2022; Rossitti *et al.*, 2023; Spataro, 2016; Webb, 2018) está associado ao movimento DIY da década de 1970. Como forma de customização e de criar uma identidade no meio da padronização e fabricação de objetos em série, propõe a produção ou reforma destes objetos pelo próprio usuário. Sua divulgação se deu através das mídias impressas (revistas) com manuais e tutoriais para seguir-se. Além de envolver o usuário no processo de fabricação, tornando-o protagonista, a disseminação da informação foi uma importante referência para o UT. Este último, por sua vez, utilizando-se de plataformas digitais obtendo um alcance mundial de maneira ampla e eficiente.

Por fim, as expressões "*Portable Architecture*" (Lydon *et al.*, 2012), ou "Pop-up urbanism" (Lydon, 2012; Lydon & Garcia, 2015; Kim, 2022; Rossitti *et al.*, 2023; Webb, 2018), são relativos à arquitetura móvel e transportável, caracterizada pela não permanência. Esses conceitos recuperam a ideia, que o UT carrega, de teste e a possibilidade de se reproduzir as mesmas ações em locais diversos, pois utilizam-se de módulos desmontáveis e podem ser replicadas, adaptando-se ao local de intervenção.

1.1.3.As cidade-padrão

Lydon *et al.* (2012) identificaram cidades estadunidenses precursoras de ações táticas, as quais criaram modelos bem-sucedidos e, posteriormente, exportados para outras regiões e países, tornando-se pólos. Chamando-as de "cidades padrão", destacam-se as cidades de São Francisco e Nova Iorque, na qual o Brooklyn possui papel fundamental na criação de algumas táticas. Com base na obra, uma breve cronologia sobre a origem dessas ações encontra-se a seguir.

¹⁹ Do original em inglês: "[...] Whereas New Urbanism focuses largely on the intersection of policy and physical form as a necessary progenitor of a healthier economy, environment, and populace, Tactical Urbanism adds the elements of program and ritual into the use and adaptation of new and existing physical spaces. The revelation is that simply defining and designing beautiful public space is not enough. Ritual and use have to be further instigated; without the programming and activities—the rituals of daily life—that take place in public space there can be no urban life" (Lydon e Garcia, 2015, p. 61).

Em 1914 deu-se início o programa *Play Streets* na cidade de Nova Iorque, no qual trechos de ruas, normalmente próximos a instituições de ensino, foram destinados ao lazer e brincadeiras para crianças durante os meses de verão. Já em São Francisco, na década de 1970, a artista plástica Bonnie Ora Sherk propôs as intervenções "*Portable Parks*", com as quais posicionou bancos de piquenique em áreas residuais como forma de contestação sobre a falta de espaços de estar para transeuntes, ação que Lydon *et al.* (2012) consideraram como antecessora do que hoje se convém à tipologia dos Parklets. Em 1973 ocorreram algumas iniciativas encabeçadas pelo grupo denominado "*Green Guerrilla*", de ações chamadas "*Guerrilla gardens*", ou seja, intervenções nos espaços públicos ou privados, nas quais, adicionam-se plantas, quando possível criam-se jardins ou hortas, com objetivo de friccionar questões como "produção sustentável de alimentos, gestão de águas pluviais urbanas, melhoria da estética da vizinhança e o poder de ação local de colaboração de curto prazo."²⁰ (Lydon *et al.*, 2012, tradução nossa)

Mais recentemente, São Francisco inaugurou o primeiro Park(ing) Day, proposto através de um manifesto pelo grupo *Rebar*, ocupando por um dia vagas destinadas aos automóveis com cadeiras, grama e plantas, a fim de reivindicar o espaço dedicado aos carros em detrimento aos espaços públicos e de qualidade para pedestres; o movimento se expandiu e ocorre anualmente em todos os EUA. Durante 2006, ocorreram dois movimentos na cidade de Nova Iorque, um primeiro, similar às *Play-Streets*, chamado *Open-Streets*, no qual grandes avenidas foram temporariamente apropriadas pela população para atividades de caminhada, ciclismo, dança, performances musicais, venda ambulante, entre outros - e que para ser realizado, foi impedido o tráfego de automóveis temporariamente. Já o segundo foi denominado "*Pavement to Plazas*", e teve o objetivo de transformar áreas subutilizadas e/ou destinadas aos automóveis em áreas para lazer. Para o êxito desse programa, o departamento de trânsito da cidade atuou de forma significativa, permitindo resultados positivos, e sustentando tais atividades até hoje²¹.

Em 2009, São Francisco fez um redesenho do movimento "*Pavement to Plazas*" e da proposta do *Park(ing) Day*, ficando conhecido como "*Pavement to Parks*" ou Parklets, no qual utiliza-se de uma ou duas vagas de estacionamento para criar espaços de descanso e lazer, normalmente associados a um comércio ou serviço; vale destacar a repercussão dessa prática

²⁰ "sustainable food systems, urban storm-water management, improving neighborhood aesthetics, and the power of short-term, collaborative local action" (Lydon *et al.*, 2012).

²¹ Vale ressaltar a importância da comissária do New York Department of Transportation, Janette Sadik-Khan, entre 2007 e 2013, para tais ações se concretizarem.

na cidade de São Paulo, tornando-se a quarta cidade do mundo e a primeira do Brasil, a adotar os Parklets como política pública. Já em Nova Iorque, duas táticas foram adotadas em 2010; a primeira, mais especificamente no Brooklyn, denominada "*chair bombing*", foi proposta pelo grupo *DoTanke* e consiste na criação de mobiliário a partir de materiais reciclados para posterior inserção em locais com grande fluxo de pedestres e escassez de cadeiras e bancos. A segunda foi uma reconfiguração dos Parklets, denominados *Pop-Up Cafes*, preservando o mesmo intuito da proposta original, mas associada aos estabelecimentos alimentícios. Na mesma toada de solução formal, São Francisco propõe os "*Parkmobiles*", em 2011, voltados diretamente à discussão da revegetação das cidades.

O espriamento das táticas foi significativo nas grandes cidades estadunidenses, principalmente, pelo modo de divulgação - via internet através de manuais, manifestos e das redes sociais - e da proposição das mesmas, uma vez que pretende-se esse intercâmbio de ideias. Esse movimento não foi diferente com Nova Iorque e São Francisco, que aderiram à outras ações táticas, tais como: a pré-vitalização de espaços, bicicletários, "*build a better block*" e a venda informal (vendedores ambulantes); sendo esse o último adotado por Nova Iorque através de uma cartilha realizada pelo "*The Center for Urban Pedagogy's*" nomeada "*Vending Power! A Guide to Vending in New York City*", reforçando a formalização dessas práticas.

Assim, através dessa amplitude de práticas pode-se notar que ambas as cidades são referências quando se trata de urbanismo tático, seja no quesito de criação e inserção de ações, seja de exportação das mesmas, mas também, de importação e remodelação de outras. Fazendo um paralelo com o Brasil, podemos considerar as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro como "cidades-padrão" no cenário nacional devido à proliferação de ações táticas e sua importância sócio econômica, cultural e de destaque mundial. Na pesquisa, optamos por estudar São Paulo já que as pesquisas realizadas pelo grupo LabIT, Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático, na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), abarcam as ações lá implementadas.

1.2.Importando o conceito e práticas de Urbanismo Tático para o Brasil

De maneira geral há um movimento de importação de ideais, conceitos, modos de vida, sistemas, legislações, tecnologia, etc., do Norte geográfico para o Sul. Esse fluxo ocorre por assumir-se maior desenvolvimento econômico, social e político de um hemisfério perante outro. Na maioria das vezes, os contextos de cada região são desconsiderados e não ocorre uma transição entre a referência e a aplicação, negligenciando as dinâmicas reais dos países importadores perante os exportadores.

O mesmo paradigma se estabeleceu com o urbanismo tático. Na prática, a importação das ações se deu em grande parte através de coletivos e escritórios de arquitetura e design, ou por ações particulares, como nos casos dos *food-trucks*, nos quais os próprios comerciantes investiram em modificações estéticas dos próprios trailers de comida como forma de atrair consumidores. Ou, em casos como o dos Parklets, nos quais os estabelecimentos replicaram a tipologia em diferentes lugares, apenas considerando adequações de relevo e materialidade, uma vez que foi um processo incorporado pela iniciativa privada logo no seu início.

Segundo Felizardo e Serling (2021), a economia informal presente em toda América Latina como forma de comércio e subsistência, se encontra cotidianamente espacializada na cidade como, vendedores ambulantes, quiosques, trailers de comida, e demais formas ambulantes de venda. Entretanto, com as iniciativas de UT, as quais possuem um valor agregado por meio do design, cria-se um nicho comercial, no qual essas tipologias citadas acima transformam-se em objetos de consumo através de processos de "gourmetização"²² e de caráter "*vintage*". Com esse caráter formalizado, passa a ser mais aceito "tanto como objeto em si, como no discurso e conceitos apresentados pela academia." (Felizardo e Sperling, 2021)

Academicamente, ocorreu um movimento nacional paralelo ao de Lydon *et al.* (2011), no qual alguns pesquisadores como Rosa (2011) e Sansão-Fontes (2011), iniciaram conceituações sobre as ações em pequena escala, participativas e não formalizadas. Dando prosseguimento à temática, podemos citar autores como Almeida (2017), Nogueira (2017), e ao trabalho de De Carvalho, Imbronito, Maziviero (2019).

²² Expressão primeiramente utilizada quando ficou popular a transformação de alimentos comuns em pratos refinados, hoje o termo expandiu-se para todas as ações de mudança que agregam valor a um objeto, lugar, etc.

Algumas dessas ações ganharam destaque no Brasil, principalmente na cidade de São Paulo, por esta apresentar, naquele momento, um cenário favorável às táticas urbanas (Figura 34), decorrente de três fatores: (1) o governo de Fernando Haddad em 2013 e a renovação do Plano Diretor Estratégico na mesma gestão, formando uma conjuntura propícia às práticas urbanas; o Movimento Passe Livre e sua reverberação numa onda de protestos voltados à questão da mobilidade(2) ; e, por fim, (3) aos eventos do Design Weekend de 2013 e X Bial de Arquitetura, nos quais discutiu-se ativamente questões urbanas de mobilidade, apropriação e uso dos espaços públicos (Felizardo, 2018).

Figura 34: Quadro resumo da Importação do UT no Brasil.

IMPORTAÇÃO DO UT NO BRASIL



Fonte: Autoria própria, 2024

Além de ser pioneira na retirada dos painéis publicitários pela Lei Cidade Limpa²³, SP construiu várias ciclovias e ciclofaixas²⁴; implantou - em conjunto com alguns Bancos privados

²³ Ação que tornou-se tática urbana segundo Lydon *et al.* (2012).

²⁴ Apesar de não ser uma tática classificada por Lydon *et al.* (2012), as ciclovias e ciclofaixas são apresentadas na pesquisa de maneira conjunta às táticas, pois no cenário brasileira não são tratadas como um

- um sistema de aluguel para bicicletas de domínio público; efetivou as Ruas Abertas em várias avenidas, sendo a mais famosa na Avenida Paulista; foi a quarta cidade do mundo a incorporar os Parklets como legislação e concebeu uma política pública para criação de 32 Parklets Municipais (um em cada Subprefeitura). Concebeu e realizou as obras do Centro Aberto com financiamento privado e contratação do escritório *Gehl Architects*. Também, nota-se a existência da atuação popular na cidade, como nos casos do edital para construção de mobiliário temporários no Largo da Batata; como também, de algumas ONGs e instituições na promoção de hortas urbanas coletivas e remodelações de praças.

Todas essas ações puderam ser implementadas devido à agenda urbana na gestão Haddad, na qual questões de moradia, transporte, educação, saúde, cidadania, inclusão, preservação ambiental, entre outras, estavam não só nos discursos, mas também, na própria legislação, seja com o Plano Diretor estratégico de 2014 ou em decretos, além de um corpo técnico alinhado com os ideais do então prefeito, o que facilitou a implementação dessas leis.

[...] Representa um pacto da sociedade em direção à justiça social, ao uso mais racional dos recursos ambientais, à melhoria da qualidade de vida e à intensa participação social nas decisões sobre o futuro de São Paulo [...]

O impacto do PDE para a cidade, no dia a dia das pessoas, é grande e será cada vez maior. Por isso, trazer o seu conteúdo para uma linguagem que facilite a compreensão de todos é o objetivo da presente publicação [...] (São Paulo (cidade), 2014, p.9).

Alguns apontamentos importantes surgem a partir de uma breve análise dos Planos Diretores Estratégicos do Município de São Paulo de 2002-2012 (gestão de Marta Suplicy - PT) e o referente a 2014-2024 (gestão Fernando Haddad - PT). Primeiramente, o Plano mais antigo não menciona participação popular em qualquer instância, enquanto o segundo, não só menciona e discorre sobre o assunto, mas seu próprio formato e texto são elucidativos e didáticos facilitando a compreensão do público leigo. Dentro do "Título IV - da gestão democrática e do planejamento urbano" há dois capítulos dedicados à participação social, nos quais há uma explicação breve das instâncias, etapas e instrumentos legais.

Outro ponto a destacar são as ciclovias. Esta é a ação mais próxima das táticas que o primeiro Plano menciona de uma forma breve, apenas citando-a dentre os tópicos sobre formas de transporte dentro dos bairros e ilustrando com uma fotografia (Figura 35). Contudo, não há nenhum texto ou mapa que demonstre uma rede interligada deste modal com os

modal de transporte, tendo em vista que não há uma continuidade e um planejamento dessas vias nas cidades, além de, normalmente, estarem associadas ao lazer.

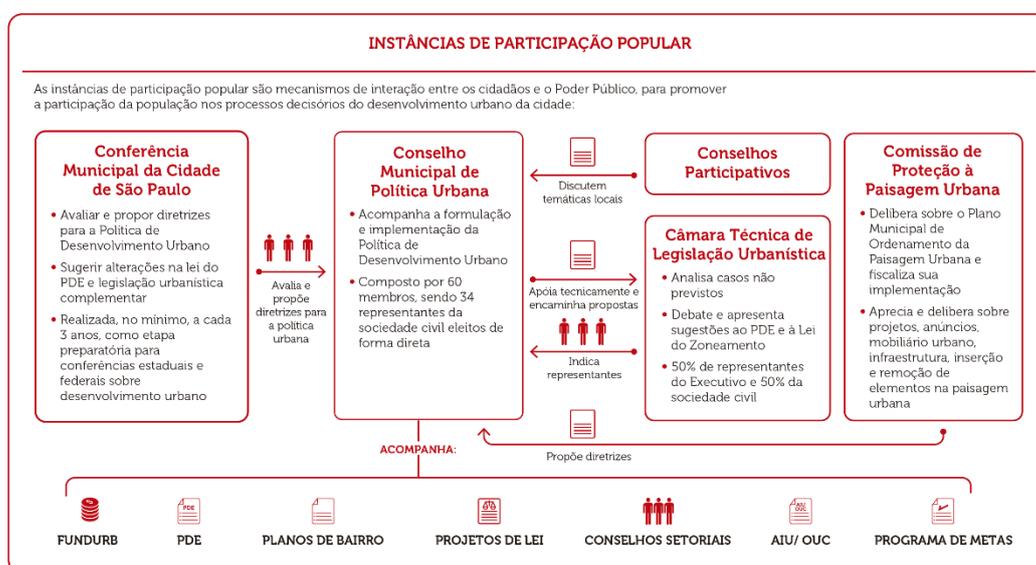
demais, focando apenas em grandes projetos viários, como o Rodoanel. Já o segundo Plano, apresenta uma parcela dedicada ao tema na "Seção VII - do sistema ciclovitário", na qual detalha o que engloba o sistema ciclovitário, seus elementos, os programas e investimentos, como na imagem

Figura 35: Fotografia da ciclovía da Faria Lima presente no Plano Diretor Estratégico de SP de 2002.



Fonte: Plano Diretor e Estratégico do Município de São Paulo de 2002-2012.

Figura 36: Diagrama das Instâncias de Participação Popular do Plano Diretor Estratégico de SP de 2014.



Fonte: Plano Diretor e Estratégico do Município de São Paulo de 2014-2024.

Ademais, o Plano vigente apresenta diferentes níveis de planejamento, do macro ao micro, passando por etapas intermediárias como a atuação das Subprefeituras. Exemplos das agendas micro são as AEL ou Áreas de Estruturação Local e os Planos de Bairros. Enquanto o plano anterior foca apenas em ações macro e generalistas, sendo a escala mais próxima da população a das Subprefeituras. Todos esses fatores nos informam sobre uma mudança na forma de pensar a cidade pela municipalidade. Outro ponto é evidente que ambos planos já incorporaram ações privadas na gestão do espaço público, como parcerias público-privadas. Contudo, o Plano da gestão Haddad possibilita e instrui legalmente meios da participação popular e de ações na escala local (Figura 36).

Concomitante à estruturação do Plano Diretor, em 2013 uma onda de protestos contra o aumento da tarifa de ônibus deu-se início na Cidade de São Paulo, similar aos já ocorridos em Salvador e Florianópolis. Mesmo com a manutenção do preço anterior da tarifa, o movimento cresceu e abarcou outras pautas como saúde, educação, fim da corrupção, segurança, habitação, entre outras, mantendo na agenda a pauta da mobilidade. Naquele momento, essas movimentações foram importantes para resgatar o papel de cidadão ativo da população, retomar o uso da rua e espaços públicos como espaços de protesto e debate e, claro, da importância das próprias pautas em si (Maricato et. al., 2013). Deve-se ressaltar que tanto Maricato (2013) quanto Rolnik (2013), no trecho a seguir, fizeram esses apontamentos durante tais protestos e hoje, com um olhar crítico, temos conhecimento dos desdobramentos dos mesmos, como a retomada da direita extremista e também dos processos de despolitização, por exemplo.

Podemos pensar essas manifestações como um terremoto [...], que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos. Mas, sobretudo - e isso é o mais importante -, fez renascer entre nós a utopia (Rolnik, 2013, p. 8).

No mesmo ano aconteceram dois eventos importantes para repensar o papel e produção das cidades, o Design Weekend e a X Bienal de Arquitetura. O primeiro evento teve como propósito conectar o design à arquitetura e ao urbanismo, abordando também as pautas de inclusão social e mobilidade. Uma das formas de manifestação das discussões de

mobilidade foi a elaboração de duas Zonas Verdes - outra denominação dada aos Parklets -, uma na Rua Amauri, 225, e outra na Rua Maria Antônia, em frente ao Centro Universitário Maria Antônia da USP. Os parceiros para realização foram o Instituto Mobilidade Verde, Design OK, Gentilezas Urbanas, H2C Arquitetura e Zoom Arquitetura e patrocinadores Summit Promo, Secovi e Vitacon.

Nas intervenções de design urbano, várias discussões sobre a ocupação dos espaços públicos serão realizadas. Destaque para a inédita instalação de novos espaços de convivência denominados Zonas Verdes. (Andrade in Design Weekend, 2013, p. 6)

Já a X Bienal de Arquitetura (12/outubro a 1/dezembro) apresentou como mote "Cidade: Modos de fazer, modos de usar", no qual abrangeu discussões e intervenções em diferentes escalas e abordou questões de participação social, diferentes dimensões da cidade, habitação e mobilidade. Esta última não só esteve como discurso, mas também como experiência, pois, pela primeira vez desde 1950, o evento se espalhou por diferentes regiões da cidade de São Paulo – SESC Pompéia, MASP, Centro Cultural São Paulo, por exemplo – com acesso a variados modais de transporte, mas principalmente, o metrô (Nobre, 2014; Sobral-Rodrigues, 2018).

Esta é a hipótese desta bienal: a realização de um processo de qualificação da construção de nossas cidades a partir do enfrentamento crítico dos processos urbanos, particularmente associados ao uso da cidade por toda a população [...] Expondo e discutindo as diferentes maneiras de usar/fazer a cidade, a X Bienal de Arquitetura de São Paulo traz à tona temas como mobilidade, densidade, qualificação do espaço público e infraestrutura urbana. Com esses eixos, a exposição se organiza e propõe uma reflexão aos cidadãos, disponibilizando instrumentos de análise para que cada um possa pensar como usar e, portanto, fazer uma cidade melhor. Na visita à rede de exposições espalhada pela cidade, o público tem a experiência viva de uma cidade estruturada no transporte coletivo (Folder X Bienal de Arquitetura, 2013).

Como mencionado, várias intervenções foram idealizadas, dentre elas a construção do Parklet ao lado do Conjunto Nacional (onde hoje se localiza uma terceira versão da proposta e o qual foi um dos casos de estudo), configurando-se como o primeiro Parklet a ser implementado oficialmente pela municipalidade. Alguns escritórios também colaboraram para

sua realização, tais como o Design OK, Instituto Mobilidade Verde, H2C Arquitetura, Gentilezas Urbanas e Zoom Arquitetura e a empresa Secovi como patrocinadora. Muitos desses agentes se tornaram posteriormente especialistas em Parklets e focaram nessa tipologia como um nicho de projeto e comércio.

Aqui vale um adendo sobre a relação de alguns escritórios de arquitetura, urbanismo e design, bem como de alguns coletivos com a Prefeitura de São Paulo. A exemplo da implementação dos primeiros Parklets, essa associação entre coletivos e escritórios foi muito intensa e presente devido à importação dessa nova tipologia para o Brasil. Era necessário entender como seria sua implementação no ambiente urbano, desde materialidades, espacialidades, até questões técnicas e de detalhamento. Outro momento se deu entre os escritórios e a Prefeitura de SP, não só para aprovação e permissão de construção, mas como parceria para articular o Decreto N°55.045 e o "Manual Operacional para Implementar um Parklet em São Paulo" (2014). Portanto, é notório esse envolvimento, sendo os escritórios um importante elo para importação do UT.

[...] a relação entre arquitetura e espaço público que naquele momento era a grande ênfase, digamos assim, [...] era pautada, pela discussão em torno do espaço público e a necessidade, o desejo, de ocupar os espaços públicos, tanto que no período que a gente tá organizando a Bienal, um pouco antes da Bienal abrir, acontecem as manifestações as jornadas de junho, né? Foi bem durante a organização da Bienal, da produção da Bienal, então isso tudo estava muito efervescente, estava muito em ebulição ali, significava naquele momento, o que é muito diferente de hoje, acho que em 10 anos mudou muita coisa [...] (Nobre, 2023, p.2).

Como no ano seguinte foi aprovado o Plano Diretor Estratégico para a Cidade de São Paulo, podemos inferir que, de uma forma ou de outra, ambos eventos e os protestos corroboraram para algumas discussões presentes no Plano Diretor como a pauta da mobilidade, inserção social e ações na escala local, principalmente pela interação entre escritório, coletivos e municipalidade. Assim, fomentou-se a instalação de ações táticas, como o Centro Aberto, os Parklets, as Ruas Abertas, a implementação de várias ciclovias e ciclofaixas, entre outros.

[...] Eu acho que essas são coisas que a gente recebe até hoje, sabe? Assim essas reações, essas respostas coisas que a gente nem sabe que aconteceram, que a Bienal teve essa potência de disparar essas coisas,

entendeu? Que a gente teve notícia, claro, mas isso é muito bom, né? Também coisas efêmeras, coisas que aconteceram ali e tal, mas é isso, quando eu ouço do IAB que quer voltar (a Bienal de Arquitetura) para o Ibirapuera eu digo "Nossa, mas será que tudo isso era em vão? [...]" (Nobre, 2023, p.6).

No segundo semestre de 2016, a ex-secretária dos transportes de NYC, Janette Sadik-Khan visitou a cidade de São Paulo, realizando algumas palestras sobre a relação dos pedestres com as ruas e sobre os espaços de lazer e estar nas cidades. Questões, as quais, estão presentes em seu livro conjunto com o ex-prefeito de NYC e da Iniciativa Bloomberg, "Urban Street Guide", o qual é um manual com soluções viárias que priorizam os transeuntes, resultado de ações e testes realizados na cidade de Nova Iorque, sendo o mais conhecido na *Times Square*. Na ocasião, Sadik-Khan participou das alterações viárias no bairro de Santana, as quais discutiremos adiante. A vinda da autora para a cidade, também corroborou com a difusão das ações táticas em São Paulo, como relembra Leticia Sabino.

[...] é muito difícil saber as primeiras vezes que eu vi termos assim, mas eu acho que teve uma relação muito forte com a transformação de Nova York pela Janette Sadik-Khan porque a gente estava acompanhando muito que estava acontecendo lá e foi na gestão Haddad e ela veio para São Paulo fazer muitas palestras sobre o tema (Sabino, 2023. p.1).

É perceptível que o somatório dessas ações impactou a tomada de decisões pela municipalidade nos anos subsequentes, além de uma mudança social de pensamento e uso do espaço público. Naturalmente, em diferentes escalas e nuances, conforme as regiões da cidade, dispondo de maior ou menor apoio do Estado e atravessando os dois anos de pandemia global pelo COVID-19. Exemplo disso são as expansões das ações do Centro Aberto em 2020 e suas atuais reformas, a retomada do Programa Ruas Abertas desde 2022 e a manutenção de vários Parklets.

Em 2020, durante a gestão de Bruno Covas, organizou-se o Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias da Cidade de São Paulo junto às entidades: WRI Brasil, *Partnership for Healthy Cities*, a *Vital Strategies* e a Iniciativa Bloomberg pela Segurança Global no Trânsito. Esse documento reúne e associa todas legislações atuais de desenho urbano e viário com esquemas projetuais desses espaços, primordialmente, visando a equidade viária. Ou seja, com soluções que priorizam o pedestre e seus espaços de descanso e lazer, tiram o foco do carro e abarcam uma ampla gama de modais. Considerando a parceria da *Bloomberg*

Philanthropies, é notável a semelhança com o *Global Streets Design Guide*²⁵ (2016), traduzido em 2018 para português, porém, por ser direcionada à cidade de São Paulo, o Manual abarca questões locais, diferentemente do estadunidense.

[...] já tinha essa prática nas famosas revistas da EMURB, aonde para poder gerar um alto índice de familiarização da sociedade com o projeto e de, evidentemente, divulgar o projeto para que ele possa se multiplicar na cidade, a EMURB, já fazia essa prática, a São Paulo Urbanismo apenas perpetua essa prática nos seus projetos e é um dos componentes também que nos ajudam a garantir transparência do processo para poder identificar todas as ações como políticas públicas e não como demandas particulares de interessados, né? [...] Enfim a publicação acaba também sendo uma maneira muito simples também de apresentar para os outros entes públicos, como é que a gente lida com os espaços com os projetos então acaba sendo bom para a gente, bom para sociedade, bom para os outros entes públicos então, espero que essa prática perpetue por muitos e muitos anos [...] (Ramos, 2023, p.8).

Como já discutido, a promoção e divulgação de guias, catálogos, entre outros, é uma prática do UT, contudo, como explica André Ramos, já era uma dinâmica da Prefeitura de São Paulo desde a década de 70, com a EMURB, através de revistas. Paralelamente, podemos associar a retomada dessa prática às revistas do movimento DIY como formas de divulgação do próprio movimento. Nelas se encontravam o passo-a-passo de como montar o objeto com imagens e/ou ilustrações, além de formas de customizar (Pacheco, 2019). De forma similar, o UT vai se apropriar desse meio de divulgação, aliado às plataformas digitais, possibilitando um alcance mundial.

²⁵ A Bloomberg Philanthropies tem como fundador o ex-prefeito de NYC, que em parceria com Janette Sadik-Khan, Presidente da Global Designing Cities Initiative, viabilizaram o guia.

1.3. Contradições iniciais das ações táticas no Brasil

Nesse trecho vamos contextualizar algumas questões presenciadas logo com as primeiras ações táticas produzidas no Brasil, ou seja, os primeiros desacordos ocorridos ao se importar um conceito e práticas dos EUA para um cenário distinto, no caso o brasileiro. Por ora, não nos aprofundaremos nesses pontos, pois, ao longo dessa década de importação, vários outros(as) autores(as) também discorrem sobre. Assim, aqui os apresentaremos *en passant*, pois consideramos essencial entender esse panorama; embora desenvolvemos essas questões ao longo do texto, com os estudos de caso e nos debates teóricos, além de compreendê-las ao longo dos anos.

Ao analisarmos as ações táticas propostas por Lydon *et al.* (2012) e Lydon e Garcia (2015), é notório também no caso brasileiro, o quão algumas práticas já eram e ainda são exercidas no cotidiano como formas de subsistência ou modos culturais de uso das cidades, apresentando diferentes nomes e sem estarem formalizadas, nomeadas, conceituadas ou caracterizadas. Resultam (as ações informais) "em resposta a um cenário histórico de escassez que está agora em uma encruzilhada: entre uma informalidade herdada e uma formalização necessária dos processos urbanos"²⁶ (Petrescu, 2013, p.17, tradução nossa).

Por exemplo, a respeito dos Parklets e do mobiliário urbano, é comum ver-se em alguns bairros e cidades do interior casas com cadeiras de plástico, de praia, banquetas de madeira, entre outros tipos de assento na calçada como atividade de estar e lazer entre vizinhos. Como também, guardar a bicicleta em postes, hidrantes, placas de trânsito, entre outros, por não existir um mobiliário adequado e/ou próximo ao ciclista, além de outras ações de apropriação e ressignificação, comuns na vida cotidiana. Também, dos atuais *Food-trucks*, antigos trailers de lanche ou vendedores ambulantes de comida, que adquiriram um caráter "*vintage*" e de "*gourmetização*", agregando outro tipo de valor ao produto e atraindo um público diferente ao alcançar uma população de alta renda.

Entendendo esse contexto, as ações informais praticadas no Brasil podem ser (e serão para essa pesquisa) classificadas em dois tipos: as tradicionais, que correspondem a um uso

²⁶ Do original, em espanhol: "*Éstas nacen como respuesta frente a un histórico escenario de escasez que hoy se encuentra en un cruce de caminos: entre una heredada informalidad y un necesaria formalización de los procesos urbanos. Esto se refleja en múltiples casos de estudio tales como vendedores ambulantes, ferias libres, ocupaciones de predios por juntas de vecinos o prácticas informales que, por falta de canales institucionales o voluntad política, operan de forma reactiva buscando acortar la brecha de de inequidad y representatividad en la ciudad.*" (Petrescu, in Lydon, 2013, p.17)

específico do espaço, portanto um costume atual ou esquecido ao longo do tempo - brincar na rua, colocar cadeiras na calçada e guardar bicicletas em postes -; e outras ligadas à subsistência e ao trabalho informal, na qual se enquadram os vendedores ambulantes (de qualquer tipo), quiosques de vendas e trailers de comida.

Assim, as ações informais serão consideradas como ações táticas que não passaram pelo processo de normatização, o qual supõe-se estar diretamente associado à uma recharacterização formal – e, portanto, visual e estética – dos objetos e práticas que adquirem uma nova roupagem. Esse fator contribui tanto para aceitação formal no universo da arquitetura, urbanismo e design, como estratégia de propaganda e marketing para os empreendedores e municipalidades. Isto posto, uma questão apresentada por esta pesquisa é relativa à formalização dessas ações, a qual deu-se, em parte, como estratégia de oficializar práticas informais de modo a minimizá-las – bem como da questão do trabalho não institucionalizado –, partindo do pressuposto da desvalorização desse tipo de produção da cidade. E, para tanto, utilizou-se de artifícios como a estetização, "*hipsterização*"²⁷ e "*gourmetização*" dos objetos, além da criação de um nicho de mercado sustentado por uma divulgação midiática nas redes sociais.

As primeiras ações formalizadas como táticas em São Paulo foram implementadas em regiões centrais e/ou ricas das cidades, Subprefeitura de Pinheiros, Centro, entre outras, como mencionado no item anterior. Ou seja, áreas com infraestrutura densa e diversa e bem estabelecidas, muito embora ainda deficientes de áreas verdes, de estar e lazer. Desta forma, outros territórios foram excluídos dessas ações, pelo menos a princípio. Isso nos mostra um segundo contraste com a importação do UT, pois, além das ações informais, que ocorrem também nesses locais, não serem consideradas, as ações táticas não foram implementadas de maneira uniforme na cidade. Obviamente, isso não se deu só no Brasil, contudo, ganha esse destaque exatamente pelas outras tantas ações informais historicamente existentes. Embora Rosa (2011) e Maziviero e Almeida (2017) abarquem ações em periferias nos seus respectivos textos acadêmicos, inclusive desconstruindo esse conceito central de UT por Lydon *et. al.* (2012) (o qual discorreremos com mais profundidade no item 3), na prática nenhuma ação tática foi periférica até a Prefeitura de São Paulo implantar um Parklet Municipal por cada subprefeitura em 2015/2016.

²⁷ O termo vem do movimento *hipster*, no qual jovens se apropriaram de modas em desuso, muito ligado ao conceito *vintage*.

E isso também nos mostra mais um outro contrassenso, que é o papel do Estado nas táticas brasileiras. Embora o conceito inicial de Lydon *et al.* (2012) pautasse a ideia das ações serem contra o sistema vigente e independentes dos governos, ou seja, pautadas pela ideia de subversão e fricção dos mesmos, ao menos em teoria (também discutiremos na seção 3), a prática no Brasil se mostrou o inverso. Desde o início, a presença do Estado foi uma constante em grande parte das táticas, inclusive promovidas pelo mesmo e para a continuidade das ações, como no caso dos Parklets. Reiterando, que estamos falando das ações nomeadas como UT por Lydon *et al.* (2012).

Seção 2 - Casos de Estudo

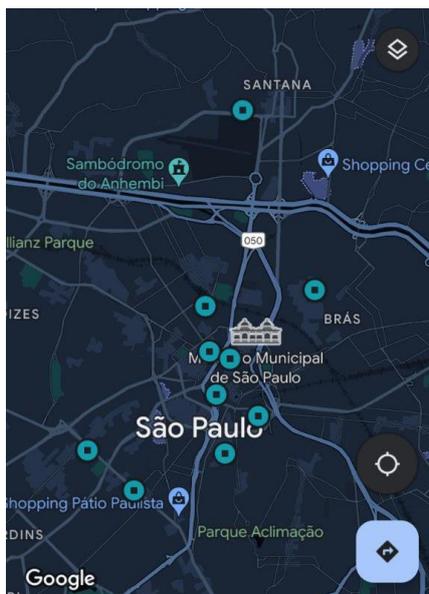
De forma a ilustrar esse processo de importação e entender o arco histórico de implementação das ações táticas no Brasil, foram estudados quatro casos que forneceram questões específicas de como cada tática se estruturou na cidade de São Paulo ao longo dessa última década. Como dito, os casos de estudo se apoiam nas visitas de campo, entrevistas e na divulgação dessas táticas nos meios digitais como o site da Prefeitura de São Paulo e da SP Urbanismo, além dos próprios promotores.

Para escolha dos casos de estudo nos baseamos nas análises dos textos, tanto das revisões sistemáticas como bibliográficas, e notamos uma predominância de quatro tipos de táticas: Chair bombing; Intersection repair; Open/play streets e Parklets. Chama a atenção o fato de três delas estarem diretamente ligadas ao tema da mobilidade, sendo intersection repair uma ação de alteração no próprio sistema viário. Ademais, nos textos mais recentes, durante e pós pandemia de covid-19, ocorreu um predomínio dessas ações.

A partir dessas quatro categorias, apontamos as possibilidades de objetos na cidade de São Paulo. No caso de *chair bombing*, identificamos o caso do Largo da Batata e as ações do Centro Aberto²⁸, ambos visitados no primeiro levantamento de campo. Optamos pelo segundo por ter menos casos na literatura, ser um programa municipal e ter indícios da continuidade do mesmo, fato comprovado com a segunda visita e durante entrevista com o André da SP Urbanismo. Para *Intersection repair*, avaliamos o quarteirão da Rua General Jardim, em frente à Escola da Cidade, e o cruzamento da Rua Dr. César com a Salete, em Santana, ambos também vistos na primeira visita a campo e escolhemos o segundo caso, pois diferentes entidades estavam associadas ao projeto, não estava relacionada a um comércio ou serviço diretamente, além de não ser na região central. Elegemos apenas a Av. Paulista para *Open/Play streets*, pois, dentro do programa municipal de Ruas Abertas, era a única ativa no momento da escolha – hoje sabemos de outras ruas, as quais voltaram ou entraram no programa como a Rua Galvão Bueno (Liberdade). Por fim, no caso dos Parklets selecionamos pelo primeiro implementado e com maior duração no mesmo espaço, o Parklet na Rua Padre João Manuel, 28. Os exemplares se encontram na imagem abaixo (Figura 37).

²⁸ Entendemos que o Centro Aberto é uma política com uma grande variedade de ações táticas e não, exclusivamente, de *chair bombing*, contudo, como a principal ideia é a permanência das pessoas naquele espaço, com vários espaços criados para o estar, a classificamos desta forma.

Figura 37: Imagem do Mapa com os objetos de estudo visitados em campo.



Fonte: Autoria própria, 2024.

2.1. Ruas Abertas

As *Open/Play Streets*, como abordado, são ações visando a abertura temporária de ruas para o uso recreativo dos pedestres, incluindo diversas atividades. Normalmente, as *open streets* ocorrem em (ou próximo à) ruas comerciais e possuem uma constância, enquanto as *play streets* acontecem em pequenos trechos próximos às escolas e não possuem uma periodicidade. Ambas visam promover interação social através do lazer com jogos e brincadeiras, apresentações de dança e música, andar de bicicleta, atividades físicas, entre outros. Por ocorrerem em um espaço público, a rua, ambas ações discutem mobilidade urbana, com foco na diversidade de modais, no questionamento do uso primordial do automóvel e também na promoção de locais de lazer e estar nas cidades (Lydon *et al.*, 2012).

Vale destacar que antes da implementação do Programa Ruas Abertas, a cidade de São Paulo já promovia o "Programa Ruas de Lazer" desde a década de 70. O qual possui diretrizes muito similares às *Play Streets*, voltadas à atividades com crianças e idosos. Para uma rua aderir ao programa é necessário coletar assinaturas no bairro e previamente definir o trecho a ser interditado, então, enviar o pedido para a Subprefeitura associada. Atualmente, as Ruas de

Lazer contam com mais de 60 endereços²⁹, mas no passado, abrangeu mais de mil ruas. Em decorrência da Pandemia de Covid-19 o programa foi suspenso e retomado em 2021.

A lei que regulamentou o Programa Ruas Abertas é datada de 29 de dezembro de 2016. Contudo, o processo até esse feito se iniciou anos antes com uma sucessão de ações promovidas pela sociedade e pelos grupos ativistas Minha Sampa e Sampapé (atual Instituto Caminhabilidade). Os quais, ao longo desse tempo, fomentaram práticas tencionando o poder público e, ao mesmo tempo, buscando divulgar para população as possibilidades de uso do espaço, como forma de pressionar o Estado com a efetividade dessas mudanças.

Segundo Letícia Sabino³⁰, idealizadora e promotora da Paulista Aberta, as primeiras discussões sobre o tema tiveram um tímido início em 2001 com o primeiro “Dia Mundial sem Carros” no Brasil (embora a prática remonte à década anterior na Europa). A primeira ação, de fato, se deu no Dia Mundial sem Carro de 2012, na qual o grupo ativista “Vá de Bike” promoveu uma série de atividades de cultura e lazer para os transeuntes na Praça do Ciclista, o “Praia na Paulista”³¹. O evento contou com mais de mil pessoas, segundo os organizadores, e não teve autorização municipal formalizada (Cruz, 2012). Pensando em tornar o evento legalizado e exclusivo de uso para pedestres, no ano seguinte os organizadores entraram com um pedido junto à Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET) para fechamento da circulação de veículos na via, contudo não foi atendido devido à questões legais. Naquele momento a Av. Paulista poderia abrigar apenas três eventos anuais com fechamento do tráfego.

Apesar de várias tentativas de realização de abaixo-assinados como tentativa de movimentar a população a favor do fechamento da Paulista, Letícia explica que só conseguiram organizar uma estratégia coesa com o apoio do grupo Meu Rio. Se estruturaram com frentes de atuação, abrangendo levantamento de dados, ações com a população e conversas com o poder público com foco em demonstrar a demanda e a viabilidade do programa.

Em 2015, durante a gestão Haddad, com a inauguração da ciclovia na Paulista, o grupo aproveitou-se da situação como uma oportunidade de mostrar para o poder público a efetividade dessa tática. Para a inauguração, era-se necessário o fechamento parcial da via, então, sabendo da grade proporção desse evento com a vinda de vários ciclistas do Brasil, o

²⁹ O Mapa Ruas de Lazer Ativas de São Paulo é disponibilizado pela Prefeitura. <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?hl=pt-BR&mid=1d6-Sd6Ts6WYovFbdu9d-yucArs3IZ_tU&ll=-23.58003700018871%2C-46.48229816471485&z=11>.

³⁰ Hoje diretora do Instituto Caminhabilidade.

³¹ Disponível em: <https://vadebike.org/2012/09/prai-na-paulista/>

grupo promoveu uma série atividades visando a manutenção das pessoas por mais tempo na avenida, resultando em um fechamento contínuo da via, tanto na questão de tempo, quanto em extensão. A partir dessa experiência positiva, a Prefeitura aderiu ao projeto e deu início à parte legislativa. Com a ação já tramitando no Ministério Público, foi-se necessário à validação de mais um abaixo-assinado para comprovar que era uma ser uma demanda real da população.

[...] outro argumento era que por ser uma zona muito central e elitizada da cidade, a cidade não precisava disso. E aí essa resposta foi a Prefeitura que construiu, contra esses argumentos, toda Subprefeitura vai ter que ter uma rua que vai abrir para as pessoas. E aí isso, acho que foi genial, foi o pulo do gato, isso aqui não é uma avenida só, é para cidade inteira [...] (Sabino, 2023)

Assim, a partir de 2016, com o Decreto 57.086/16 seguido pelo Lei 16.607/16, quase 30 ruas de São Paulo aos domingos e feriados eram fechadas aos automóveis e abertas à população, como mostra a Figura 38, mapa³² do grupo Minha Sampa (Paim, 2021). Porém, a escolha de algumas dessas outras ruas pelas Subprefeituras não foi tão cuidadosa quanto a Av. Paulista. Muitas não são em ruas com comércios, possuem pouco ou fluxo significativo de pedestres, outras se encontram perto de linhas ferroviárias ou grandes terrenos baldios, trazendo uma sensação de insegurança. Essas situações foram usadas como justificativa pela gestão seguinte do ex-prefeito João Dória (PSDB) como forma de diminuir a abrangência do programa. Também, decorrente da Pandemia de Covid-19, as Ruas Abertas foram inteiramente suspensas durante um ano e quatro meses, voltando em 2021, somente com a Av. Paulista (Bernardo, 2021). Desde então, apenas a Av. Paulista e a Rua Galvão Bueno estão no programa, segundo a própria Prefeitura, e recentemente (08/12/2023) o bar Brahma entrou com um pedido para fechamento da Av. São João³³.

³² Site do mapa feito pelo grupo Minha Sampa. <<https://www.ruasabertas.minhasampa.org.br/>> .

³³ Divulgado pelo Portal G1 de notícias < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/12/07/prefeitura-de-sp-quer-abrir-avenida-sao-joao-para-pedestres-aos-domingos.ghtml>> .

2.1.1.A Paulista Aberta

Como dito, a Avenida Paulista foi a primeira rua a fechar totalmente para o fluxo de carros e dar espaço às atividades de lazer. E, por conta de um cenário propício, incentivou um programa municipal com outras tantas ruas e manteve-se como a única rua aberta por muitos meses durante e pós Pandemia de COVID-19.

Todo esse arco foi possível dado a escolha da Av. Paulista, pois desde sua criação no final do século XIX, é uma via de grande importância para a cidade (Paim, 2022). Localizada numa região nobre, próximo ao centro e com uma grande oferta de transporte público, hoje abriga uma gama de comércios e serviços, além de uma diversidade cultural também salientada pela variedade de museus. Antes das táticas, a Paulista já era palco de atividades culturais, protestos, shows, carnavais, etc. Todos esses fatores convergiram para resultados favoráveis às táticas urbanas nesse local, com forte adesão social e, de certa forma, com significativa durabilidade no tempo.

A diversidade de atividades que a Paulista Aberta abriga é única, pois, ao mesmo tempo converge músicos, ciclistas, vendedores ambulantes, dançarinos, feiras, skatistas, e até recentemente, rinha de NPCs (*non player character*)³⁵. A abrangência dessas atividades pode ser observada durante o trabalho de campo, com os relatos a seguir. Na primeira visita em dezembro de 2021, presenciei um show aberto do cantor Nando Reis no terraço do Conjunto Nacional, gerando um grande movimento no Shopping Center 3, próximo à Av. Consolação (Figuras 39 e 40).

³⁵ Rinhas de NPC são disputas entre influenciadores digitais em transmissões ao vivo pelo aplicativo TikTok, nas quais o telespectador paga para o influenciador repetir uma determinada fala conjunta com uma ação. Essa repetição deriva do termo NPC que são personagens não jogáveis nos videogames e interagem com o jogador repetindo o mesmo discurso. Esse tipo de *live* ganhou visibilidade em setembro de 2023.

Figura 39: Show do Nando Reis no Conjunto Nacional em 2021.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Figura 40: Paulista Aberta em 2021.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Na segunda visita, optei por fazer um percurso de bicicleta pela Paulista Aberta. Durante a manhã, caminhei até ao Shopping Center 3 e aluguei uma bicicleta do Itaú. Fui até o cruzamento com a Consolação e segui pela ciclovía ampliada da Av. Paulista aos domingos, ao chegar no cruzamento com a Rua Treze de Maio, voltei até o início do trajeto. Ao longo do

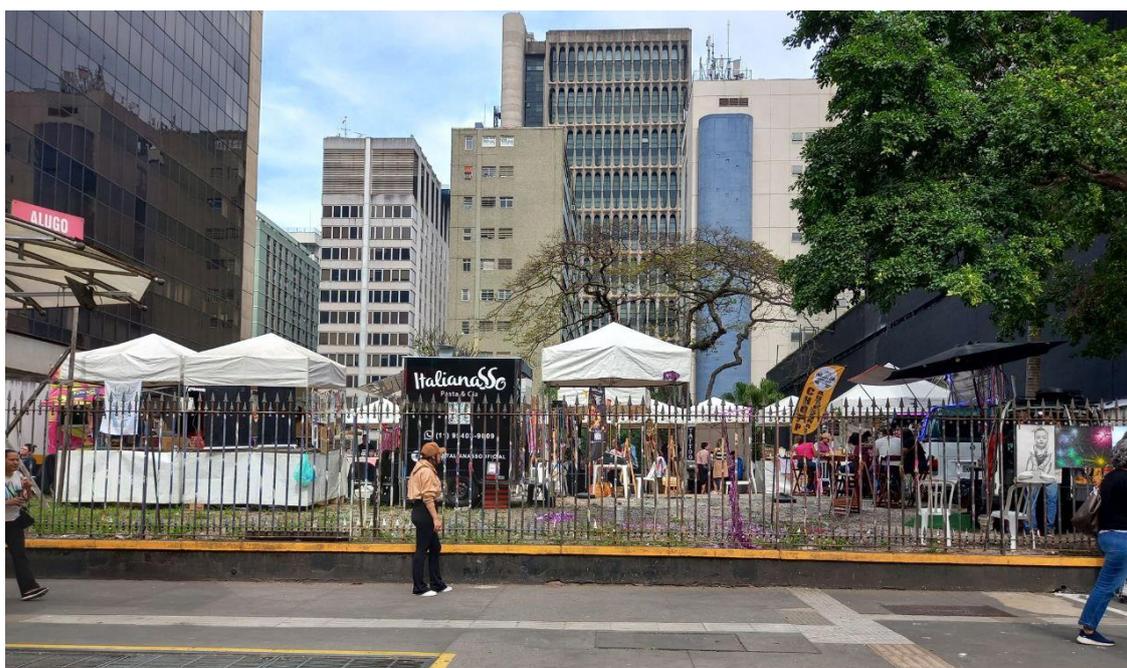
percurso observei as atividades exercidas ao longo da avenida. Além das mais comuns como: caminhada, passeios de bicicleta, skatistas, patinadores, enfim, outros tipos de transporte individual, estavam acontecendo muitas feiras ambulantes como, embaixo do MASP, (Figura 41) em frente ao parque e no jardim da Casa das Rosas (Figura 42); grupos de zumba com dançarinos (Figura 43); grupos oficiais de corrida; várias apresentações musicais com estilos diferentes (Figura 44); e até *food-trucks* (Figura 45). O fluxo só diminuiu, apesar de ainda existir, próximo a Japan House.

Figura 41: Feira de Alimentos na Avenida Paulista (2023).



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 42: Feira em um terreno vazio ao lado do Juizado Especial Federal (2023).



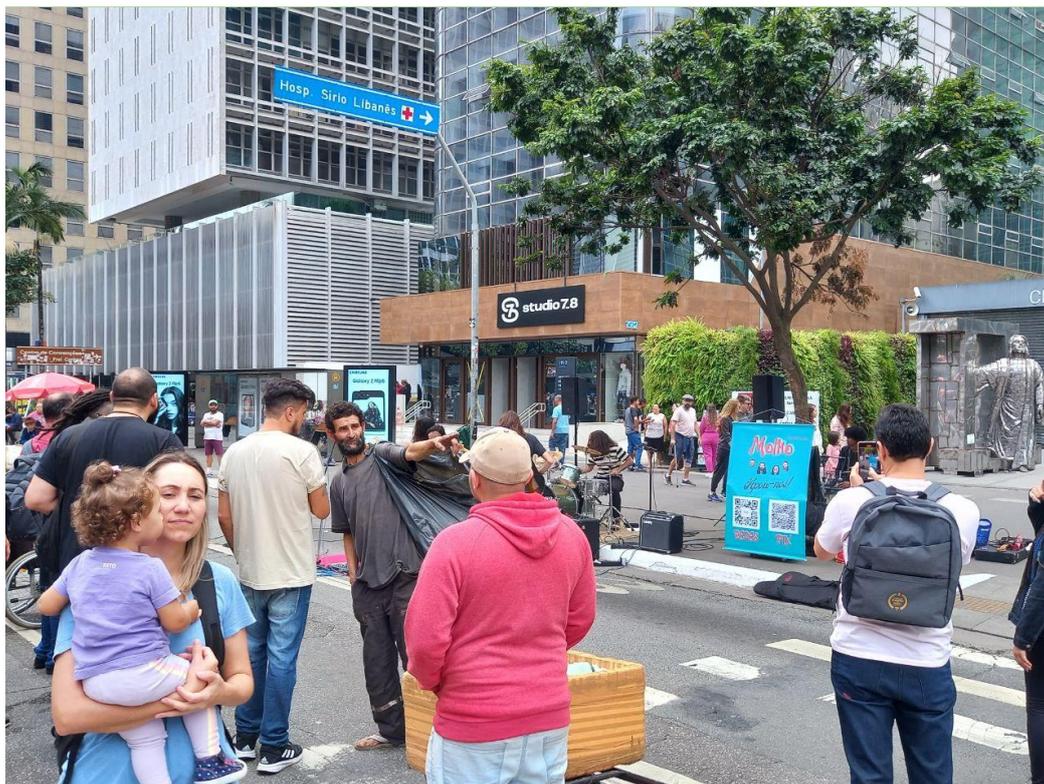
Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 43: Grupo de Zumba na Avenida Paulista (2023).



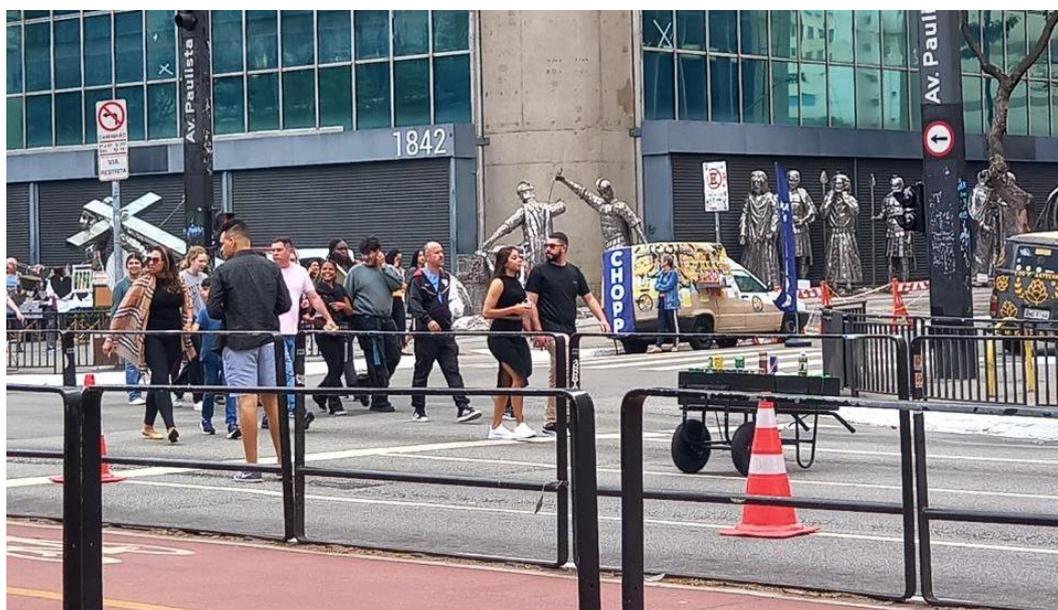
Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 44: Apresentação musical na Avenida Paulista no domingo em 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 45: Food-truck na esquina da Al. Min. Rocha Azevedo com a Av. Paulista.

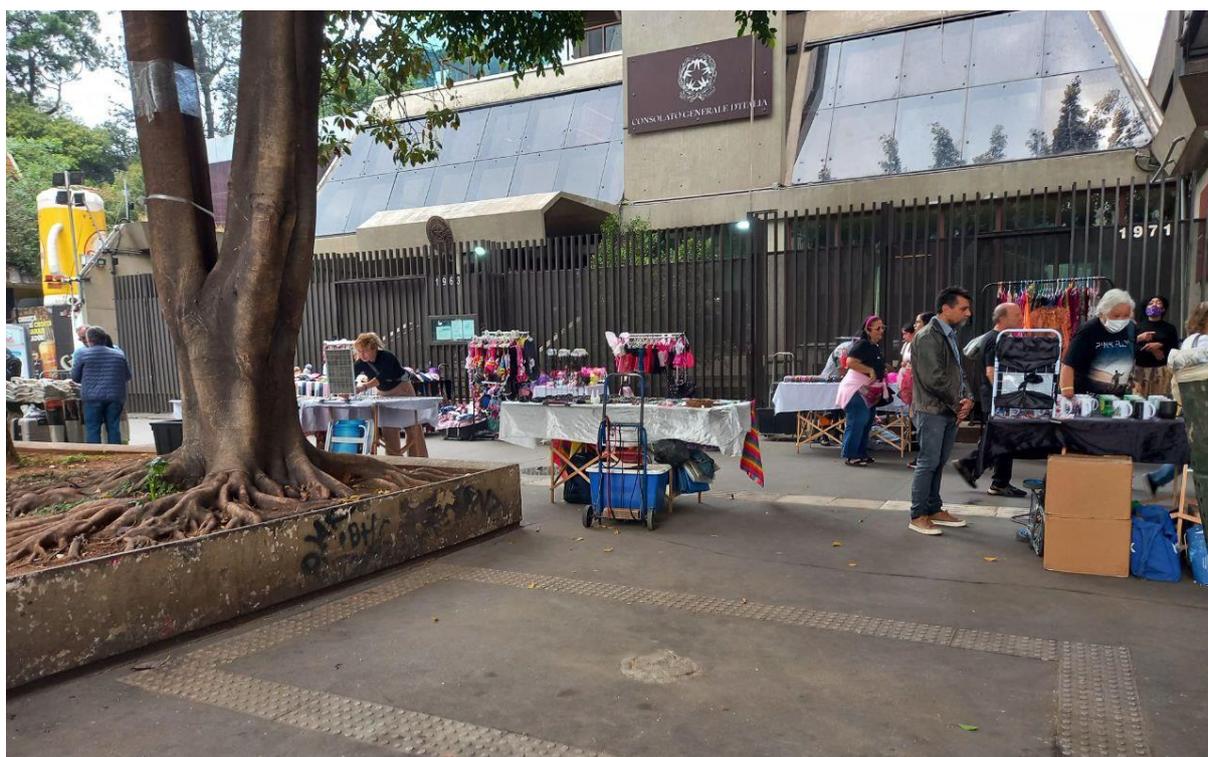


Fonte: Autoria própria, 2023.

As visitas de campo reafirmaram o que foi abordado nos relatórios (LABMOB *et al.*, [2018 ou 2019]; Cidade Ativa, 2015; Sampapé, 2020) e na dissertação de Paim (2022). Ou seja, da aprovação do fechamento para carros aos domingos, respaldado pelo grande fluxo de pessoas e atividades realizadas, bem como da diversidade das mesmas. Muito embora caminhadas e uso de transportes individuais de lazer, como bicicleta e skate, sejam preponderantes às demais, estas outras chamam a atenção pela disposição ao longo de toda avenida, ocupando grandes áreas, como as feiras, músicos e grupos de dança.

Além das feiras, foi possível identificar uma quantidade significativa de vendedores ambulantes (Figura 46). Segundo o relatório de LABMOB *et al.* ([2018 ou 2019]), foram identificados 169 pontos de venda ambulante aos domingos na Paulista, sendo que 55% só funcionam durante os dias da Paulista Aberta e 65% foram abertos a partir de 2015. Além disso, a avaliação das fachadas da Av. Paulista realizada pelo Sampapé (2020), mostrou que os vendedores se utilizam da parte frontal de prédios fechados aos domingos para promoverem suas vendas, de forma a reativar aquelas fachadas de “forma efêmera”, segundo o relatório.

Figura 46: Vendedores ambulantes em frente ao Consulado Italiano.



Fonte: Autoria própria, 2023.

2.2. Centro Aberto

O Programa Centro Aberto foi uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo, junto à SP Urbanismo, para criar pequenos espaços de lazer e estar no Centro de São Paulo. Segundo o site da mesma³⁶, o objetivo é “de promover, além da melhoria na percepção de segurança, o reforço no sentido de pertencimento e identificação da população com a cidade”. Para tanto, utilizaram-se de alguns elementos presentes nas ações táticas como decks de madeira, pintura de chão, cadeiras de praia, *wi-fi* gratuito, espaço para diversos jogos, equipamentos de ginástica ao ar livre, entre outros, como mostra a Figura 47.

Figura 47: Táticas na Cartilha do Centro Aberto.



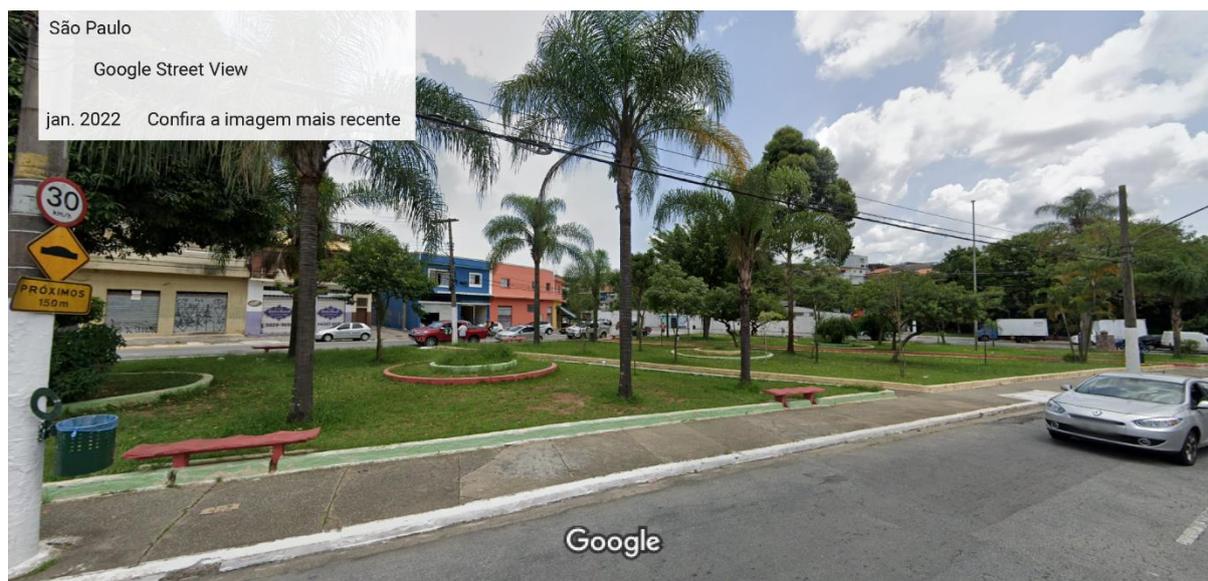
Fonte: Autoria própria, 2023.

³⁶ <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/centro-aberto/>

As primeiras unidades foram implementadas no Largo do São Francisco e Largo Paissandú, funcionaram como teste para posterior implementação no Largo General Osório, Largo do São Bento e na Rua Galvão Bueno. Para cada um desses pontos, a Prefeitura disponibilizou uma cartilha descrevendo os processos da intervenção como: contexto; metas; o projeto; avaliação de pré e pós ocupação com base em questionários com os frequentadores do local; nos dois primeiros casos de experimentação, uma aferição neste período de ensaio; e por fim, um balanço geral considerando os objetivos de cada intervenção.

Conforme os resultados positivos dessas ações, a municipalidade expandiu o programa para além do centro da cidade, e definiu mais doze pontos dos quais: Praça Padre Bento, Praça Oito de Setembro, Largo Cine Clipper, Rua Gregório Ramalho, Praça Ministro Costa Manso, Terminal Amaral Gurgel, Marechal Deodoro, Praça Prof. José Azevedo Antunes, Praça Maria Bechara, foram implementados no segundo semestre de 2020; Praça Nossa Senhora dos Prazeres em 2021; e as unidades Praça Manoel Lopes e Praça Benedito Ramos Rodrigues estão em “fase de implementação”, segundo o mesmo site, embora pelo Google *Street View* seja possível visualizar a intervenção (Figuras 48, 49, 50 e 51).

Figura 48: Praça Benedito Ramos Rodrigues em jan. 2022.



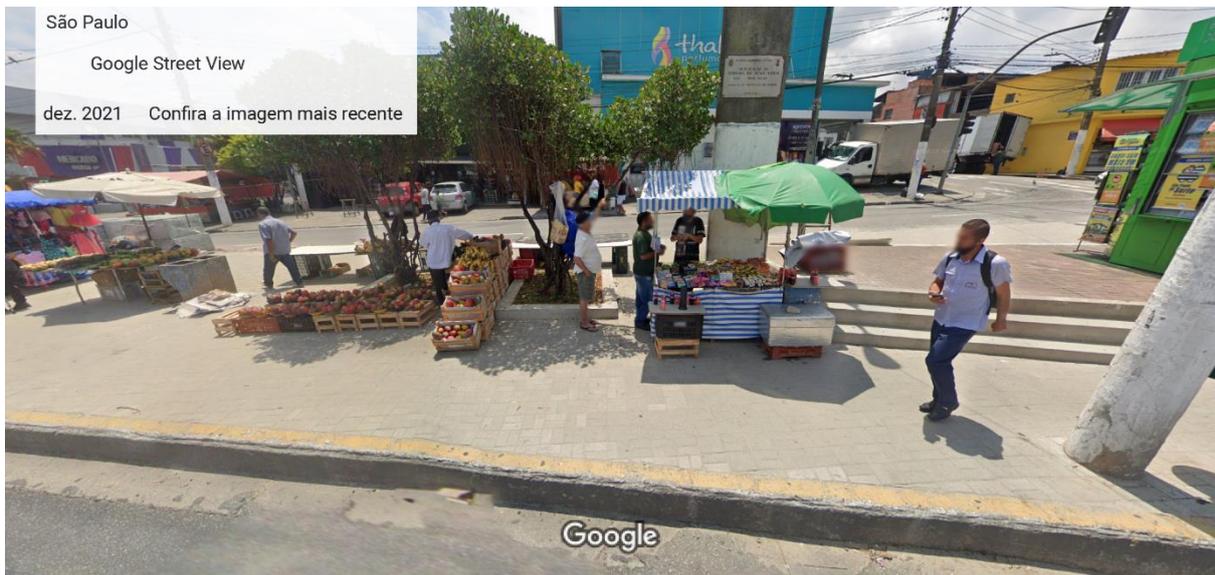
Fonte: Google Street View, 2023.

Figura 49: Praça Benedito Ramos Rodrigues em abr. 2023.



Fonte: Google Street View, 2023.

Figura 50: Praça Manoel Lopes em dez. 2021.



Fonte: Google Street View, 2023.

Figura 51: Praça Manoel Lopes em jul. 2023.



Fonte: Google Street View, 2023.

Dito isso, é notável que as ações do Centro Aberto utilizam-se de várias outras táticas para conformar uma, porém, para essa pesquisa, classificamos a ação como *chair bombing*, por conta de todas as intervenções apresentarem em comum a presença de bancos e outros espaços para estar e descanso. Também, não partiram da demanda popular, sendo a população transeunte e os comerciantes locais apenas consultados por questionários, dos quais comentados acima. Esse fato, é reiterado pelo seminário descrito a diante.

Durante a entrevista com o André Ramos da SP Urbanismo, na qual o arquiteto descreve brevemente esse processo de implementação do Centro Aberto, perguntamos sobre a situação atual do programa e de manutenção das unidades, tendo em vista a última visita de campo, na qual as intervenções permanecem intactas, embora com alguns danos, e os containers que guardavam as cadeiras de praia e o material para atividades lúdicas estavam fechados, sem sinal de uso, sendo alguns retirados. Para tanto, André nos explicou sobre a captação de recursos financeiros da SP Urbanismo, a qual vem a partir das propagandas em pontos de ônibus e relógios municipais, sendo a gestão do dinheiro feita pelo próprio setor. Complementa:

[...] O dinheiro do fundo, enfim, esgota-se também né, se a gente usar ele demasiadamente. Então, a ideia era que a gente fizesse parcerias com comércio e serviços locais para que, estes sim, financiassem o espaço. [...] mas quando aconteceu a pandemia em março/abril de 2020, por uma questão sanitária, a gente suspendeu a atividade desse monitor, desse funcionário e acabamos deixando o espaço sem ativação. A cidade ficou vazia, enfim, e o

espaço sem manutenção, ele se deteriora, né? E foi exatamente o que aconteceu com os centros abertos, eles se deterioraram [...] as últimas ações, foram uma tentativa da secretaria de fazer uma PPP nesses espaços, infelizmente deu vazão o processo de concorrência desses espaços nessa licitação e agora esses espaços estão passando por uma, vamos dizer assim, para entender de que forma que essa parceria público privada pode acontecer e que seja atrativa tanto para o poder público quanto para a iniciativa privada. (Ramos, 2023, p.5)

Também através da entrevista, nos deparamos com etapa anterior às primeiras unidades, uma fase de estudo preliminar junto ao escritório *Gehl Architects*. Tal informação não é identificada tão facilmente, pois, no site da Prefeitura, se encontra em uma aba nomeada "metodologia"³⁷, na qual não constam o nome do escritório e nem o acesso ao documento intitulado "Centro, Diálogo Aberto", no qual consta o percurso desses workshops junto ao escritório. Com base nesse relatório, verificamos que o seminário teve grande participação da classe criativa e de técnicos da própria Prefeitura. Embora mencione "representantes da sociedade civil", apenas uma pessoa não aparece filiada à nenhuma instituição e outras três estão representando coletivos, como também observado por Silva (2019). O workshop se deu em três momentos, resumidos no trecho abaixo e teve como área de intervenção onze espaços na área central, nos quais incluía-se o Largo de São Francisco e Largo do Paissandú.

"[...] 1. Identificação de problemas e potencialidades da área central; 2. Avaliação em campo dos espaços públicos estudados; 3. Levantamento de hipóteses de transformação. Ao término de cada etapa os resultados obtidos pelos grupos eram compartilhados sobre um grande mapa da área central. No terceiro dia, os técnicos da SMDU e SP-Urbanismo concluíram o processo com uma etapa de avaliação do material produzido." Prefeitura de São Paulo, 2013, p.17)

A metodologia se baseia na avaliação dos ambientes apoiada em doze critérios quanto à "qualidade dos espaços públicos", subdivididos em três grupos: "proteção", "conforto" e "prazer". Para cada um dos doze parâmetros, as equipes aferiam uma carinha sorrindo, indiferente e triste, indicando respectivamente, uma classificação positiva, neutra e negativa. Curiosamente, os dois pontos escolhidos para a "fase 1" do programa Centro Aberto não foram os piores avaliados, segundo os grupos, os lugares com mais questões a serem resolvidas foram: a Ladeira Porto Geral com a Rua 25 de Março; o Viaduto Santa Ifigênia; o Vale do

³⁷ Disponível pelo link: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/centro-aberto/metodologia/>>.

Anhangabaú com a Av. São João; e a Rua Basílio da Gama. Não há relatos de como ocorreu a decisão final, ficando por conta da Prefeitura e da SP Urbanismo.

Além disso, por meio da dissertação de mestrado de Silva (2019), a qual parte das ações do Centro Aberto para entender as relações entre a SP Urbanismo e a Prefeitura de São Paulo para como o plano de "requalificação" do centro, algumas nuances ocultas desse processo e não identificadas através das visitas de campo e entrevistas, foram clareadas. O autor identificou que o programa atuaria junto às ações de gentrificação na região do centro desde a década de 1990, inclusive, com o objetivo de expulsão da população em situação de rua e dos "usos indevidos" como uso de drogas e prostituição.

Também, do envolvimento do banco Itaú Unibanco ao financiar a consultoria do escritório dinamarquês *Gehl Architects* junto à ONG ITDP. Não seria a primeira vez que o banco e o escritório estariam envolvidos na "requalificação" do centro como Silva (2019) aponta. O Itaú Unibanco custeou, por volta de 500 mil euros, o projeto de requalificação do Anhangabaú, o qual recebeu um desenho preliminar (não construído) do mesmo escritório, com a vinda do próprio Jan Gehl em 2007 para o Brasil. Além disso, o banco possui parceria com a Associação Viva o Centro e integra o Programa Cidades Sustentáveis, ambos com representantes nos encontros do workshop. Segundo o autor " [...] o único e exclusivo interesse de um banco é gerar, a partir de seu capital, mais capital [...]" (Silva, 2019, p.56).

Ademais, Silva (2019) entende a produção desses relatórios pela SP Urbanismo como uma forma de "acúmulo de capital informacional"³⁸ para a Prefeitura, ao investigar questões como o números de pessoas, gênero, rotas, atividades e opiniões sobre o lugar e a intervenção. Ou seja, ao contabilizar esses dados ainda não existentes, confere à Prefeitura elementos de poder ao tomarem conhecimento de como aquela região é estruturada em termos sociais. Principalmente, se tratando de uma região de alta fluidez populacional.

Relacionada à questão da população em situação de rua, esse fato não passou despercebida durante toda a visita em 2021, pois o impacto socioeconômico da Pandemia de Covid-19 somado às gestões municipais recentes e ao governo Bolsonaro (PL) foi notável. Um dado importante é que essa população chegou a quase 32 mil pessoas no final de 2021³⁹ e muitas delas se instalaram no centro fazendo pequenos acampamentos, parte deles nas áreas das intervenções do Centro Aberto como nos Largos São Bento (Figura 52), Paiçandu, General

³⁸ Silva (2019) usa este termo com base nos estudos de Bourdieu.

³⁹ Informação obtida através do site agência Brasil, pelo link: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/populacao-de-rua-cresceu-31-em-dois-anos-indica-censo#:~:text=0%20n%C3%BAmero%20de%20pessoas%20vivendo.Social%20\(SMADS\)%20da%20prefeitura.>](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/populacao-de-rua-cresceu-31-em-dois-anos-indica-censo#:~:text=0%20n%C3%BAmero%20de%20pessoas%20vivendo.Social%20(SMADS)%20da%20prefeitura.>)

Osório e São Francisco. Embora tenha visitado os quatro, como fui sozinha, não foi possível fotografar e observar por um longo tempo as dinâmicas presentes, devido às condições descritas.

Figura 52: Largo São Bento em 2021.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Durante a segunda visita de campo, revisei o Largo São Francisco e o Largo do São Bento (Figuras 53 e 54), os quais encontravam-se com tapumes e em meio à reforma. Essa informação nos direcionou para acrescentarmos algumas perguntas à entrevista com André Ramos, o qual nos informou que a Prefeitura estaria restaurando os calçadões, assim, como essas duas áreas coincidem com os espaços dos mesmos, estão inclusas nos reparos. Ademais, pelo Largo São Bento ser próximo à 25 de Março, numerosos comerciantes e ambulantes circulavam na região e o fluxo era bem intenso e muito vigiado pelo Posto Policial em frente.

Figura 53: Largo São Bento em reforma (2023).



Fonte: Autoria própria, 2023.

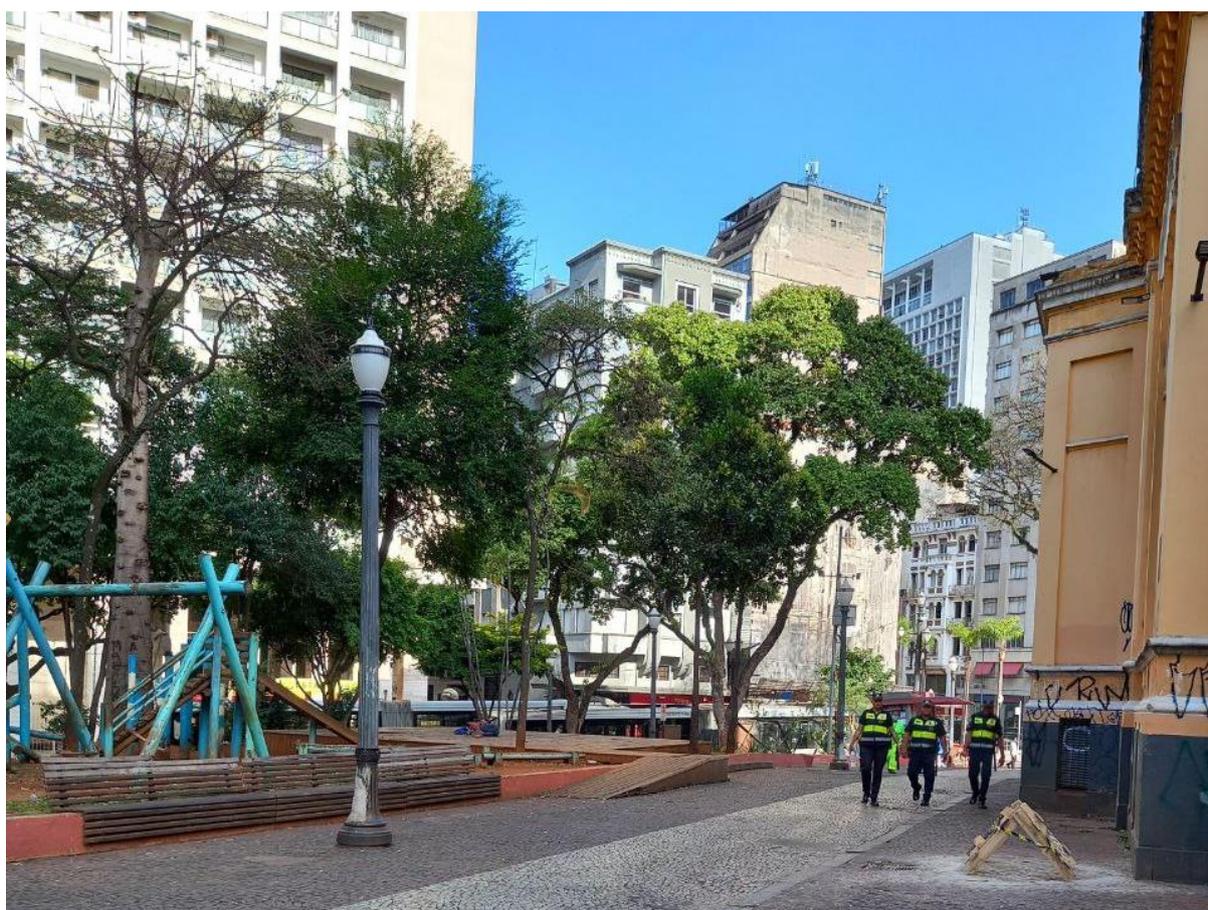
Figura 54: Largo São Bento em reforma (2023).



Fonte: Autoria própria, 2023.

No Largo do Paissandú (Figuras 55 e 56) avistamos várias pessoas em situação de rua e um policiamento maior que em outros pontos do programa. Os mobiliário, objetos de lazer e decks de madeira se encontravam, na sua maioria, em bom estado e estavam ocupados por essa população ou sem uso. O contêiner do Centro Aberto foi removido da praça, apesar de ser possível visualizá-lo através das imagens de janeiro de 2023 pelo Google Street View, sendo estas, as últimas imagens tiradas pela plataforma (Figura 57).

Figura 55: Largo do Paissandú com policiamento, 2023.



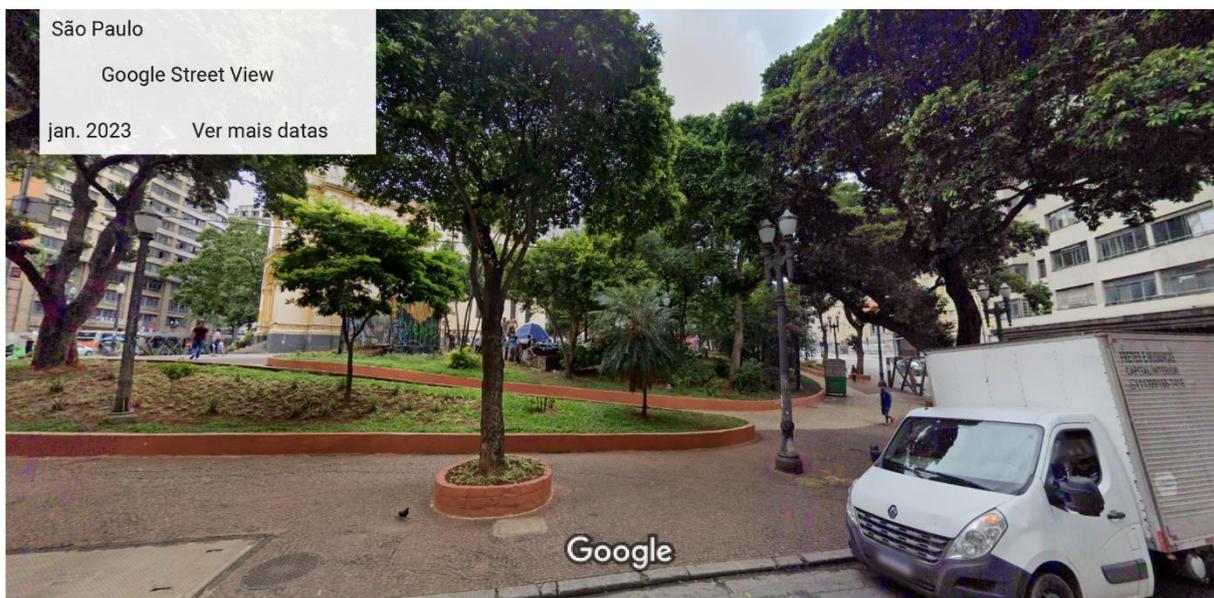
Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 56: Largo do Paissandú, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 57: Largo do Paissandú, jan. 2023.



Fonte: Google Street View, 2023.

As idas a campo na Rua Galvão Bueno (Liberdade), se deram em três momentos. O primeiro ocorreu em 2021 e como o objetivo específico desta visita era identificar as ações táticas em São Paulo, apenas constatamos a manutenção das ações promovidas pelo Centro Aberto, incluindo um alto fluxo de pedestres e um uso das táticas no período da visita (final de semana), como mostrado nas fotos abaixo (Figuras 58 e 59).

Figura 58: Cruzamento na Liberdade, 2021.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Figura 59: Rua Galvão Bueno, 2021.



Fonte: Autoria própria, 2021.

A segunda visita de campo (2023), se deu em dois dias, durante a semana à tarde e o outro no domingo à noite. Durante o primeiro dia, a rua estava com bastante movimento, imagino por ser final de tarde e saída das pessoas do trabalho e escolas, além da presença de uma feirinha hippie (Figuras 60 e 61) junto aos assentos implementados pela prefeitura no viaduto Cidade de Osaka. Dado a proximidade a pé, prossegui andando para a Praça Ministro Costa Manso, contudo, como estava escurecendo, eu estava sozinha e o caminho até praça não se mostrar tão amigável, optei por regredir e voltar para o metrô Liberdade. Infelizmente, não consegui revisitar a praça durante a viagem. Outro local que optei por não visitar sozinha foi o Largo General Osório, pois a Região do Luz historicamente concentra a região popularmente conhecida como Cracolândia. Ademais, poucos dias antes da visita aconteceu um assassinato de um dos lojistas local, resultando em uma ação policial de deslocamento dessa população para próximo ao Largo⁴⁰.

Figura 60: Rua Galvão Bueno, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

⁴⁰ Como noticiado pela Folha de São Paulo, <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/08/apos-protesto-de-moradores-cracolandia-muda-de-endereco-no-centro-de-sp.shtml>. E pelo portal G1 de notícias, <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/16/videos-mostram-confusao-e-correria-durante-operacao-na-cracolandia-no-centro-de-sp.shtml>.

Figura 61: Feira hippie na Liberdade, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

No domingo pelo final da tarde e início da noite, revisitei a Liberdade onde o fluxo de pessoas estava muito intenso, quase sem espaço para se locomover. A feirinha hippie foi substituída por uma feira de variedades - artigos *geek*, *hippies*, comidas, etc. – no próprio leito carroçável, a qual só era possível, pois a rua estava inteiramente fechada ao trânsito de automóveis (Figura 62), uma vez que, atualmente, faz parte do Programa Ruas Abertas. Após o encerramento da mesma, a região ficou bem vazia, com quase nenhum transeunte (Figura 63).

Figura 62: Feira de domingo na Liberdade, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 63: Liberdade à noite, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Visitei o último ponto do Centro Aberto, a Praça São Bento no Brás (Figura 64) numa segunda-feira de manhã. Apesar de ser final de mês, a região estava bem agitada, principalmente perto do horário do almoço, momento em que estávamos na praça, a qual também abrigava um grande número de pessoas (Figura 65). Seu estado de conservação era o melhor em relação às outras ações de Centro Aberto, fato explicado por ser um dos últimos pontos a receber as intervenções (Figuras 66 e 67).

Figura 64: Bancos na Praça Padre Bento, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 65: Deck de madeira na Praça Padre Bento, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 66: Equipamentos de Ginástica na Praça Padre Bento, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 67: Praça Padre Bento, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

2.3. Remodelação de cruzamentos e vias

A remodelação de cruzamentos, como mencionado, são pinturas no asfalto para reordenação dos fluxos na rua, normalmente, garantindo mais espaço para o pedestre se locomover com segurança, podendo abrigar áreas de entretenimento e lazer. Portanto, aborda as questões de mobilidade urbana e dos ambientes de estar nas cidades. Via de regra, são ações sem respaldo municipal na fase de teste, porém, muito rapidamente englobadas como políticas públicas pela facilidade de implementação, baixos custos e resultados diretos, tanto em locais de alta como de baixa renda.

Em 2016, a "National Association of City Transportation Officials" (NACTO) com membros como Janette Sadik-Khan, publicou o catálogo "*Global Streets Design Guide*", em que compila diretrizes para o desenho de ruas com foco nos pedestres e na segurança viária. De uma maneira didática e visual, o manual abrange diferentes conformações para o trânsito como um todo, desde diferentes meios de circulação até mobiliário urbano, considerando serviços e comércios. Como outros catálogos relacionados às táticas urbanas, este foi amplamente divulgado e traduzido para cinco línguas, incluindo uma versão em português, de 2018 e com apoio do SENAC (Figura 68), o qual foi base para o projeto de Santana. Hoje o manual internacional encontra-se na segunda edição. A NACTO publicou vários catálogos, incluindo um para ações durante a Pandemia de COVID-19. Além dessa referência, outros guias sobre o remodelamento viário chegaram ao Brasil como o "Ruas Compartilhadas" traduzido pelo Sampapé com base no "Dérive LAB" do México.

Figura 68: Imagem do catálogo.



Fonte: NACTO, 2018.

Em São Paulo algumas dessas intervenções ocorreram nos anos 2010, principalmente com a parceria de organizações estrangeiras e nacionais, a exemplo da NACTO-GDC e a WRI Brasil, como no caso de Miguel Paulista (Figura 69). Ao contrário de locais, em São Paulo as primeiras ações tiveram cooperação municipal, além do alinhamento da Prefeitura às táticas urbanas e atenção às discussões urbanas nacionais e internacionais, conforme mencionado anteriormente e reiterado pela fala de André Ramos da SP Urbanismo no trecho citado abaixo. Sendo São Paulo uma cidade com 12,33 milhões habitantes, segundo o IBGE 2020, e dispendo de malha viária extensa e complexa, composta por 19.400 km e 50 mil vias oficiais⁴¹, tornam-se difíceis intervenções em vias com fluxo intenso sem um amparo do Estado.

⁴¹ Segundo o texto do Estadão de maio de 2023. <[106](https://expresso.estadao.com.br/sao-paulo/2023/05/12/saiba-quais-sao-as-10-vias-mais-longas-da-capital/#:~:text=S%C3%A3o%20Paulo%20tem%20mais%20de,por%20mais%20de%2019.400%20quil%C3%B4metr OS.>></p></div><div data-bbox=)

[...] fazemos oficinas, fazemos workshops para poder compreender o que estava sendo usado no resto do mundo e que poderia ser de utilidade para a gente. A gente fez as primeiras pinturas de chão em uma região próxima a uma delegacia de São Paulo, uma delegacia da polícia civil na região central em volta de uma de uma ilha de trânsito. Então foi uma maneira barata, rápida e simples de compreender qual seria o impacto de transformar aquela Ilha num espaço público utilizável e foi muito positiva a ação em que a gente fez essa pintura e colocamos alguns pouquíssimos elementos de mobiliário urbano e imediatamente foi assimilado pela sociedade e pelas pessoas de que aquele pequeno espaço tinha um grande potencial [...] (Ramos, 2023, p.9).

Figura 69: Ação em Miguel Paulista.



Fonte: NACTO- GDCI, 2019.

2.3.1.A intervenção em Santana

A remodelação no sistema viário em Santana ocorreu em duas etapas: uma inicial temporária em setembro de 2017 e uma iniciada em 2018 ainda em uso. A primeira foi fruto do convite feito pela 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo ao Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil), envolvendo várias parcerias públicas e privadas, além da Subprefeitura, como mostra parte do relatório do próprio Instituto sobre a intervenção.

A ação foi proposta pelo ITDP Brasil, com financiamento da Citi Foundation, e contou com a parceria da Iniciativa Bloomberg para Segurança Global no Trânsito (BIGRS), da Iniciativa Global de Desenho de Cidades (NACTO-GDCI), do WRI Brasil e da Vital Strategies. Tanto a Prefeitura Regional de Santana/Tucuruvi quanto a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte apoiaram a intervenção (ITDP, 2018, p.8).

A região foi escolhida por concentrar alto fluxo de pessoas, carros e uma grande malha de transporte público, além de um alto índice de acidentes no trânsito envolvendo pedestres (ITDP, 2018). A intervenção buscou diálogo com a população, tanto local quanto transitória e dos comerciantes locais em diferentes etapas do processo. Estas desenrolaram-se em 4 momentos: uma fase de diagnóstico; de proposição de ideias; de implementação e de avaliação pós ocupação.

A primeira promoveu uma capacitação entre os membros da prefeitura atuantes nesse projeto. De início, os oficiais apresentaram dados censitários de educação, cultura, saúde, transporte, entre outros; ao meio foi exposto diretrizes de desenhos de ruas e, por fim, realizaram uma dinâmica para visualizar os pontos de intervenção no bairro. A segunda etapa contou com uma apresentação das informações e propostas temporárias levantadas aos comerciantes, paralelamente às oficinas com alunos das escolas de Santana (públicas e privadas), a qual buscou identificar questões de caminhabilidade dentro da região, como melhores e piores ruas e calçadas para se locomover e/ou atravessar, além de propostas para alterações e mudanças viárias (ITDP, 2018).

Após a coleta dessas informações, foi iniciado o projeto em si, considerando fatores de viabilidade, custo, interrupção das vias, entre outros. A intervenção foi realizada no início da Rua Dr. César com a Rua Voluntários da Pátria e a Rua Leite de Moraes, e cruzamento entre a Rua Dr. César com a Rua Saleté. O primeiro trecho contou com o alargamento da ilha central da Dr. César e aumento das calçadas nas esquinas, além de facilitar o cruzamento para o pedestre, "quanto menor o raio de curvatura, menor será a velocidade do veículo" (ITDP, 2018, p.31). No cruzamento, foram propostas as mesmas soluções para a ilha central e as esquinas, adicionando mobiliário urbano em duas delas, além de uma mini rotatória para organizar o fluxo de carros e diminuir a velocidade dos mesmos.

Outros fatores de influência incluíram a disponibilidade de pontos de água para preparação e lavagem dos trechos que receberam pintura temporária, possibilidade de criação de novos espaços públicos para disposição de mobiliário urbano e exposição de material educativo, além da existência de um fluxo considerável de pedestres, já que um dos objetivos da intervenção era a disseminação dos conceitos de desenho viário e moderação de tráfego para o maior público possível (ITDP, 2018, p. 15).

Para a fase de implementação em si, distribuíram panfletos informativos sobre a mudança, colocaram uma faixa de aviso e fizeram uma pré-marcação das alterações no asfalto com alguns dias de antecedência. No dia, ocorreram as pinturas, colocação de mobiliário, vegetação e ao final, a remoção e limpeza. No ínterim, tiveram atividades de cultura, lazer e educativas, além da coleta de dados para diagnóstico da proposta. O valor total da intervenção foi de R\$15.160,00, nesse montante constam desde alimentação, materiais, impressões de flyers e pagamento de um artista de rua (ITDP, 2018) (Figura 70).

Figura 70: Intervenção de um dia em Santana, 2017.



Fonte: ITDP, 2018.

Para a avaliação da ação, recolheram dados de fluxo, colisões e atropelamentos, análise da implementação e entrevistas com transeuntes e comerciantes. Do ponto de vista da população, os resultados se mostraram positivos em ambos os trechos, com grande adesão à uma permanência da tática. Entre os comerciantes as perguntas não foram

referentes à intervenções em si, mas como uma identificação de questões específicas do comércio e sua relação logística (ITDP, 2018).

[...] As intervenções temporárias podem ser entendidas como uma forma de 'urbanismo tático'. Este tipo de estratégia tem por finalidade aprimorar o espaço urbano com rapidez e economia, permitindo testar soluções de projeto e ao mesmo tempo tornar partes da cidade mais aprazíveis e habitáveis. Sua implantação faz uso de materiais como tintas, cavaletes, cones, plantas, barbantes e outros elementos de baixo custo e fácil remoção, de forma a criar uma ambiência para uso imediato. A utilização de intervenções temporárias como forma de testar, ajustar ou mesmo acelerar a transformação de determinados espaços públicos até que se viabilize sua implantação permanente tem se disseminado internacionalmente, com destaque para os casos de Nova York, Cidade do México e Buenos Aires (ITDP, 2018, p.7).

O termo UT é mencionado no relatório como forma de justificar a intervenção e como resolução positiva ao final. No trecho citado acima, o UT é empregado a partir das diretrizes de Lydon *et al.* (2012), pautando-se na ideia de laboratório e experimentação. No relatório mencionam outras cidades importantes da América de maneira a comprovar a eficácia da tática. Assim, existe de maneira implícita, a idealização das ações táticas ao mencionarem bons resultados no exterior, justificando a importação dos conceitos e práticas nesse caso em específico. Já na conclusão do texto, essas ações são apresentadas como uma solução positiva, com resolução rápida e eficaz, garantindo uma visão positiva do UT.

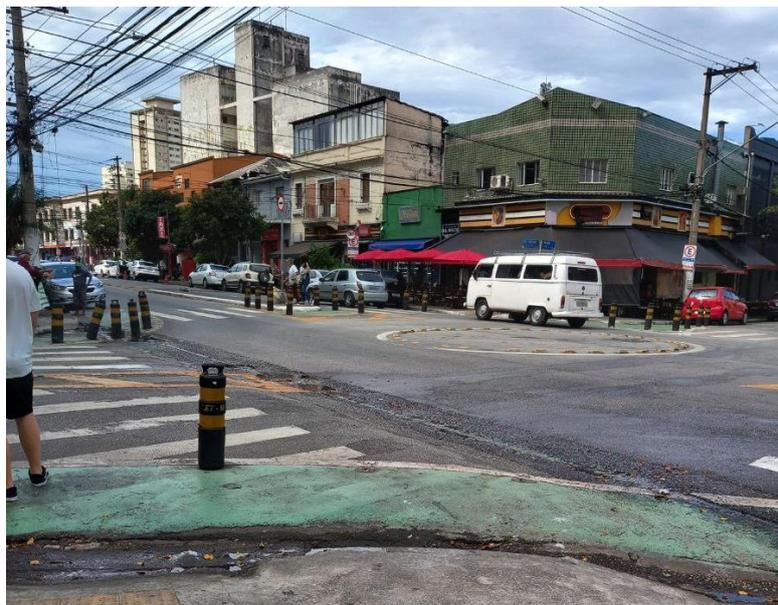
Se é verdade que uma iniciativa de caráter temporário liderada por organizações não-governamentais pode, em alguns casos, resultar em maior agilidade de implantação se comparada à intervenções similares lideradas pelo poder público [...] O processo de redesenho viário implantado em etapas - iniciando com materiais de baixo custo e rápida execução - costuma gerar ganhos imediatos na segurança dos pedestres, enquanto ajustes finos, coleta de dados e outros procedimentos podem ser feitos paralelamente para subsidiar e possibilitar a implantação permanente (ITDP, 2018, p. 52).

Por consequência da resposta assertiva, a Subprefeitura de Santana, optou por adotar as mudanças viárias com algumas alterações. Pintaram toda intervenção de uma cor só (verde), a qual indica travessia de pedestres nas convenções de trânsito; os vasos foram substituídos por balizas; as diferentes pinturas na mini rotatória, as quais indicavam dois raios de curvatura, foram substituídas por uma cor única e tachões; por último, diminuíram algumas

áreas de pedestres nas esquinas (Figura 71). Na fala de André da SP Urbanismo, entendemos porque outras modificações mais definitivas não foram implementadas. Contudo, a questão da drenagem, por ele mencionada, se apresenta como um problema constante, devido ao acúmulo de água visível na Figura 72, mas também nas imagens do Google Street View ao longo dos anos.

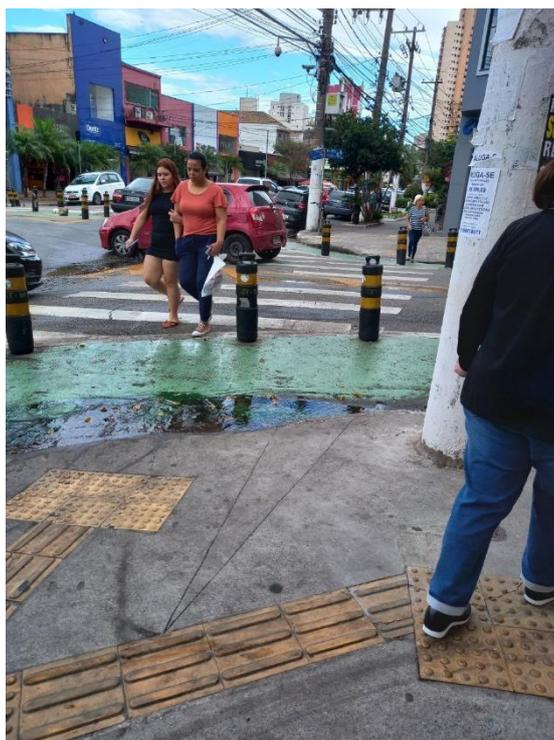
[...] e tudo isso com tinta porque a tinta além de tudo ela elimina um problema, diria para você já de uma ordem média para complexa que é drenagem, porque quando a gente amplia uma calçada simplesmente, a gente causa uma questão muito significativa na drenagem, né? Porque a gente tá modificando o trajeto da sarjeta, boca de lobo. Então, a gente causa alguns desafios maiores na região inclusive também porque o projeto urbanístico simplificado da cidade, a rua, ela é quase da mesma altura da calçada no seu ponto médio, então a partir do momento que a gente aumenta a calçada [...] cria uma linha ali de água, que é muito desagradável para o caminhar (Ramos, 2023, p.9).

Figura 71: Mini rotatória em Santana, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 72: Travessia de pedestres na rua Salete, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Durante a segunda visita de campo no local (Figura 73), a qual ocorreu num sábado, observamos um grande fluxo de carros e uma quantidade maior de pedestres, consequência da vasta diversidade de comércios ativos na região. Como desci no metrô de Santana e fui andando a pé, ficou nítido que nos cruzamentos das intervenções os carros respeitavam os pedestres, enquanto nos outros isso nem sempre ocorria. Na Figura 73, é possível ver a ação nas ruas e calçadas, além de uma bicicleta estacionada no poste, a qual, para Lydon et al (2012) seria uma intervenção classificada como bicicletário informal.

Figura 73: Cruzamento em Santana, 2023



Fonte: Autoria própria, 2023.

Ao longo do passeio conversei com a vendedora da loja Tóry na esquina em frente à intervenção, entre as ruas Dr. César e Rua Salete. Ela me informou que a ação foi muito benéfica, tanto para os carros, pois diminuiu a quantidade de batidas, mas, principalmente, para os pedestres, os quais conseguiam atravessar com segurança sem risco de atropelamento, dado o grande movimento de carros na Rua Salete, via de mão dupla. Os veículos andavam em alta velocidade e quase nunca paravam no sinal ao cruzarem com a Rua Dr. César.

Apesar de único, a junção desse relato com a decisão da Subprefeitura ao manter as alterações viárias provenientes de uma ação curta, nos mostra como essa tática impactou positivamente a região. Não só pela ação em si, como mostrado através dos índices - colisões, atropelamentos, aprovação dos transeuntes, entre outros -, mas pela capacidade de transformação dos ideais da população para aquele local, ou seja, de capital social, como também abordado por tantos autores (Lydon *et al.*, 2012; Lydon e Garcia, 2015; Rosa, 2011, Rosa e Weiland, 2013 e 2017; Sansão-Fontes e Couri-Fabião, 2016; Sansão-Fontes et al, 2018).

2.4. Parklets

Os Parklets, Pavement to Parks ou Pop-up Cafes, são ações táticas que têm como princípio a discussão da mobilidade urbana, mas também da falta de mobiliário e vegetação nas cidades. Partem da extensão das calçadas, utilizando-se de até duas vagas de carros acrescentando-se, nesse espaço, bancos, mesas, plantas, bicicletários, ombrelones, lixeiras e até bibliotecas, palcos e platéias (Felizardo, 2018).

Em São Paulo, a adesão dos Parklets foi intensa e se iniciou, como exposto anteriormente, pelos eventos do Design Weekend (Figura 74) e da X Bienal de Arquitetura em 2013. Esses primeiros exemplares, também chamados de "Zonas Verdes", permaneceram nas Ruas Amauri e Maria Antônia por poucos dias durante o Design Weekend, enquanto a proposta da Bienal foi instalada ao lado do Conjunto Nacional, na rua Padre João Manuel, por 30 dias. De maneira geral, os envolvidos nos três projetos são o Instituto Mobilidade Verde, Gentilezas Urbanas (Secovi), os escritórios Design OK, H2C Arquitetura e Zoom Arquitetura, além da Contain[it] para o caso da Bienal.

Figura 74: Parklet na Rua Maria Antônia durante o Design Weekend, 2013.



Fonte: Estádio, 2013.

[...] era grupo que estava sendo organizado pelo SECOVI - SP, que é o sindicato dos construtores, que eles queriam fazer pesquisas ligadas a melhoria da qualidade urbana, eles tinham um grupo fechado que chamava Gentilezas Urbanas, [...] foi sugerido o tema Parklet e aí eu acabei vendo uma reportagem de um ONG de mobilidade urbana que também estava querendo trazer esse projeto para o Brasil e a gente se juntou, então, esse grupo de pesquisa com a ONG e também, com um grupo de designers que iam participar do festival Design Weekend. [...] a gente começou a pesquisar lugares, começou a procurar patrocínios, conversar com a Prefeitura, e aí surgiram dois lugares e conseguimos patrocínio. Nós conseguimos até conversar com a Universidade da Califórnia que é quem tinha criado o primeiro manual [...]. (Camargo, in Felizardo, 2018, p. 204)

[...] Acho que muitas pessoas estavam falando, né? Naquele momento, eu falei com uma amiga minha que é a Helena Camargo do escritório H2C arquitetura, e a gente estava procurando fazer ações espaço público. A gente viu algumas experiências em São Francisco, viu que era uma coisa que poderia ser replicada, que poderia ser convertido numa política pública uma iniciativa isolada. A Helena chegou a ler um artigo que saiu de uma pessoa aqui, depois também se envolveu com o Paiva do Instituto mobilidade Verde. Então, foram somando pessoas que, de alguma maneira, queriam fazer essa iniciativa. A gente tinha uns amigos do escritório que se chamavam Superlimão Arquitetura. E aí um dia a gente comentou que estava tomando iniciativa de captar recursos para tentar fazer uma iniciativa piloto, na época. O Superlimão fazia parte de uma associação de designers que se chamava Design OK e eles também já estavam falando com outras pessoas sobre essas iniciativas. [...] (Ortenblad, 2023, p.2)

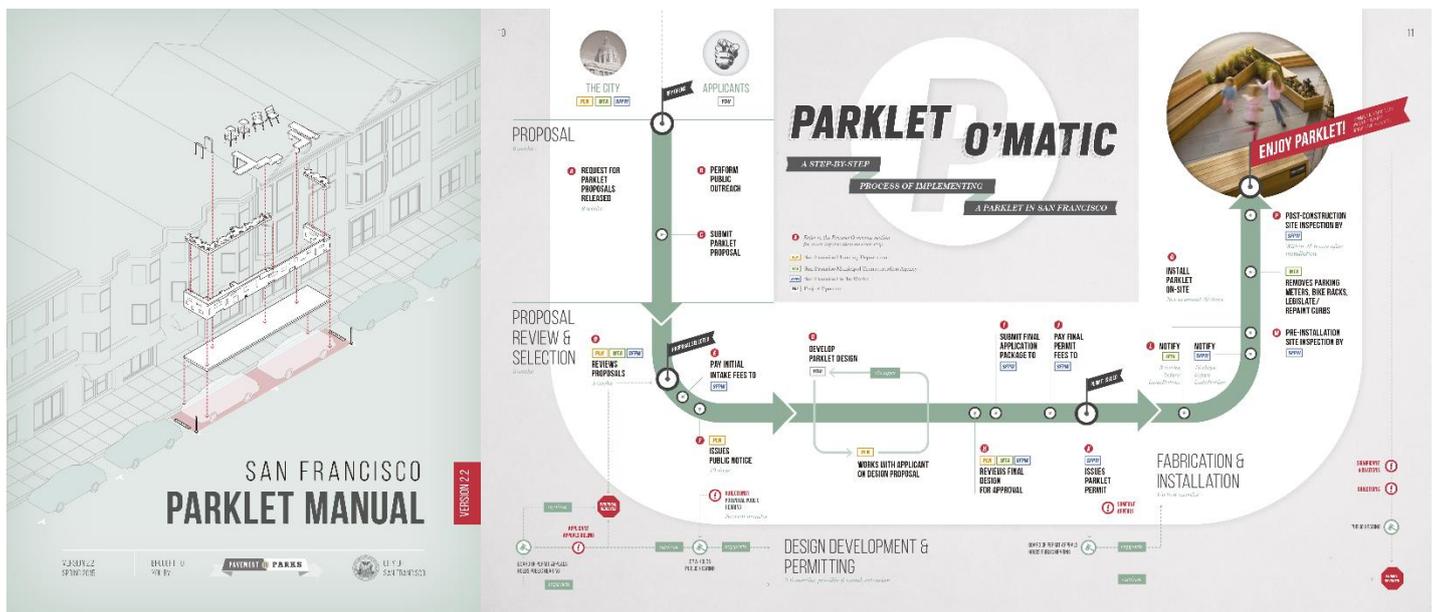
Essa relação com os escritórios, também é apontada na fala de André Andreis em entrevista à IC, "é um grupo de arquitetos que tinham influência, chegaram e começaram a apresentar isso e formatar junto da Prefeitura" (Andreis, in Felizardo, 2018 p. 188). Então, por conta da grande adesão do público e desse movimento dos escritórios, como apresentado nos excertos acima, iniciou-se junto à Prefeitura o processo de legalização dos Parklets, resultando no Decreto nº 55.045. Assim, São Paulo tornou-se a quarta cidade do mundo a regulamentar os Parklets.

Trata-se de uma ampliação do passeio público, realizada por meio da implantação de plataforma sobre a área antes ocupada pelo leito carroçável da via pública, equipada com bancos, floreiras, mesas e cadeiras, guarda-sóis, aparelhos de exercícios físicos, paraciclos ou outros elementos de mobiliário, com função de recreação ou de manifestações artísticas (Art. 2º do Decreto nº 55.045/14).

Pouco depois do Decreto, a Prefeitura seguiu o exemplo de São Francisco⁴² (Figura 75) e lançou o “Manual Operacional para Implementar um Parklet em São Paulo” (Figura 76). De modo geral, seguem os ideais expostos no catálogo de Lydon *et al.* (2012), portanto, buscam modos alternativos de locomoção, que não só o caro. Se propondo a criar espaços de estar e lazer com qualidade, estimulando o caminhar e o uso dos espaços públicos pelas pessoas. Além de fomentar capital social e o envolvimento dos comércios e serviços com o entorno (Felizardo, 2018).

É importante e é um diferencial de relevância que o proponente esteja envolvido com a cultura local onde será realizada a intervenção. Os melhores parklets são aqueles que traduzem as narrativas locais, respeitam a vocação do bairro e criam diálogos entre a intervenção e a sociedade. Uma conversa com o comércio, moradores e associações locais poderá ser de grande valia para a ocupação destes espaços. (Manual Operacional para Implantar um Parklet em São Paulo, p.7)

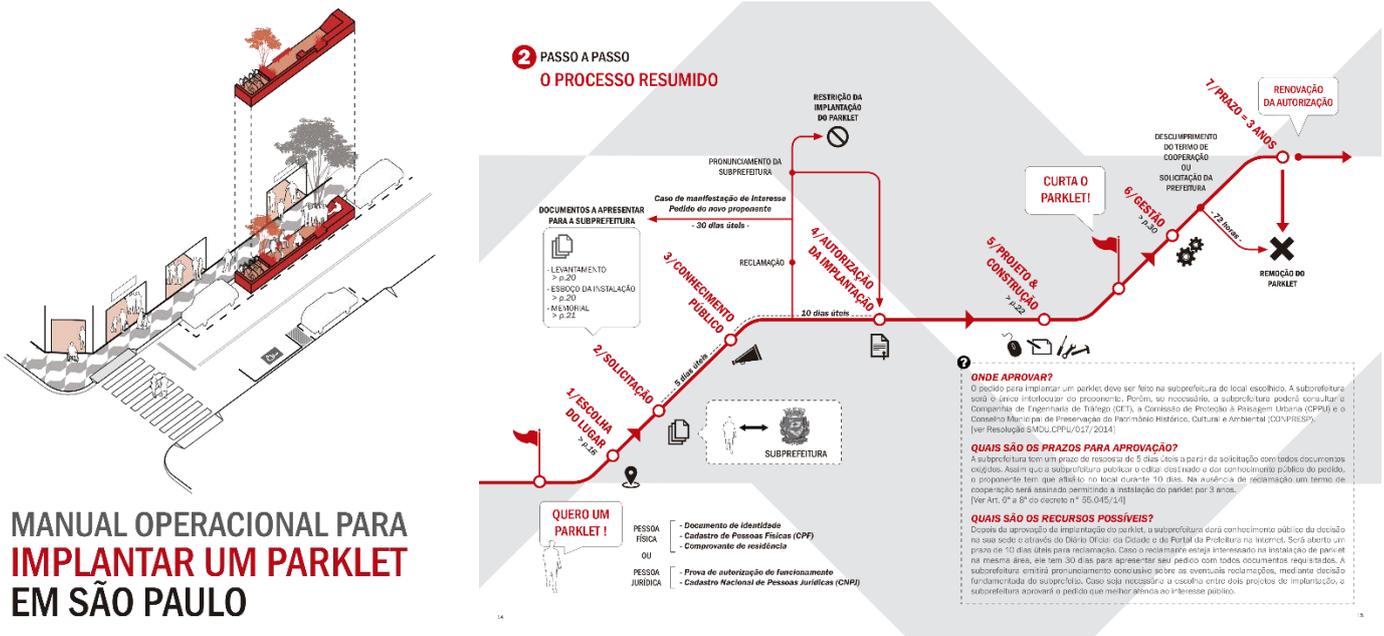
Figura 75: Imagens do Segundo Manual de Implementação dos Parklets em São Francisco (CA).



Fonte: Parklet Manual: San Francisco

⁴² A cidade de São Francisco, lançou uma versão mais recente do Manual no verão (deles) de 2020.

Figura 76: Imagens do Manual de Implementação dos Parklets em São Paulo.



Fonte: Manual Operacional para Implementar um Parklet em São Paulo.

Desta forma, destacam-se para o proponente a manutenção e limpeza do espaço; os custos de produção; a instalação e remoção; a obrigatoriedade da placa "Espaço Público", enunciando o caráter não privativo dos Parklets; bem como da garantia desta característica; além de incentivar a interação com os moradores próximos (Felizardo, 2018). O Manual avança em instruções técnicas, definindo parâmetros para a implantação do Parklet, como lugares mais adequados, por exemplo, vias com áreas já sombreadas; como assegurar a acessibilidade universal; proteção do pedestre e usuários; modulação do Parklets; drenagem da água na sarjeta e no próprio Parklet, entre outros (Felizardo, 2018).

A adesão à nova tipologia foi significativa, porém concentrou-se em regiões como Pinheiros e Vila Madalena, como apresentado no mapa a seguir (Figura 75). Inclusive, as mesmas áreas de escritórios que se especializaram no design dos Parklets. Entendendo esse movimento de forma nichada, entre 2015 e 2016, a Prefeitura aprovou uma política pública de implementação de um Parklet por Subprefeitura, ou seja, trinta e dois Parklets Municipais foram construídos. Com objetivo de divulgar a tipologia para outras regiões de São Paulo ao mesmo tempo em que as Subprefeituras aprendiam a forma processual de aprovação de um Parklet.

Os critérios para escolha dos locais eram de decisão da Subprefeitura, como explicado no trecho abaixo, porém seguiram algumas diretrizes como a proximidade com equipamentos públicos (escolas, mercados, postos de saúde), áreas livres e centralidades de bairro. Essa decisão gerou situações inusitadas como, por exemplo, o Parklet em frente à Praça Nicolau Aranha Pacheco na Subprefeitura Capela do Socorro (Figura 77). A política ficou restrita à essa única iniciativa e alguns Parklets como a Sé, Aricanduva e Pinheiros, foram retirados por alegação de “maus usos” pelos moradores locais, quando na verdade, os Parklets eram utilizados para encontros de jovens, skatistas, entre outros usos (Felizardo, 2018).

[...] Esse contato com as subprefeituras, ela permitiu que a gente também não chegasse de cima para baixo, dizendo “olha vai chegar isso daí aí, se vira, ou põe aqui”, não é assim né. Para que isso funcione é necessário que as pessoas se sintam parte, então a gente tornou a escolha do lugar, nada mais justo que alguém que conheça o lugar, então a gente fez uma espécie de um questionário em que os representantes locais das subprefeituras, elas sugeriram 3 locais e também o objeto ele é personalizável em algumas nuances [...] (Andreis, in Felizardo, 2018 p. 190)

Figura 77: Parklet em frente à praça.



Fonte: Autoria própria, 2018.

Essa política teve por finalidade o espraiamento de outros Parklets de iniciativa privada, o que se concretizou, dado o aumento significativo de unidades durante a fase de implantação dos Parklets Municipais. Esse crescimento concentrou-se nas mesmas regiões, como é possível identificar pelo catálogo da Prefeitura. Entretanto, os Parklets Municipais cumpriram sua demanda em fornecer espaços públicos de estar e lazer em regiões afastadas ao centro da cidade, como pode ser visto no Parklet da Subprefeitura do Campo Limpo (Figura 78).

Figura 78: Parklet em frente ao Sesc em Campo Limpo.



Fonte: Autoria própria, 2018.

Ademais, por conta desse aglomerado de Parklets de iniciativa privada na mesma região, como a enorme quantidade de exemplares na Rua Oscar Freire, especulou-se um movimento de gentrificação. Entretanto, essa afirmação já foi refutada por Felizardo (2018), pois são regiões onde já há uma presença massiva de investimentos, ou seja, reafirmam a presença do capital, sendo implementados em áreas ricas. Portanto, as ações táticas reforçam esse caráter, mas não o geram. Ademais, a escala de influência econômica dessas táticas restringe-se ao dono do empreendimento.

[...] Não é mais o parklet, né? O parklet hoje não faz sentido nenhum, porque os parklets nesses 10 anos já viraram extensão dos barzinhos e dos restaurantes. Então isso já virou também um espaço comercial. Que era que a ideia não era essa né? [...] (Nobre, 2023, p. 8)

Embora, na fala de Nobre (2023), a questão do empreendedorismo dos Parklets apareça como mais recente, é nítido que desde sua formulação nos EUA, a natureza comercial dos Parklets estava presente, principalmente quando vistos pela perspectiva dos *pop-ups cafes*. Esse caráter de propaganda que os Parklets de iniciativa privada adquiriram pode ser visto através de questões projetuais e de design, como uso de cores, materialidades, disposição espacial, entre outros (Felizardo, 2018). Essa estratégia de marketing foi utilizada tanto por parte dos escritórios, como no caso do Estúdio HAA! com a Soul Urbanismo que revestiram os Parklets com azulejos (Figura 79); marcas financiadoras de vários Parklets, como a Heineken com chapas perfuradas verdes e prateadas (Figura 80); e empreendedores individuais, como no caso do primeiro Parklet da Ben and Jerry's na Rua Oscar Freire (Figura 81), no qual o primeiro exemplar continha grama sintética e o desenho da marca (uma vaca). Atualmente, o Parklet da sorveteria é mantido pela empresa American Express, a qual possui outros Parklets na mesma rua como o do restaurante Mondo Gastronômico (Figura 82), os quais foram modificados para apresentarem um design similar.

[...] Eu acho que eu teve um momento, onde para as marcas, pensando que era uma coisa que muitas vezes era viabilizado por marcas, por patrocínios, teve uma novidade ali, como uma ação de marketing [...] (Ortenblad, 2023, p.6)

Figura 79: Parklet com azulejos dos escritórios Estúdio HAA! com a Soul Urbanismo.



Fonte: Autoria própria, 2018.

Figura 80: Parklet da marca Heineken, 2017.



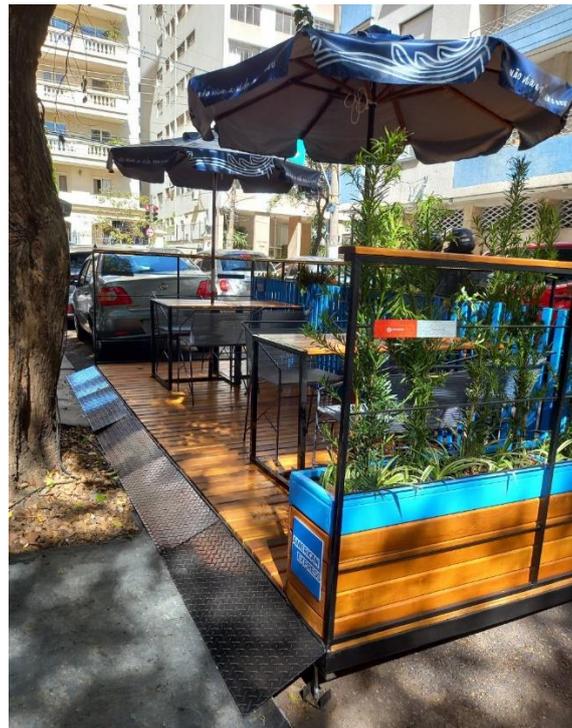
Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 81: Parklet da Ben&Jerry's em 2017.



Fonte: Autorial própria, 2017.

Figura 82: Parklet da American Express, 2023



Fonte: Autorial própria, 2023.

Tendo em vista a influência da política de Parklets da cidade de São Francisco em relação à cidade de São Paulo, vale ressaltar alguns posicionamentos recentes da municipalidade com relação a essa tipologia. Primeiramente, a legislação permitiu a inserção de mesas e cadeiras nas calçadas durante o período da Pandemia de COVID-19 e essa medida se manteve até meados de 2023. Segundo, os empreendimentos com Parklets deveriam ser submetidos a uma nova aprovação de uso do espaço junto à Prefeitura, caso os empreendedores mantivessem os Parklets. No início de 2023, divulgaram a cobrança de uma taxa municipal anual, no valor de 2 mil dólares para os proponentes. A partir da metade do mesmo ano isentaram os empreendedores com Parklets já aprovados antes de julho, além de expandirem os critérios para isenções de taxas e oferecerem 50% de desconto para “empresas com receitas brutas inferiores a \$2,5 milhões de dólares”⁴³.

Essas medidas são significativas, pois, como a Prefeitura de São Paulo segue diretrizes de São Francisco, dependendo das próximas gestões municipais, essas ações podem ser incorporadas como impostos, alterando algumas dinâmicas de implementação dos Parklets. E, possivelmente, agravando a concentração dos mesmos nas áreas destacadas anteriormente.

ooo

Durante o segundo trabalho de campo, além de visitar o Parklet na Rua Padre João Manuel, revisei os Parklets Rua Oscar Freire, entre a Av. Rebouças até a Alameda Casa Branca. Desde o período da IC é a rua com maior número de Parklets e a cada visita notamos a implementação, retirada ou remodelação dos mesmos. Apenas os Parklets da Bacio di Latte, Le Botteghe di Leonardo e do restaurante Taniti Culinárias Espanhola, os únicos a se manterem iguais desde sua execução.

Ademais, a rua estava com um fluxo grande de pessoas e os Parklets mais usados eram os que continham consumidores do estabelecimento em frente, ou os menos associados à uma marca, como os da Galeria Europa e da Galeria Jardins (Figura 83). Diferentemente de todas as outras visitas à essa rua, o movimento de pedestres era intenso por se tratar de um

⁴³ As alterações podem ser vistas através do site: <<https://www.sf.gov/step-by-step/shared-spaces-permit-transition-timeline>>

final de semana, então não me demorei nos Parklets, também por dois motivos: (1) muitos seguranças das lojas ficavam observando o fluxo, intimidando o uso dos Parklets se você não fosse um consumidor e (2) devido à minha roupa e acessórios senti exclusão por parte das pessoas de alta renda, levando às duas situações que aconteceram comigo a seguir. Me sentei (sozinha e sem consumir no local) no Parklet Le Botteghe di Leonardo quando o segurança começou a caminhar na minha direção, parando apenas porque um entregador chegou para pegar uma encomenda, na ocasião, eu aproveitei para continuar a caminhada. A segunda se deu sem relação com os Parklets, mas no caminho de volta parei para comprar um sorvete; esperando na fila entrou uma família se posicionou na minha frente, um tempo depois, na hora de fazer o pedido para escolha dos sabores, ou seja, depois de já ter passado no caixa, o vendedor ignorou a minha presença e atendeu o moço atrás e mim, mesmo eu estando ali ao menos uns 15 minutos na frente dele. Por sorte e educação, o rapaz disse ao atendente que eu estava antes e só assim fui atendida.

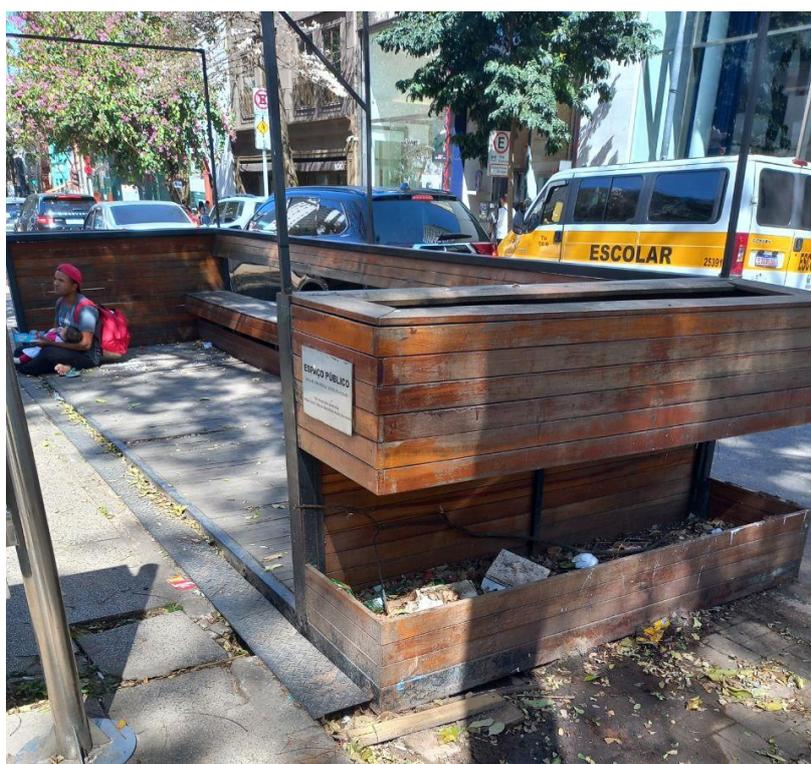
Figura 83: Parklet na Oscar Freire em frente à Galeria Jardins, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Esses acontecimentos não são isolados, mesmo eu sendo branca e pertencente à classe média, assim como as pessoas que transitavam ali (embora de faixas distintas), aquele espaço também era ocupado por pessoas em situação de rua (Figura 84), fato igualmente inédito em minhas visitas nesta região. Apesar de quase todos os estabelecimentos da rua terem bebedouros para animais de estimação, nenhum e ninguém oferecia água ou comida para essas pessoas. Elas estavam invisíveis e ao mesmo tempo gerando um ruído, como se aquele espaço do Parklet não fosse para todos, apesar de público.

Figura 84: Parklet na Oscar Freire número 1057, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Durante o passeio em Santana na rua Dr. César, aproveitei para visitar um Parklet Municipal algumas quadras adiante, próximo à EMEI José Bonifácio de Andrade e Silva. Por não ser um Parklet que já havia visitado durante a IC, não tínhamos critérios comparativos, porém, o mesmo se encontrava conservado e ainda com a placa da iniciativa municipal, com alguns danos, como visto nas imagens abaixo (Figuras 85 e 86). Como a visita ocorreu

durante um sábado de manhã, o Parklet estava vazio, embora, nos períodos letivos o cenário deva ser outro.

Figura 85: Parklet Municipal da Subprefeitura de Santana, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 86: Detalhe do Parklet Municipal da Subprefeitura de Santana, 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

2.4.1. Parklet na Rua Padre João Manuel

Como dito, o primeiro Parklet de longa duração instalado no Brasil ainda se encontra na Rua Padre João Manuel, 28, próximo à Av. Paulista (Figuras 87 e 88). A iniciativa partiu durante a X Bienal de Arquitetura e contou com o projeto dos escritórios Design OK, H2C Arquitetura, Zoom Arquitetura e Instituto Mobilidade Verde, para a primeira versão. Essa proposta apresentava bancos metálicos na cor vermelha, um paraciclo e várias plantas. Já a segunda (e atual) versão possui os mesmos elementos, porém em madeira e estão dispostos de outra forma. Estão entre os escritórios promotores H2C Arquitetura, Zoom Arquitetura e Superlimão Studio e com execução da Contain[it].

Figura 87: Parklet na Rua Padre João Manuel em 2017.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Figura 88: Parklet na Rua Padre João Manuel em 2021.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Este Parklet tornou-se significativo, não só por ser o primeiro, mas por se manter ativo até os dias de hoje através da manutenção pelos estabelecimentos próximos. Também podemos considerá-lo, junto dos outros Parklets próximos à Av. Paulista, como um mobiliário de descanso, tendo em vista a falta de espaços de estar na avenida. A partir da visita de 2021 pudemos identificar uma frequência contínua e similar ao do período de visita durante a IC (2017-2018), isto é, nos períodos de almoço, jantar e dias recreativos o fluxo é maior e nos demais ele diminui. Contudo, durante os dias da visita em 2023 o Parklet estava sendo desmontado (Figuras 89 e 90). Aproveitei a situação para perguntar a uma lojista se ela saberia o porquê, prontamente me explicou que estavam o retirando para recapear a rua, mas seria remontado no dia seguinte, fato verificado pelo passeio na Paulista Aberta (Figura 91).

Figura 89: Desmonte do Parklet na Rua Padre João Manuel em 2023.



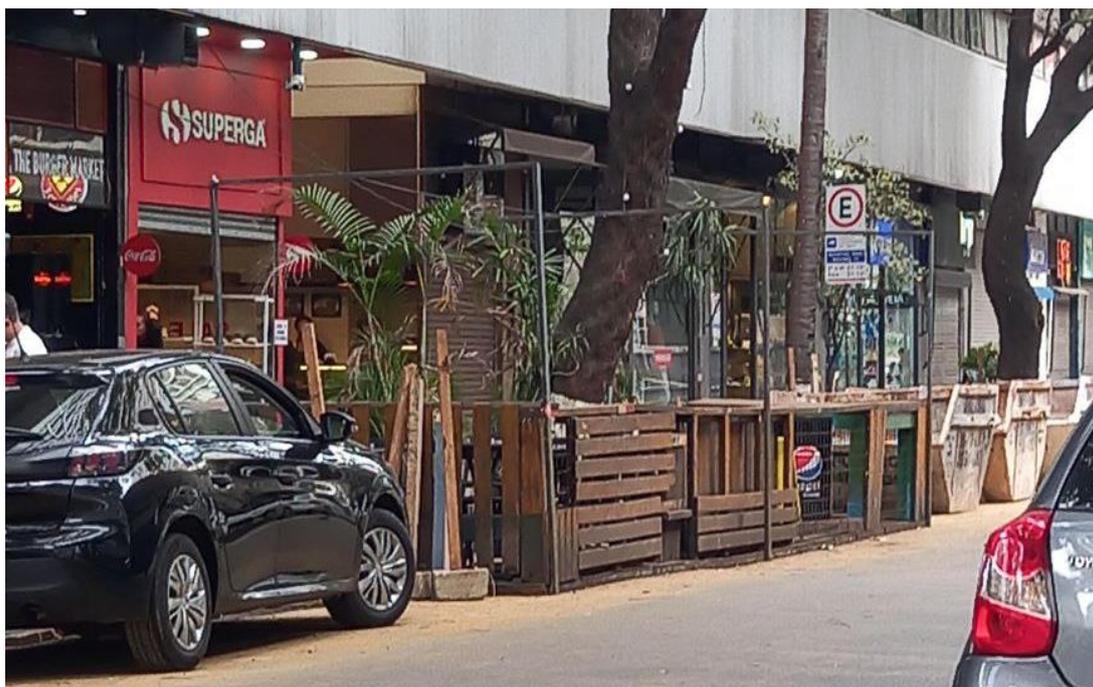
Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 90: Parklet na Rua Padre João Manuel em 2023 desmontado.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 91: Remontagem do Parklet na Rua Padre João Manuel em 2023.



Fonte: Autoria própria, 2023.

2.5. Remanescências

Considerando essas quatro produções táticas em São Paulo, podemos perceber algumas nuances de como foi todo esse processo da importação das táticas e como elas se concretizaram. Para facilitar algumas análises, construímos uma tabela (Figura 92) considerando os quatro casos de estudo e um resumo levando em conta: (1) de onde essas ações partiram; (2) o que foi necessário para sua concretização; (3) as apropriações; e (4) os desdobramentos.

Figura 92: Diagrama com as táticas

TÁTICA	PAULISTA ABERTA	CENTRO ABERTO	PARKLETS	SANTANA
de onde partiram	coletivo sampapé e minha sampa	prefeitura de sp, sp urbanismo, gehl architects, itaú unibanco	x bienal de arquitetura e design weekend + escritórios	xi bienal de arquitetura, itdp brasil, citi foundation, bloombrg philanthropies, nacto, global design cities initiative, wri brasil, vital strategies, cet, sp trans, prefeitura de são paulo
o que foi feito	ações dos coletivos > política pública > revogação (gestão doria e pandemia de covid-19) > retomada	3 etapas pela municipalidade: 1- teste em dois locais 2- implementação de cinco locais 3- implementação de oito locais	eventos > decreto > política pública	evento > workshops > implementação de 1 dia > ação definitiva
apropriação	contínua e diversa por conta das atividades realizadas	depende da região, porém muito utilizada por transeuntes e população em situação de rua	depende do local e tipo de parklet, mas normalmente utilizada pelos consumidores	contínua
desdobramentos	atualmente só duas ruas fecham aos domingos: av. paulista e rua galvão bueno; está em trâmite um pedido para o fechamento da av. são joão	alguns expoentes estão em reformas por conta dos calçadões; mantém-se uso, porém sem a "ativação"	ainda se mantém como lei; concentra-se em regiões ricas; parklets municipais estão sem manutenção	intervenção se mantém; bem avaliada; não há muitos casos similares

Fonte: Autoria própria, 2023.

Ponderando tudo o que foi exposto até o momento, podemos inferir que essas quatro ações táticas em São Paulo partiram de cenários diferentes, tiveram implementações variadas

e, conseqüentemente, sucedendo em resultados também diversos. Contudo, são abarcadas no mesmo conceito, diante disso, sintetizamos as principais questões e nuances abarcadas nesses contextos divergentes e, em alguma medida, coincidentes.

Com o caso da Paulista Aberta, iniciado pelos coletivos Sampapé (hoje Instituto Caminhabilidade) e o Minha Sampa, vemos a atuação da classe criativa paulistana baseada nas ações internacionais e com intervenções menores em escala e tempo como forma de promover o debate das ruas abertas. Entendemos que esse movimento não se iniciou com esses coletivos, mas sim, com outras ações anteriores do governo chamadas Ruas de Lazer. Apoiados na oportunidade de atuação do protótipo das ruas abertas com a inauguração da ciclofaixa da Paulista, a Prefeitura de São Paulo apoiou a ideia e a expandiu para outras regiões da cidade de modo a cada Subprefeitura apresentar uma rua aberta aos domingos. Entretanto, esse movimento, apesar de se apresentar como democrático, escondeu o fato de muitas dessas ruas serem escolhidas a esmo, sem nenhum critério qualitativo para o uso desejado. Com a mudança de gestão, durante o governo Dória (PSDB), muitas dessas ruas saíram do programa, com justificativa de mau uso ou falta de demanda, até completa interrupção dada a Pandemia de COVID-19. Passado mais de um ano do isolamento social, apenas a Av. Paulista voltou à efetividade naquele momento, porém, como vimos, a Rua Galvão Bueno entrou para o programa e há um pedido para a Av. São João, todas vias de grandes comércios e fluxo de pessoas e mercadorias. Observa-se uma tendência para o fechamento da Av. Brigadeiro Faria Lima, pois no próprio relatório (LABMOB *et al.*, [2018 ou 2019]) sugere-se essa situação.

Acrescido os dados dos relatórios de uso e pós ocupação, no qual apresentam alterações no padrão das lojas ao longo da avenida, com aumento considerável no setor alimentício, além da aprovação de mais de 90% de pessoas na manutenção do programa, embora pouco mais de 80% dos moradores locais apoiarem a causa. Somadas às visitas de campo, nas quais nos mostraram uma diversidade de usos (esportes, dança, feiras, comércio informal, música, etc.) e um fluxo grande ao longo da via toda.

Primeiramente, essa ação é a única que atende aos cinco critérios expostos na cartilha de Lydon *et al.* (2012), ou seja, possui caráter voluntário e é realizada de maneira gradual, atende à micro escala, tem curta duração e atende questões realistas, não demanda muitos custos e promove interações entre os cidadãos, governança e entidades privadas. Desta forma entendemos que, apesar de provir de movimentos ativistas, é um grupo nichado dentro da classe criativa e não de moradores locais. A intervenção do governo de difundir a tática, apesar de genuína, não considerou alguns fatores determinantes para a manutenção do programa,

bem como a troca de gestão não incentivou sua continuidade. Ao fixar apenas a Paulista como única Rua Aberta, o governo assumiu seu caráter neoliberal de manutenção da ação em uma rua de renda alta, favorecendo os comércios locais, inclusive dos programas culturais que, desde muito tempo, a Paulista também é reconhecida. Hoje, pessoas do Brasil todo vão visitar a avenida aos domingos como passeio cultural. Portanto, o arco das Ruas Abertas parte de coletivos, passa pelo governo, mas fixa no capital privado.

Os casos do Centro Aberto possuem particularidades não só pela quantidade de ações promovidas, mas também pelas resoluções da ação em si. Como apontado, o programa foi uma iniciativa da própria Prefeitura de São Paulo e se manifestou em três momentos, a fase inicial de teste com duas localidades, a implementação de mais três unidades em 2016 e a última em 2018, com a expansão do programa para além do centro, implementando oito novas intervenções.

Segundo Silva (2019), o programa faz parte da grande operação para "requalificação" do centro de São Paulo, iniciada na década de 1990 e ainda corrente. Portanto, embora a Prefeitura apresente um discurso de uso coletivo do espaço público, embelezamento e de priorização dos pedestres, segundo o autor, a real finalidade é a de expulsão da população em situação de rua e de baixa renda através do processo de gentrificação. Ele justifica essa afirmativa considerando os investimentos do Banco Itaú, tanto nas obras do Centro Aberto, quanto em outras na região. Além da contratação milionária do escritório *Gehl Architects* para consultoria através de workshop desenvolvimento da "metodologia *Gehl*" nos projetos do Largo Paissandú e São Francisco.

Ademais, para Silva (2019) a Prefeitura passou a dispor de um "capital informacional" a partir da coleta de informações dos relatórios de pré, durante e pós ocupação e do próprio "fazer testando" que as táticas abarcam. Em outras palavras, a Prefeitura adquiriu dados para de como atuar na região em prol da "requalificação", ou seja, quais ações teriam bons resultados a partir da ótica da gentrificação. O autor exemplifica com o caso do Largo Paissandú, no qual foi avaliado negativamente por parte da SP Urbanismo, ao não atingir a finalidade primeira de atrair pessoas para desfrutar das intervenções no local. A empresa justificou o afastamento dos transeuntes por conta da presença de pessoas em situação de rua, casos de prostituição e uso de drogas. Podemos inferir que, embora não seja o objetivo visado pela Prefeitura e setores privados, há uma diversidade de usos e vivências nesses espaços, os quais ainda se mantêm, sendo confirmados pelas visitas de campo.

Outros pontos significativos são: (1) por ser uma ação encabeçada pela Prefeitura, não teve a real participação da população, sendo essa limitada às respostas aos questionários; (2) ainda não atualizaram o site do Centro Aberto para incluir as novas reformas ou a retomada das "ativações"; (3) nas cartilhas, adotou-se o termo Urbanismo Tático para descrever as ações, muito embora esse termo não conste nos trabalhos teóricos de Gehl; e por último (4) existem poucos trabalhos científicos sobre o Centro Aberto e o mais criterioso é o de Silva (2019) dentro das ciências sociais.

Como vimos, a remodelação de vias em Santana foi uma iniciativa da XI Bienal de Arquitetura em conjunto com ITDP Brasil, além de outras entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, e com a participação de estudantes, população e comércios locais durante o processo de projeto e da avaliação da intervenção de um dia. Ou seja, antes de ser incorporada como ação mais definitiva pelo Estado, a ideia partiu de um evento da classe criativa, na qual acionou órgãos do governo, coletivos e escolas locais, além de fundações internacionais como *Bloomberg Philanthropies*, parceria de Janette Sadik-Khan e do ex prefeito de NYC, na qual produziram os manuais dos quais a intervenção se utilizou como referência. Inclusive, a própria autora visitou o Brasil e foi entrevistada pelo WRI⁴⁴, outra instituição parte do projeto⁴⁵. A IDTP Brasil é uma das organizadoras junto à financiadora *Citi Foundation*.

É importante destacar o papel do IDTP, pois o instituto (fundado nos EUA) aparece não só na ação em Santana, mas também como produtor do relatório da Paulista Aberta, nas "requalificações" do centro de São Paulo, incluindo o próprio Projeto Centro Aberto. Portanto, sua atuação na promoção de ações táticas no Brasil é intensa, apesar da ONG não atuar só nesse ramo.

Nota-se a pouca disseminação dessa tática de forma individual no Brasil. Embora a pintura de chão apareça nas ações do Centro Aberto, identificamos apenas a proposta anterior em São Miguel Paulista (hoje já removida). Não identificamos outros exemplares na cidade de São Paulo, apesar de pesquisarmos em artigos científicos e jornalísticos. Inclusive, mesmo para a ação de Santana, achamos apenas um texto científico sobre e as demais fontes foram das próprias promotoras. Compartilhamos, então, do questionamento sobre essa ausência, tendo em vista os resultados positivos apresentados, do baixo valor para implementação e até

⁴⁴ A entrevista pode ser acessada pelo link: <<https://wricidades.org/media/video/bate-papo-com-janette-sadik-khan-em-s%C3%A3o-paulo>>.

⁴⁵ Inclusive, contatamos a WRI Brasil para uma entrevista, porém se recusaram a concedê-la com a justificativa de que não possuem mais colaboradores presentes durante a intervenção.

mesmo da fala de André Ramos constatando essa fácil execução. Então, por que não foi uma tática altamente replicada?

Podemos inferir algumas explicações para tal. Primeiro pelo fato dessa intervenção não beneficiar o setor privado (grande promotor das ações táticas). Ao menos, através da visão dos mesmos, quando nos deparamos com as respostas do relatório do ITDP (2018), nas quais a maioria dos comerciantes locais não identificaram melhoras nas vendas, embora o Guia Global de Desenho de Ruas (2018) apresente o contrário. Segundo, ao analisarmos essa tática aqui no Brasil, notamos que elas não partiram dos moradores e comércios locais, como ocorreu em alguns lugares dos EUA exemplificados por Lydon *et al.* (2012). Ou seja, a adesão e mesmo o desenvolvimento de capital social nas ações brasileiras não se concretizaram. Mesmo dentro da própria Prefeitura, como mencionado, pois a municipalidade só replicou a remodelação de cruzamentos junto às ações do Centro Aberto.

Por fim, vimos que os Parklets foram inicialmente propostos pelos eventos Design Weekend e X Bienal de Arquitetura junto com a parceria de vários escritórios de arquitetura e o Instituto Mobilidade Verde. Estas experiências corroboram para a regulamentação dos Parklets durante a gestão Haddad, na qual os escritórios promotores também foram consultados para criação do Decreto nº 55.045/14. A partir de 2016 o município adotou a política de implementar um Parklet Municipal por Subprefeitura, visando a dispersão desses mobiliário urbano para outras regiões com intuito de fomentar a adesão de novos empreendedores.

O primeiro Parklet definitivo foi instalado na Rua Padre João Manuel, 28, fruto da X Bienal. Sua primeira versão se manteve por três meses e foi substituída pela versão atual mantida pelos comércios locais. Portanto, foi uma ação que teve início em eventos da classe criativa, posterior adesão do Estado e atualmente é produzida pelo setor privado, diferentemente da ação em Santana, na qual teve pouca adesão do comércio local, como mencionado.

Se tomarmos como base os cinco critérios de Lydon *et al.* (2012), os Parklets não atendem a quase nenhum, apesar de ser uma das táticas mais recorrentes e preconizadas pelos autores. Com base no primeiro critério “abordagem voluntária e gradual” notamos a gradação conforme se deu a importação da tipologia para o Brasil e dos acontecimentos junto à Prefeitura. Porém, não é uma ação espontânea ou filantrópica, a não ser se considerarmos “voluntário” um empreendedor promovendo uma melhoria (o Parklet) para seu próprio estabelecimento. Além de não “instigar a mudança”, na prática não foi consensual da sociedade repensar mobilidade e revegetação das cidades com a vinda dos Parklets, essa

discussão se deu no âmbito acadêmico, apenas. Também não é uma ação de “baixo risco”, considerando os altos preços para promoção dos Parklets no Brasil, e as “recompensas elevadas” são apenas de usufruto do comerciante. O último ponto, o qual diz respeito sobre o capital social, não é atingido, pois a implementação dos mesmos não têm relação com a população local, apenas com o comércio ou serviço financiador.

Ademais, como já demonstrado por Felizardo (2018) e reforçado por esta dissertação, apesar dos Parklets serem de uso público, a localização dos mesmos, principalmente em áreas ricas da cidade como a Rua Oscar Freire, somado ao fato de serem extensões de um comércio ou serviço, inibem os uso por transeuntes. Inclusive, como comentado anteriormente, alguns desses espaços são vigiados pelos seguranças das próprias lojas, intimidando ainda mais o uso coletivo.

Além disso, um equívoco comum é de assumirem os Parklets como impulsionadores de processos gentrificadores por se concentrarem em regiões como Vila Madalena e Pinheiros. Contudo, isso não é verídico por dois fatores: primeiro, essas duas áreas já eram nobres antes da importação dos Parklets, como já argumentado por Felizardo (2018); segundo, a escala de dimensão e intervenção de uma ação tática não é suficiente para alterar uma região numa escala socioeconômica deste porte, como explicitado por esta pesquisa.

Identificamos a atual política de RUAS SP⁴⁶, ação do governo Bruno Covas, na qual dá permissão para os restaurantes implementarem um “Parklet privado”, ou seja, apenas os próprios consumidores do local podem se utilizar do mobiliário durante a permanência no estabelecimento. Um exemplo dessa ação foi apresentado na seção da pesquisa de campo, o exemplar encontra-se na Rua General Jardim em frente à Escola da Cidade e ao IAB, na qual uma grande faixa de pedestres foi inutilizada para abrigar as mesas do restaurante “A Casa do Porco” e ampliar a área de circulação dos pedestres.

Desta forma, a partir das questões e problemáticas levantadas através dos casos de estudos, montamos um panorama de como as diferentes ações táticas se desdobraram na última década em São Paulo. Assim, poderemos contrastar e comparar com o entendimento do UT e suas práticas pelo viés acadêmico, nacional e internacional, ampliando a reflexão crítica sobre o UT.

⁴⁶ <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/noticias/?p=319902>

Seção 3 - Desdobrando os conceitos de Urbanismo Tático

Dada a rápida disseminação das ações táticas nos EUA, bem como mundialmente, vários pesquisadores se debruçaram sobre o tema adensando o conhecimento sobre o UT. Nesta seção, desdobraremos as diversas publicações nacionais e internacionais sobre a temática. Como principais expoentes no Brasil, consideramos Sansão-Fontes (2011), com as várias pesquisas no LabIt da UFRJ, Rosa (2011), Rosa e Weiland (2013 e 2017), assim como Maziviero e Almeida (2017), Nogueira (2017) e De Carvalho e Imbronito (2019 a e b), entre outros. Apesar da vasta produção nacional, existem algumas áreas cinzas e lacunas, que pretendem ser desveladas e, em certa medida, abordadas por este mestrado. Como uma avaliação crítica dos desdobramentos do UT no Brasil, abrangendo tanto a parte conceitual quanto as práticas (Felizardo e Sperling, 2022).

Ao mesmo tempo, é importante entender a produção acadêmica internacional, pois nos apresenta como balizas para compreendermos os processos do UT no exterior, bem como o entendimento de outros teóricos sobre o tema, não nos restringindo apenas aos casos brasileiros. Para tanto, nos aproximamos de autores como Berglund (2019), Brenner (2016), Davidson (2013), Gadanho (2013), Hou (2010 e 2020), Mould (2014) e Spataro (2016). Assim, o debate internacional entra como um contraponto de análise da produção nacional, podendo nos oferecer critérios de comparação, similaridades e discrepâncias, inclusive das práticas abordadas nos casos de estudo (apresentados no item 3.3. Entremeios).

Todo o debate será pautado por seis pontos: (1) papel do Estado; (2) cooptação e urbanismo neoliberal; (3) gentrificação; (4) movimentos insurgentes; (5) informalidade; e capital social (6). Apesar da tentativa de subdivisão do debate, há um entrelaçamentos entre os pontos, por exemplo, quando falamos de urbanismo neoliberal, em algum momento trataremos do papel do Estado nesse sistema, o que também pode se relacionar com os movimentos de gentrificação e às ações informais.

Desta forma, buscamos colocar, tanto nos casos nacionais quanto internacionais, os principais expoentes, seguidos das argumentações e posicionamentos dos mesmos, transpassados por ponderações providas desta pesquisa, não só na conclusão (Entremeios, item 3.3), como ao longo de toda seção. Assim, pretendemos, ao mesmo tempo apresentar os assuntos abordados pelos autores, as concordâncias e contradições entre os mesmos, acrescidos do nosso ponto de vista e arrematar com os posicionamentos levantados por esta pesquisa, ou seja, um fechamento da mesma (mas não da temática e desdobramentos do UT).

3.1.O debate brasileiro

Lançado em 2011, o livro de Marcos Rosa "Micro Planejamento: práticas urbanas criativas", apresenta projetos na escala micro da grande São Paulo. Sendo concomitante à Lydon *et al.* (2011), a classificação das ações para Rosa (2011) parte da noção de microplanejamento com base no urbanismo *bottom-up*, ou seja, ações promovidas pela população local, com baixo custo, e buscando a ressignificação de espaços públicos, principalmente em áreas antes sem uso. Rosa (2011) avança na discussão trazendo a questão de rede, no sentido de destacar essas práticas como algo interligado e não um caso único. Ao final do livro, alguns autores como Fernando de Mello Franco, Paola Jacques e Saskia Sassen discorrem sobre as micro intervenções e como isso aparece na cidade através de diferentes visadas. Por esses motivos, o livro tornou-se uma importante referência no Brasil, sendo, posteriormente, muito associado ao UT e aos demais termos correlatos (Felizardo e Sperling, 2021).

As dezoito ações apresentadas na primeira parte do livro de Rosa (2011)⁴⁷, são do catálogo de projetos na Cidade de São Paulo inscritos no prêmio *Deutsche Bank Urban Age Award* e se diferem em amplitude de atuação, intenção projetual, iniciativa e raio de abrangência. Considerando os projetos, uma possível classificação destas ações seria através de cinco categorias: Ação Cultural, ou seja, ações de cunho educativo e cultural; de Mobilidade; Ambiental; de Lazer; e Necessidade, isto é, indispensáveis ao viver.

Desta forma, algumas táticas se apresentam em mais de uma categoria, pois trabalham em diferentes âmbitos, como é o caso das hortas comunitárias do projeto Cidade sem Fome e a Cooperativa Nova Esperança, as quais podemos classificá-las como Ambiental e de Necessidade; ou como os filmes do Kinoforum, que se encaixam como Cultural e de Lazer; bem como o Parque Integração e as Praças da Paz consideradas como Ambiental e de Lazer. Já os pontos de encontro do Ascobike e as Estações de Transferência encontram-se em Mobilidade, enquanto o Biurban e a Floresta Urbana na categoria Ambiental, o Garrido Boxe como Lazer e as demais ações, em Cultural.

Cinco das dezoito intervenções tiveram iniciativas de pessoas físicas, sendo que a Ascobike foi adotada como política pública e implementada em outros pontos da cidade. Seis

⁴⁷ Projeto Aprendiz, Ascobike, Beija-flor, Biurban, Cidades sem fome, Cooperativa Nova Esperança, Edifício União, Estações de transferência, Floresta urbana, Garrido boxe, Instituto Acaia, Kinoforum, Bamburral, Navega São Paulo, Paraisópolis, Parque da Integração Praças da paz e Gemeia.

ações foram concebidas por coletivos, sendo a Ocupação do Edifício União a única intervenção em uma edificação e as cinco restantes são atuações no âmbito governamental. Notamos, então, a diferença entre 'Participar' e 'Usufruir', pois, como vimos, alguns projetos se idealizaram a partir de um coletivo local (participar) e outros foram estruturados por uma pessoa física, uma ONG ou pelo poder público (usufruir). Porém, todos projetos visam alertar a população e os órgãos públicos para um problema local ou atender necessidades de uma região, ou seja, são voltados para seus habitantes.

Nos dois próximos livros publicados pelo autor em parceria com Weiland, "Handmade Urbanism: From Community Initiatives to Participatory Models" (Rosa e Weiland, 2013) e "Co-desenhando a cidade: arquitetura + inteligência informal" (Rosa e Weiland, 2017), vemos um movimento de destaque das ações informais e comunitárias em conjunto de processos participativos. São ações localizadas em 5 metrópoles do Sul Global (São Paulo - Brasil; Cidade do México - México; Istambul - Turquia; Nova Delhi - Índia; Cidade do Cabo - África do Sul). Tais cidades apresentam contextos de desigualdades sociais, econômicas, territoriais, entre outras, bem acentuadas e similares aos do Brasil.

Essa mudança do lugar teórico, no qual as ações que se mantêm presentes, partem de um entendimento *bottom-up*, desvelam o caráter informal e o torna protagonista, além de essencial para o entendimento dessas ações no Sul Global, pelas questões já ditas sobre a falta de contextualização através da importação desses conceitos estrangeiros. E a informalidade é um fato, uma presença não só social, mas espacial e física, no contexto e cotidiano desses países. E esse enfoque dado, principalmente no terceiro livro, é primordial para as discussões de UT, não só no Brasil, como no mundo todo.

Outra importante referência nacional é a tese de doutorado e demais publicações de Adriana Sansão-Fontes e do grupo LabIT. Para essa pesquisa nos concentramos em dois conceitos que a autora abordou e definiu em sua tese: a amabilidade e as ações temporárias, as quais encontram-se as definições abaixo. Optamos por esses dois, dado a quantidade de outros autores os abordando como Bortolozzo (2018), Gomes *et al.* (2019), Knuth (2017), Sobral-Rodrigues (2018).

[...] amabilidade é a qualidade urbana que surge da articulação entre as características físicas do lugar, as intervenções temporárias que ocorrem sobre este espaço e as pessoas que o utilizam e se conectam, surgindo, portanto, da articulação entre as dimensões física, temporal e social (Sansão-Fontes, 2011, p.21).

[...] a intervenção temporária é a que se move no âmbito do transitório, do pequeno, das relações sociais, que envolve a participação, ação, interação e subversão, e é motivada por situações existentes e particulares, em contraposição ao projeto estandardizado, caro, permanente e de grande escala (Sansão-Fontes, 2011, p.30).

Ou seja, Sansão-Fontes apoia-se nas ações coletivas e não duradouras na micro escala, que buscam ir contra a produção padrão de macroplanejamento e de larga escala. Também, sendo contemporânea de Lydon *et al.* (2011), a autora parte das definições de *everyday urbanism* (Crawford, 1999), *temporary urbanism* (Temel, 2006), ações DIY, projetos participativos e ações informais, também presente no livro "Post-it City" de La Varra (2008), entre outros para elaborar sua teoria.

Notamos, então, um movimento de alguns pesquisadores retomando conceitos anteriores para tratar de dinâmicas contemporâneas na pequena escala da cidade. Fundamentados por essas três referências (Lydon, 2011 e 2012; Rosa, 2011 e Sansão-Fontes 2011), diversos outros autores se inseriram no debate nacional sobre UT. Parte deles ainda hoje continuam dentro da temática em suas pesquisas, enquanto outros flertaram com o tema, mas não mantiveram seus estudos no assunto.

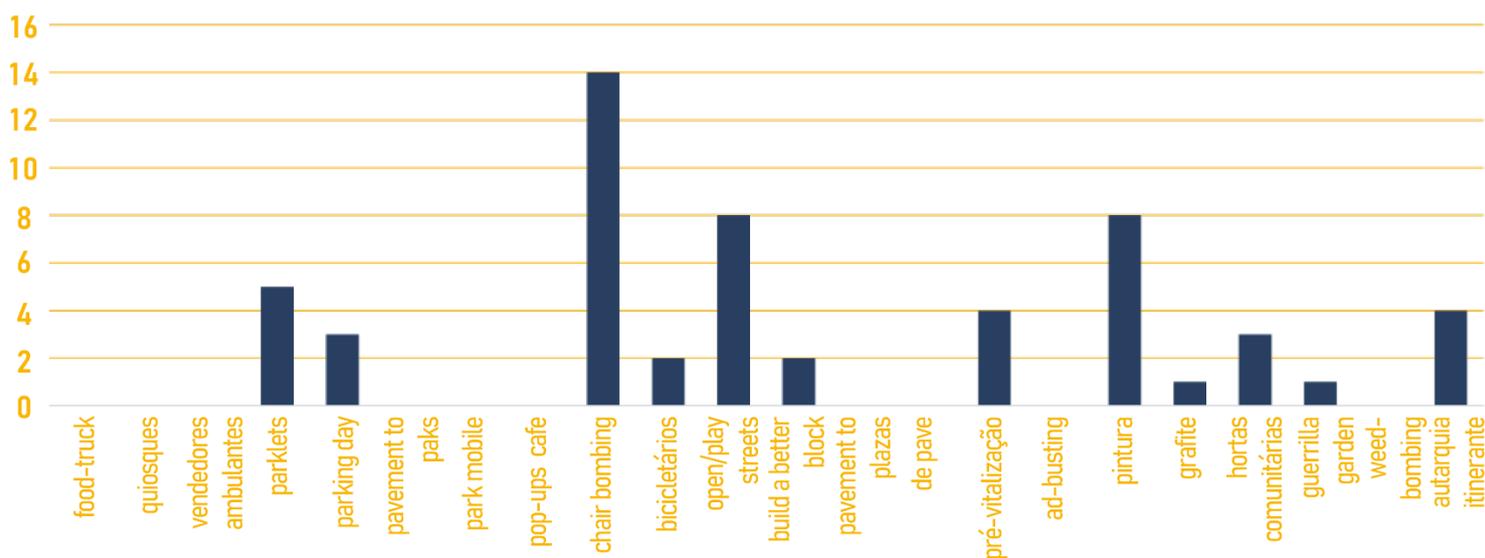
Para o debate, consideramos a triagem dos 51 títulos da segunda revisão sistemática, nos quais identificamos semelhanças, discrepâncias e ponderações individuais relevantes para construção do cenário do conceito de UT no Brasil. Como uma das formas de análise, criamos uma pré-categorização dos mesmos, ponderando quesitos de relevância como: as táticas abordadas, linha argumentativa; posição quanto ao UT (escala de menos ou mais favorável aos ideais); os referenciais teóricos; se o texto parte de um estudo de caso, tática específica, ou um aprofundamento teórico; por último, qual região do país se encontravam autor e estudo de caso, caso o autor tenha apresentado no texto (Felizardo e Sperling, 2022).

Inicialmente, notamos uma predominância de estudos de caso que exploram estratégias desenvolvidas localmente pelos pesquisadores, muitas das quais originárias de seus próprios grupos de pesquisa, por exemplo do LabIT na UFRJ. Entre os artigos analisados, as ações relacionadas à mobilidade destacaram-se como as táticas mais abordadas (Gráfico 02). Dentro dessa chave, alguns textos debatem a implementação de Parklets e o evento Park(ing) Day, enquanto outros discutem ciclovias e ciclofaixas, todos com ênfase na interação dos pedestres com a cidade. Essa informação é relevante, uma vez que a infraestrutura viária atua na escala macro do planejamento urbano corrente, revelando-se insuficiente diante dos

desafios identificados pela bibliografia na pequena escala. Problemas como a priorização excessiva dos automóveis em detrimento de outros modais (como metrô, ônibus, bicicletas, patinetes, entre outros) são evidenciados nos estudos, levando teóricos a defenderem a importância e complementaridade da conexão entre planejamento macro e micro. (Felizardo e Sperling, 2022).

Gráfico 02: Táticas abordadas nos textos.

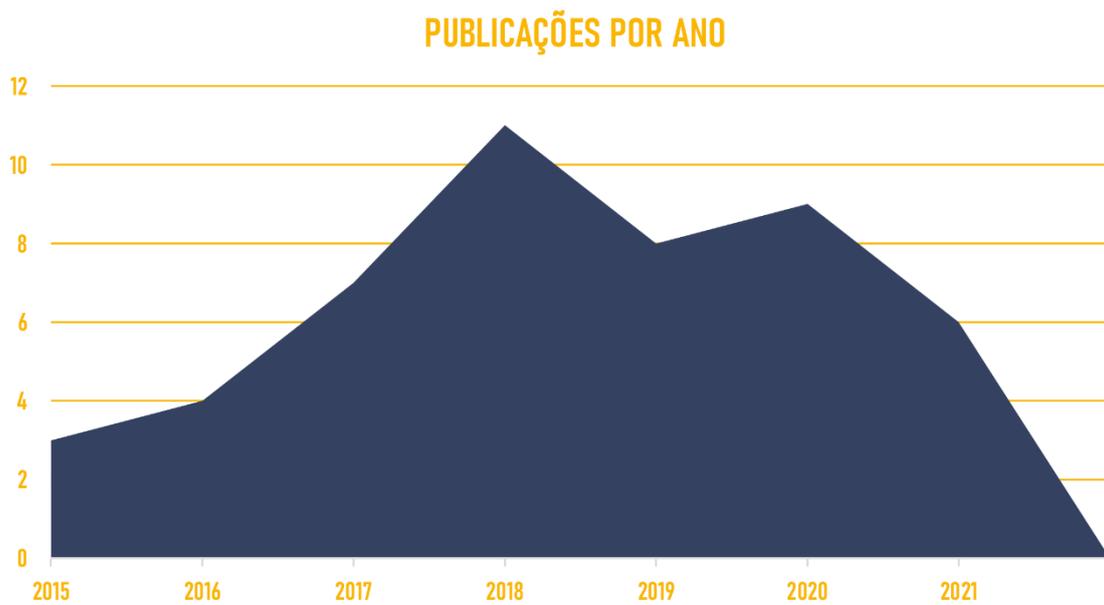
TÁTICAS ABORDADAS NOS TEXTOS



Fonte: Autoria própria, 2022.

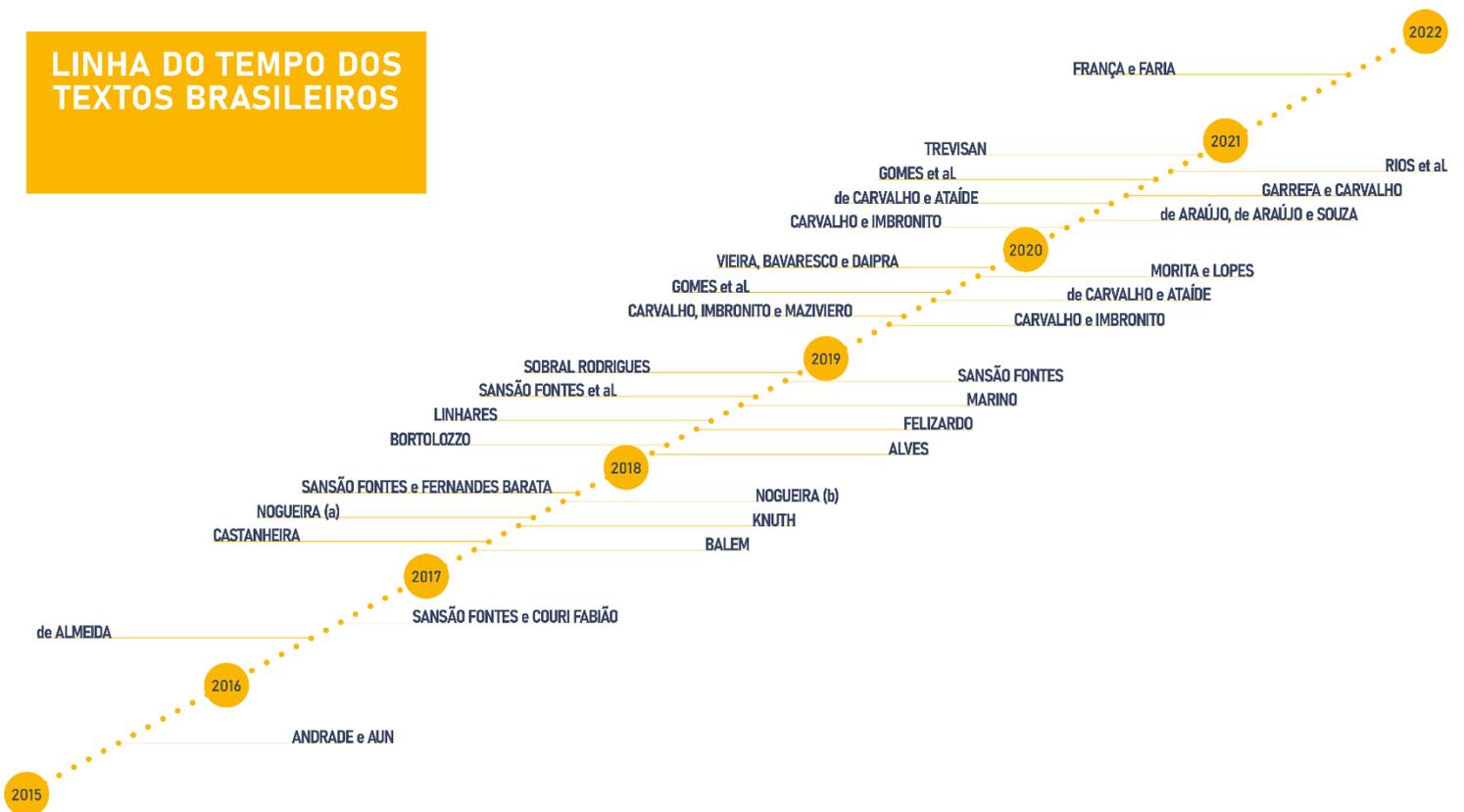
Decorrente da fase de extração de dados, elencamos algumas observações gerais, as quais comentaremos a seguir. A primeira considera as publicações ao longo dos anos, como observado no Gráfico 03 e na Figura 93. A maior concentração ocorreu entre os anos de 2018 e 2020, nos quais ainda se produziam e fomentavam muitas táticas. Apesar da diminuição após a Pandemia de COVID-19 em 2020, a quantidade de publicações manteve-se alta, com alguns títulos tratando dessa relação entre as táticas e a própria Pandemia, abordando o aumento de ações táticas relacionadas ao distanciamento social, como os parklets. Vale lembrar que essa revisão sistemática ocorreu em dezembro de 2021, portanto, as publicações de 2022 e 2023 não constam.

Gráfico 03: Publicações por ano.



Fonte: Autoria própria, 2022.

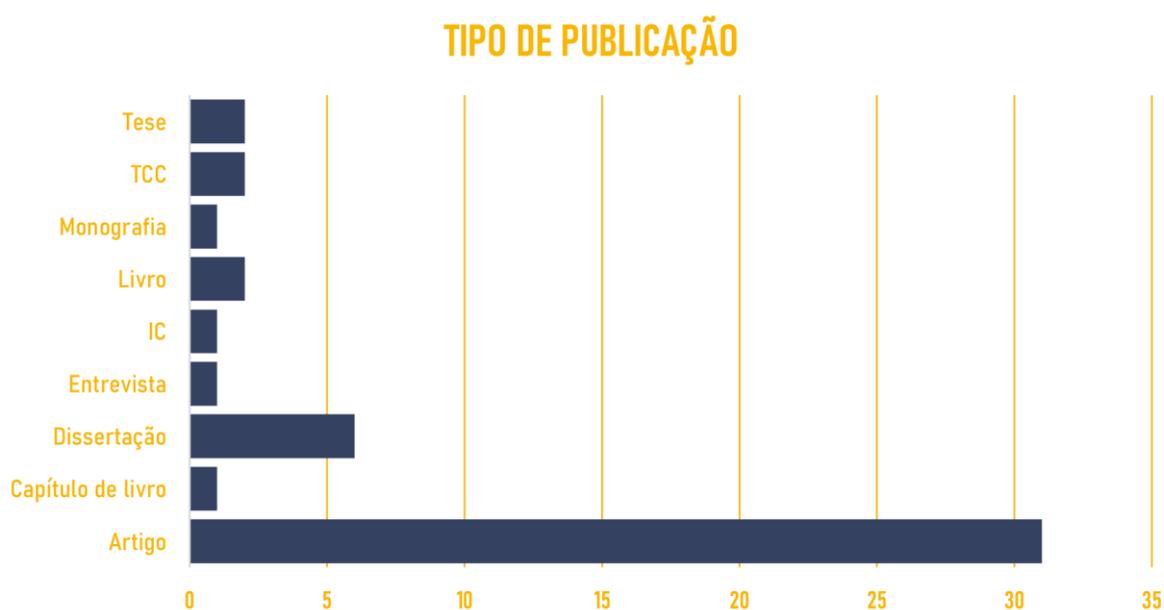
Figura 93: Linha do tempo dos textos brasileiros.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Outro ponto diz respeito ao tipo de publicação (Gráfico 04): a grande maioria é composta de artigos, os quais somam mais de 30, já as dissertações totalizam 7 exemplares, ficando em segundo lugar. Isso nos indica uma maior divulgação do tema por meio de artigos, em sua maioria publicados em eventos. Dentro do rol dos artigos, observamos que a maior parte deles não foi escrita pelos mesmos autores das dissertações, teses e ICs, as quais, possibilitam uma discussão teórica mais focada sobre o conceito de UT.

Gráfico 04: Tipo de Publicação.



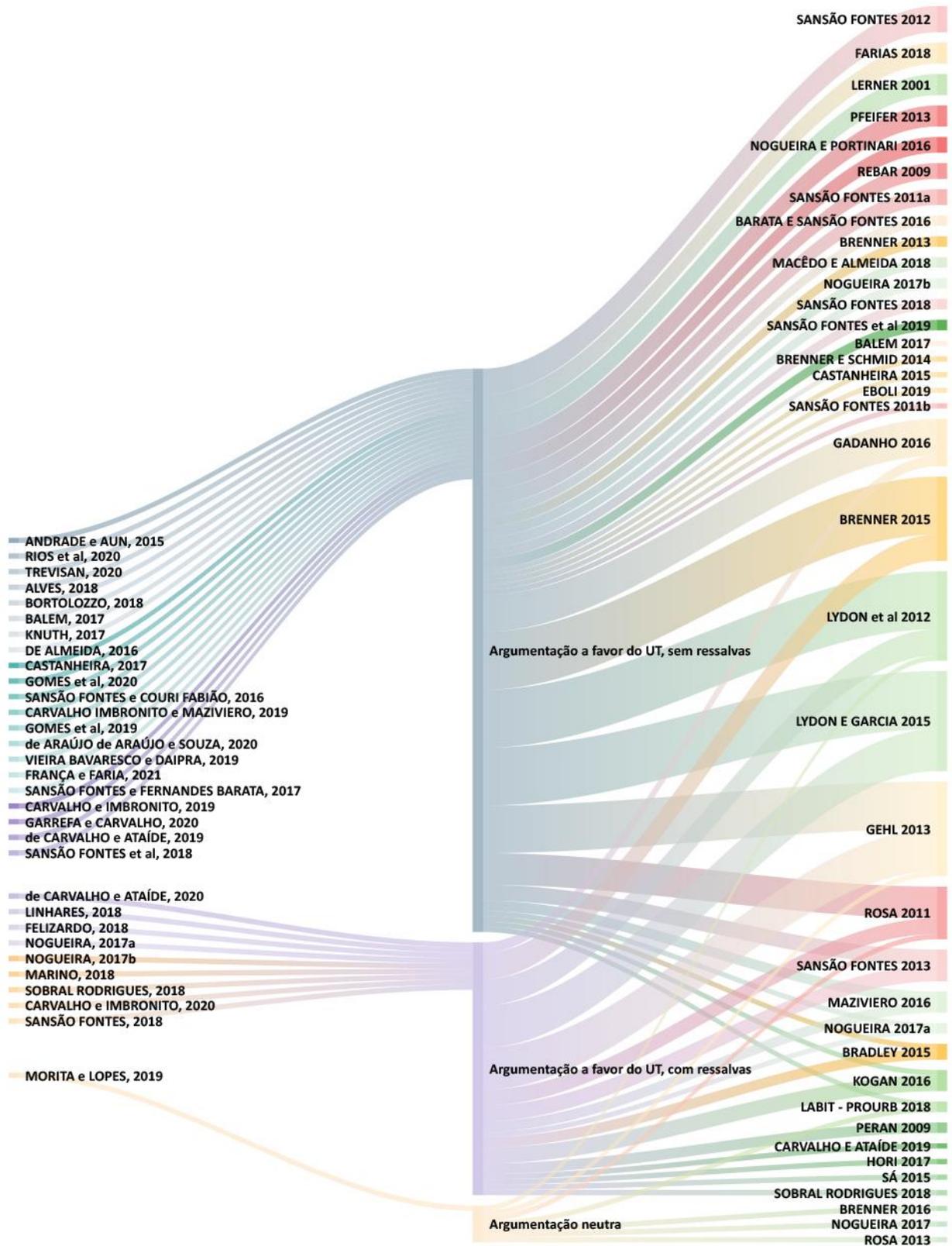
Fonte: Autoria própria, 2022.

Dos 31 títulos resultantes, menos da metade apresenta uma abordagem de debate sobre o conceito de UT, enquanto a maioria usa-se do aporte teórico para apresentar e desenvolver um estudo de caso. Contudo, mesmo os textos teóricos apresentam um viés mais favorável às táticas urbanas (Figura 94), relatando pouca ou nenhuma crítica ao modelo e/ou conceito de UT, mesmo quando Brenner - um dos mais reconhecidos críticos do modelo - é citado. Curiosamente, os trechos do seu texto (um deles encontra-se abaixo), são escolhidos de modo a se encaixarem em prol das táticas urbanas e das próprias argumentações apresentadas pelos autores nacionais, tornando o debate sobre o tema mais contraditório do que já se apresenta, dado que o texto de Brenner é notoriamente analítico e divergente das proposições de Urbanismo Tático.

O urbanismo tático surge no contexto de uma crise de governança mais ampla nas cidades contemporâneas, em que tanto os Estados como os mercados falharam sistematicamente na entrega de bens públicos básicos (como habitação, transporte e espaço público) às populações urbanas em rápida expansão. (Brenner, 2016, p.9)

É notável alguns pontos de distanciamento entre o fazer tático em relação ao conceito e às ponderações presentes nos textos acadêmicos. Primeiro, em função da já comentada vastidão de ações táticas e promotores das mesmas, muitas intervenções são consideradas como táticas, sem estarem na classificação de Lydon *et al.* (2012) e Lydon e Garcia (2015), como o caso das ciclovias e ciclofaixas. Parte disso vem da divulgação em massa das ações, promovidas e incentivadas pelos promotores do UT, sem a correspondente difusão dos resultados dessas práticas. Outra parte decorre dos próprios textos acadêmicos focarem mais nos projetos, desenvolvimento dos mesmos, na consequência imediata e, nem sempre, considerarem o impacto a longo prazo. Reforçamos que esse movimento do fazer é importante, principalmente porque em todas as ações com real engajamento da população (e não participação simbólica), há uma resposta direta no desenvolvimento de capital social e, para nós, esse é o principal efeito do UT. Contudo, a crítica precisa se expandir para além do fazer, pois, como temos demonstrado, as ações táticas não se resumem aos projetos em si.

Figura 94: Diagrama de Sankey do posicionamento dos textos e a relação das referências nacionais e internacionais de Urbanismo Tático (UT) utilizadas quantitativamente.



Fonte: Autoria própria, 2022.

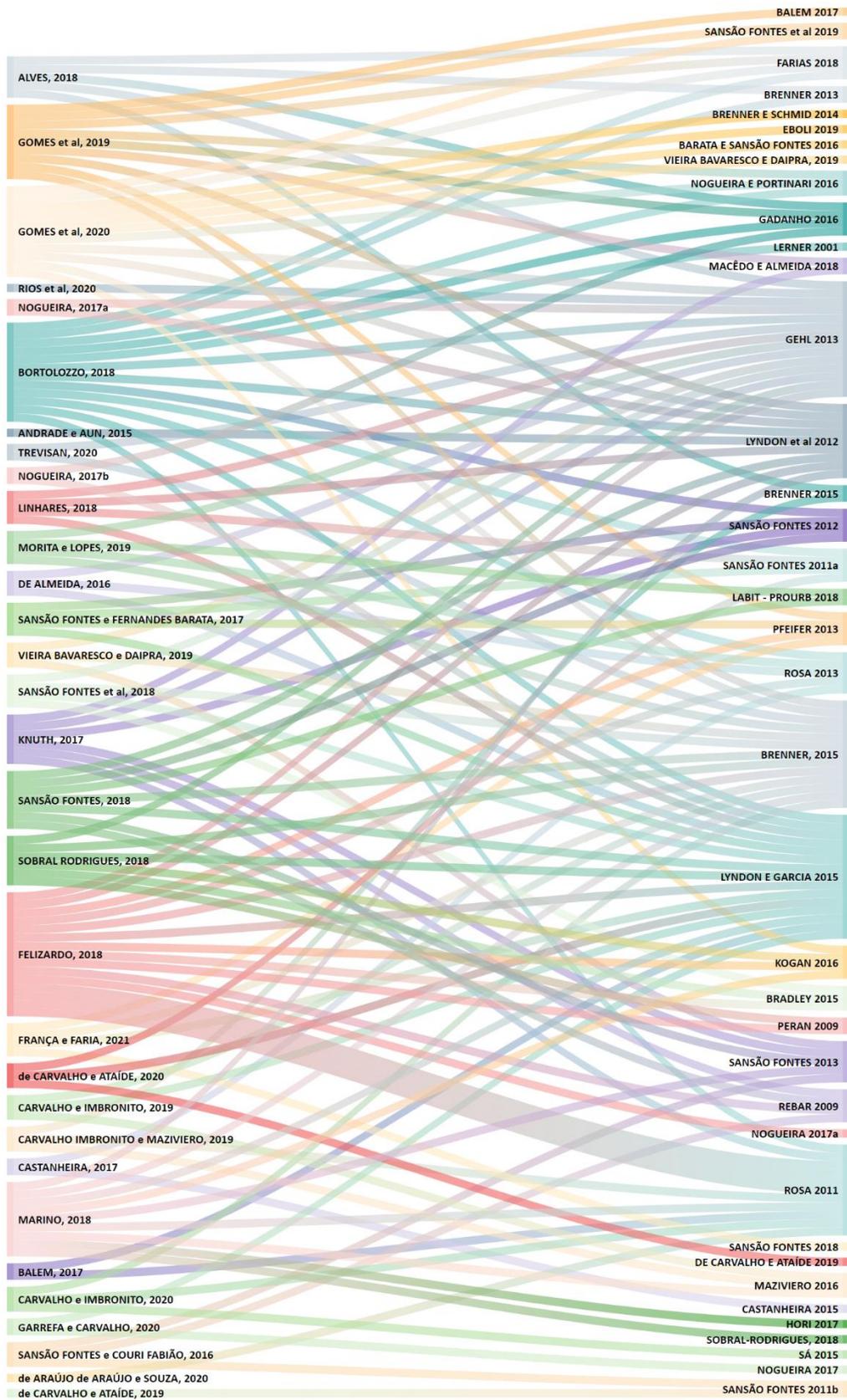
Com base no segundo Diagrama de Sankey (Figura 95) uma análise é tocante aos autores internacionais referenciados. Em todas as linhas de argumentação há uma predominância das leituras de Lydon *et al.* (2012), Lydon e Garcia (2015), Brenner (2016) e Gehl (2013), reforçando esses títulos como uma bibliografia base sobre a temática, muito embora a avaliação crítica desses textos difira razoavelmente nas linhas de argumentação. Desses quatro títulos, dois (Lydon *et al.*, 2012 e Gehl, 2013) são manuais de como intervir nas cidades e, apesar de Gehl (2013) não se propor a discorrer sobre ações táticas e sequer mencioná-las, é, ainda assim, uma fonte recorrente para o UT. Entre os títulos brasileiros, há uma predominância de Rosa (2011), Maziviero e de Almeida (2017) e vários títulos de Sansão-Fontes, conformando o foco da produção nacional, como abordado anteriormente.

Relacionado a esse aspecto, outra análise do diagrama (Figura 95) revela a quantidade significativa de autores nacionais que possuem mais de uma publicação. Essa observação nos permite examinar esse fenômeno por diferentes perspectivas. Primeiro, conforme mencionado anteriormente, nota-se uma concentração de textos oriundos dos próprios grupos de pesquisa e estudiosos do tema. Assim, uma interpretação plausível desse fato é a de propagação dessas ações, visando estimular a práticas e a reprodução do UT no país. Essa tendência é corroborada pela quase totalidade dos textos nacionais se dedicam à divulgação de estudos de caso e projetos já explorados. No entanto, vale ressaltar que essa centralização pode, por outro lado, limitar as autocríticas e a introdução de novas perspectivas, fazendo com que o tema se feche em si mesmo.

Outra questão é a de cada publicação criar e/ou moldar o conceito de UT relacionando-o às suas próprias intervenções ou objetos de estudo. Esse movimento fragmenta o conceito inicial e, muitas vezes, se distancia do mesmo. Exemplo disso, visível no diagrama abaixo (Figura 95), é o fato de muitos textos não citarem nenhum dos volumes de Lydon *et al.* (2012) e Lydon e Garcia (2015), partindo de proposições nacionais do conceito ou de releituras do mesmo como no trecho a seguir. Embora Lydon *et al.* (2012) e Lydon e Garcia (2015) estejam em grande parte das citações, não correspondem à metade das publicações e em alguns casos aparecem na forma *apud*, ou seja, os volumes originais não foram consultados.

Considera-se, neste artigo, o urbanismo tático como formas espontâneas de apropriação de espaços públicos subutilizados ou terrenos baldios (NOGUEIRA, 2017). Normalmente, essas apropriações estão relacionadas à instalação de protótipos urbanos efêmeros, de instalação rápida e de baixo custo, que podem servir como testes para apreender quais atividades são mais apropriadas ao espaço em questão (SOUZA, 2020) (Araujo, Araújo e Souza, 2020, sp).

Figura 95: Diagrama de Sankey com os autores (as) e relação das referências nacionais e internacionais de Urbanismo Tático (UT) utilizadas quantitativamente.



Fonte: Autoria Própria, 2022

Como mencionado anteriormente, a adaptação do conceito ao contexto de cada país e, principalmente, de cada região é necessária, entretanto, não é o caso desses títulos, pois se utilizam das mesmas ações táticas com seus respectivos modos de projetar, pensar e fazer do conceito de Lydon *et al.* (2012). Um exemplo está no excerto a seguir, posto que ao não se propor a criar um conceito, Nogueira (2017) define UT sem menção aos títulos do *The Street Plans Collaborative* ou aos autores contemporâneos brasileiros (Rosa, 2011 e Sansão-Fontes, 2011).

[...] Ele consiste de um conjunto de práticas que envolvem a elaboração de protótipos urbanos funcionais de baixo custo, com caráter efêmero ou permanente, mas invariavelmente engajadas na 'ativação' de um determinado espaço público da cidade. Algumas das ações são criadas em determinados lugares e replicadas em outros, outras se restringem a uma localidade específica [...] (Nogueira, 2017, p.31).

Considerando todos os textos nacionais abordados nesta pesquisa, discorreremos sobre algumas linhas de pensamento que se destacaram no conjunto dos mesmos, tais como: a informalidade; ações na periferia; movimentos insurgentes; a relação com o Estado; cooptação e urbanismo neoliberal; e gentrificação. Notadamente, essas categorias também aparecem nos textos internacionais, os quais debateremos nos próximos itens (3.2 e 3.3).

Tal qual esta dissertação tem abordado, a temática da informalidade é intrínseca ao nosso pensamento, pois é uma característica presente em diversas instâncias do cotidiano brasileiro, não sendo diferente nas cidades e no estudo das mesmas. Assim, lidar com essa questão foi um ponto para vários autores, embora com diferentes aprofundamentos (Balem, 2017; de Almeida, 2016; Gomes *et al.*, 2019; Nogueira, 2017; Rosa e Weiland, 2013 e 2017).

Rosa e Weiland (2013 e 2017) assumem as ações informais como potencialidades para a atuação na pequena escala e em conjunto com a população local, na qual a participação social adquire um protagonismo e uma dimensão multi projetual, pois não se limitam a uma ou outra etapa do desenvolvimento ou resultados dessas intervenções. Esse posicionamento é destoante dos demais, visto que para os outros pesquisadores as ações informais não são o foco das táticas e sempre estão associadas à outras questões como moradia e comércio, mas não no sentido ampliado de espaço público.

De Almeida (2016) exemplifica as "ocupações informais" com os comércios informais e as favelas no Brasil. Essa colocação também aparece em outros autores internacionais, os

quais categorizam as caracterizam como ações táticas (Gadano, 2015 e Lydon *et al.* 2013). E aqui vamos discorrer um pouco sobre esse classificação, pois não podemos resumir as favelas à ações táticas dada a quantidade de camadas e nuances políticas, sociais, econômicas, ambientais, de saúde, segurança, entre outras. Inclusive, coloca-se o UT como uma solução para essa gama de problemáticas ao expor o caso das pinturas das casas da Favela de Santa Maria no catálogo de ações na América Latina de 2013.

Porém, esse projeto (*Favela Painting*⁴⁸) foi realizado por um grupo de holandeses, ou seja, sem envolvimento da população local. Assim, entende-se a manutenção de ações informais como algo não institucionalizado, o qual precisa de algo exterior para se tornar "melhor", isto é, ainda existe uma visão colonizadora. Seja de fato por estrangeiros, como no caso acima, seja de classes sociais e econômicas distintas, ou até de posicionamentos do Estado. Hoje em dia, a região do projeto recebe grupos de turistas para visitar as moradias coloridas⁴⁹, no entanto, através de uma busca sobre as mudanças sociais na região, não encontramos resultados em artigos acadêmicos ou de jornais. Portanto, a quem interessou essa intervenção?

Já Gomes *et al.* (2020) consideram as "práticas informais" pautadas na dissertação de Nogueira (2017), na qual relaciona essas ações aos mutirões. O autor separa as práticas informais do UT através dos proponentes dessas ações, como destacado no trecho abaixo. O dilema dessa separação está em desatrelar os arquitetos e urbanistas das questões políticas, principalmente àquelas voltadas à moradia, desconsiderar a necessidade de espaços de estar e lazer nessas regiões desfavorecidas urbano e socialmente, além de entender o UT como um adorno das cidades.

[...] Aqui nos interessa abordar apenas os casos em que as populações e coletivos estão envolvidos, justamente aquelas que advogam para si um caráter político. É importante frisar que elas se diferenciam das práticas informais realizadas em favelas, tais como os mutirões, se não pelas localidades onde ocorrem, principalmente pela origem daqueles que movem estas ações: no caso do urbanismo tático estamos falando de pessoas da "classe criativa", ou seja, arquitetos, designers e artistas. Se os mutirões, em sua maioria, são destinados a atender a necessidades básicas em locais negligenciados pelo Estado, o urbanismo tático geralmente está endereçado a locais destinados ao lazer e à sociabilidade, tais como praças (Nogueira, 2017, p.34).

⁴⁸ Acesso pelo site: <<https://favelapainting.com/PROJECTS>>.

⁴⁹ Como sugere o site de turismo Viator: <<https://www.viator.com/pt-BR/Rio-de-Janeiro-attractions/Santa-Marta-Favela/overview/d712-a13272>>.

Assim como Pedro Nogueira (2017), Gabriel Kogan (2016) aborda o processo dos mutirões ocorridos entre as décadas de 1970 e 1980, como princípio para articular semelhanças e diferenças dos processos participativos e coletivos, comparativamente ao UT. Suas visões se distinguem uma da outra.

Para Kogan (2016), há uma lógica neoliberal já inserida dentro do conceito de UT. Em perspectiva, para o autor, os mutirões são uma forma de autogestão ligada à política e à arquitetura, na qual os moradores se reúnem em prol da demanda por moradia. Assim, planejam construir coletivamente suas residências, organizando o espaço, gerindo a manutenção e a relação entre os outros sistemas de infraestrutura, como saneamento básico. Isso ocorre, segundo o autor, porque os governos neoliberais se ausentam da produção de habitação e outros bens básicos, abrindo possibilidade para a iniciativa privada e os cidadãos assumirem a tarefa da produção. O diferencial do UT está, para Kogan (2016), que o produto final não é um bem privado, e sim, um bem público, implementado numa área pública, além de não ser uma necessidade primordial (Felizardo, 2018). Embora o posicionamento de Kogan (2016) revele esse viés do urbanismo neoliberal, o autor não considera a nuance do próprio Estado como conivente dessas ações ao incluir muitas como políticas públicas, o que não seria um papel de se ausentar totalmente e dar carta branca à produção privada, mas sim de promover meios legais nos quais o capital possa atuar.

O urbanismo tático é um estágio ainda mais sofisticado desse urbanismo neoliberal. Sem nenhum controle estatal sobre a qualidade e o objetivo dos espaços públicos, a autoprodução do espaço substitui a figura das empresas privadas pela 'comunidade' ou indivíduos – ideologicamente difundidos como propositores do espaço público, mas que se mostram antes vítimas da externalização de custos da municipalidade endividada (Kogan, 2016).

Para Nogueira (2017), os mutirões e a ação coletiva da população são um ato de enfrentamento ao governo, no sentido de revelar as vulnerabilidades presentes no sistema neoliberal. Contudo, assim como Kogan (2016), o autor assume que o ato de prover algo, a princípio, de obrigação do Estado, faz com que o mesmo internalize essa ausência e a use ao seu favor.

[...] Há, portanto, um entendimento de que a autoconstrução coletiva constitui uma solução urbana autônoma com relação ao Estado, mas também uma forma de confronto a ele, portanto política, uma vez que expõe seus limites e fraquezas (Nogueira, 2017, p. 35).

Essas relações entre a cooptação pelo sistema, o urbanismo neoliberal, o posicionamento do Estado e casos de gentrificação, são debatidas também por De Carvalho e Ataíde (2020), De Carvalho e Imbronito (2019b), Marino (2018), Sobral-Rodrigues (2018) e Silva (2019). A maioria dos autores elabora essas questões com um posicionamento favorável ao UT e, conseqüentemente, ao urbanismo neoliberal, mesmo quando pretendem fazer uma crítica aos mesmos.

Silva (2019), como já mencionado nas ações do Centro Aberto, identifica o Estado como conivente das ações de requalificação do centro de São Paulo, tendo em vista sua atuação por legalizar essas ações financiadas pelo banco Itaú, com consultoria do escritório internacional *Gehl Architects* (o qual realizou outros projetos de requalificação) e absorver, segundo autor, capital informacional, com os relatórios pré, durante e pós ocupação de cada tática, fornecendo dados para outras ações ligadas à requalificação. Já De Carvalho e Imbronito (2019b) apontam os lados positivos e negativos dessa relação entre os dois urbanismos, como no trecho abaixo.

Pode-se afirmar que as ações táticas demonstram aspectos positivos e negativos, principalmente quando confrontadas às problemáticas do urbanismo neoliberal. É possível perceber que, dependendo do tipo de ação desenvolvida, da forma aplicável e do impacto local gerado, a ação pode involuntariamente aliviar as lacunas abertas pelo urbanismo neoliberal, reforçando, a longo prazo, sua força e existência. Contudo, igualmente, observam-se cenários em que a ação tática se coloca como método paliativo e alternativo ao modo neoliberalista de produção urbana (De Carvalho e Imbronito, 2019 b, p. 25).

Vale salientar duas condicionantes, as quais entendemos como qualificadoras para o posicionamento mais crítico desses autores. Primeiramente, Silva é formado em ciências sociais, imprimindo à pesquisa do autor uma perspectiva diferente das demais feitas por arquitetos e urbanistas (em sua maioria), já a pesquisa das autoras estuda ações coletivas nas periferias da cidade de São Paulo e, talvez, por isso trate com maior critério esses vínculos entre UT e neoliberalismo, pois tais ações se aproximam das ações insurgentes.

De Carvalho e Ataíde (2020) abordam a questão à luz de Brenner (2016), isto é, entendem as brechas do UT como possibilidades para incorporação dessas ações ao urbanismo neoliberal, contudo, pontuam que ações propostas por atores locais subvertem o sistema por possibilitarem atuações na escala local da cidade de formas participativas. Essa afirmação pode ser contestada ao considerarmos o fato de existirem níveis de maior ou menor

participação da população local na promoção das táticas, como já visto. Responder a um questionário de pós-ocupação demanda um envolvimento social mais raso, por exemplo.

Marino (2018) e Nogueira (2017) seguem uma linha argumentativa similar, na qual associam o urbanismo neoliberal aos processos de gentrificação. Derivam da concepção do neoliberalismo, o qual preconiza a diminuição do papel do Estado na promoção de bens básicos e coletivos para utilizar-se de parcerias público-privadas a partir da concessão de bens públicos ao domínio privado. Na esfera urbana, as operações de cunho neoliberal junto ao mercado imobiliário optam pelo investimento em áreas de interesse do capital, sendo assim, as cidades prosperam desigualmente e de maneira concentrada em certas áreas, nas quais o reinvestimento privado se mantém e se intensifica. Desta forma, algumas regiões lidam com baixos ou nenhum investimento, que carecem não só de bens básicos e infraestrutura, mas também de espaços públicos com qualidade. Se regiões carentes passarem a ser de interesse do mercado imobiliário, há uma grande aplicação financeira na região, invertendo a dinâmica ali presente, ocorrendo uma rápida valorização da área em termos econômicos e de infraestrutura, na qual induz um aumento dos custos de vida, criando-se um movimento de êxodo velado da população de baixa renda, até então habitante local. Dessa maneira, uniformiza-se o alto padrão dessas regiões, concretizando o processo chamado de gentrificação.

O contraponto está em que tais autores utilizam-se dessa dinâmica associada às ações táticas, isto é, do UT fomentar processos gentrificadores, como também aponta Silva (2019). Fato refutado por Felizardo (2018), Sobral-Rodrigues (2018) e por esta dissertação de mestrado, pois as táticas não possuem envergadura suficiente para modificar o próprio sistema socioeconômico. Inclusive, Felizardo (2018) aponta que as ações táticas cooptadas podem aparecer em locais com processos de gentrificação já em curso ou totalmente gentrificados. Já a visão de Sobral-Rodrigues (2018) é de um cenário complexo, no qual ainda há disputa de forças, como explicado no trecho abaixo.

[...] A crítica da cooptação não parece considerar que a realidade é mais complexa e controversa que a visão maniqueísta, em que a busca pelo herói anticapitalista está inserida. O conflito é mais persistente e a correlação de forças é desfavorável. Nesse sentido, urbanismos "macro" e urbanismos "micro" estão no mesmo barco, os dois à mercê da lógica de mercado (Sobral-Rodrigues, 2018, p.85).

Por outro lado, alguns autores (De Carvalho e Imbronito, 2019b; De Carvalho, Imbronito e Maziviero, 2019; De Carvalho, Maziviero e Imbronito, 2019; Nogueira, 2017; Maziviero e De

Almeida, 2017; e Rosa e Weiland 2013 e 2017) abordam a produção de ações táticas ou insurgentes nessas regiões carentes de investimentos públicos ou privados. Como dito, a pesquisa de Liliane de Carvalho com Imbronito e Maziviero, debruça-se em ações táticas produzidas na e pela periferia. De forma abrangente e resumida, partem das conceituações dos urbanismos tático, insurgente, de guerrilha, *bottom-up* e comum urbano, para conceituar as atuações dos catorze coletivos com ações no Distrito de São Mateus (SP). Com base na teoria e nos casos de estudo, concluíram que “[...] no contexto periférico, a ação tática se difere, tanto em seus fundamentos, razões e engajamentos, como nas formas de financiamento” (De Carvalho e Imbronito, 2019b, p.26).

O que nos traz o questionamento do porquê manter o enfoque teórico e prático associados às ações táticas, quando o termo e definições das ações insurgentes são suficientes e, pela visão aqui debatida, valorizam esse tipo de ação, considerando a origem das mesmas. Em outras palavras, por não serem ações cooptadas pelo Estado, de questionamento e promoção de bens públicos e lazer em lugares esquecidos pelo urbanismo neoliberal, a dimensão insurgente nos parece destacar-se às táticas, como desenvolve o trabalho de Rosa e Weiland (2011 e 2013).

3.2.O debate internacional

Para além das cartilhas e do livro produzidos por Lydon *et al.* (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017⁵⁰), outro grande meio de divulgação do UT foi a exposição *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*⁵¹. Realizada pelo MOMA em 2014/2015, reuniu escritórios de arquitetura, urbanismo e design, que apresentaram intervenções urbanas baseadas nas ações táticas para seis megacidades: Hong Kong, Istambul, Lagos, Mumbai, Nova Iorque e Rio de Janeiro. O catálogo da exposição é composto por textos relacionados à temática e escritos por autores como David Harvey, Saskia Sassen e Pedro Gadanho, os quais expõem os obstáculos das cidades contemporâneas, como questões ambientais e de bens públicos, discutindo esses contextos à luz das ações táticas, suas potencialidades e problemáticas.

Alguns meses após a exposição, Pedro Gadanho concedeu uma entrevista para Paula Berquó publicada na Revista Interdisciplinar⁵² (2015, v1, n1), na qual o autor discorre sobre como se deu a exposição, motivações pessoais e impressões. Gadanho confirma o caráter de divulgação da exposição para com o UT, "pelo fato de sugerir visões que não são necessariamente realizáveis já nesse momento, de ter mais a ver com 'lançar uma discussão' "(Gadanho, 2015, p.19), mas também, das intervenções iniciarem alguns debates contundentes para as cidades contemporâneas. Ainda complementa com a difusão do site⁵³ proposto pela exposição, o qual, para o autor, já é uma tática em si, pois continuará a difundir o UT independentemente da exposição física.

Outro destaque é o comentário do autor sobre uma lógica colonialista prevalecente nas questões de conhecimento e na produção urbana, ou seja, da exportação de ideias de países do Norte para o Sul global, já comentada aqui. Contudo, Gadanho inclui como ideal a "colaboração entre aqueles que conhecem bem a realidade local e aqueles que podem trazer uma visão externa" (Gadanho, 2015, p.19). Em outras palavras, o autor não altera essa lógica colonialista, porque 'trazer a visão externa' não é, necessariamente, uma troca de saberes, ainda é importar ideias e subestimar a sabedoria local. Isso fica claro, principalmente, no

⁵⁰ Todas as cartilhas produzidas pelo grupo The Street Plans Collaborative, podem ser encontradas pelo link < <https://issuu.com/streetplanscollaborative> >.

⁵¹ Podemos traduzir por "Crescimento desigual: urbanismos táticos para megacidades em expansão".

⁵² A entrevista está inserida na Revista Interdisciplinar, que é um periódico digital dentro da Escola de Arquitetura da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) ISSN: 2525-3263.

⁵³ Disponível através do link: <https://uneven-growth.moma.org/>

decorrer da entrevista, quando Gadanho acrescenta “E foi esse o desafio da exposição, juntar times locais, que já estão a atuar no terreno, e convidá-los a dialogar com pessoas que têm uma perspectiva necessariamente diferente, vinda de fora, e com outras preocupações” (Gadanho, 2015, p.19). Reiterado, ainda, com os times das cidades de Hong Kong e Nova Iorque, pois não foram convidados escritórios do Sul Global para trazerem uma ‘perspectiva necessariamente diferente’. Confirmando, então, a reprodução da mesma lógica colonialista que Gadanho diz ser contra, porém replicada na exposição.

Ademais, é questionável a forma em que se deu o do ‘saber local’ colocada pelo autor. Pois, ao analisarmos os escritórios dos países do Sul Global, a grande maioria é de envergadura internacional e possuem um portfólio voltado ao mercado de alto valor em arquitetura e urbanismo, com clientes como a Audi, Nike e grandes galerias de arte, por exemplo. Também não ficou clara a participação dos próprios moradores nas regiões de intervenção, algumas apresentam no catálogo relatos de certas interações com essa população, mas fato é que os cidadãos locais não foram propositivos ao longo dos projetos. Assim, essa ‘colaboração’ presente na fala de Gadanho pode ser questionada.

Utilizando-se da exposição do MOMA e do catálogo da mesma, um dos críticos mais contundentes do UT e uma das maiores referências para produção acadêmica no Brasil sobre o tema, é Neil Brenner, com o artigo “Seria o Urbanismo Tático uma alternativa ao Urbanismo Neoliberal?”, de 2015. Partindo dos textos dos convidados no catálogo, o autor define o UT em 6 tópicos convergentes: 1. é uma resposta à omissão do Estado e do setor privado em oferecer infraestrutura; 2. “não é um movimento ou técnica unificado”; 3. segue os princípios *bottom-up*; 4. as intervenções são imediatas, tanto no espaço quanto no tempo; 5. “podem evoluir de forma fluida” conforme a atuação do Estado ou outras formas de associações privadas para promoção de tais intervenções; 6. o UT busca ser participativo, se utilizando dos princípios do *D/Ye*, conseqüentemente, de fonte aberta. No decorrer do texto o autor não julga o UT como um movimento democrático e complementa argumentando sobre os limites das ações táticas, uma vez que não friccionam o sistema, muito menos o modo de produção do mesmo.

[...] Em alguns casos, os tipos de urbanismos táticos parecem mais propensos a reforçar os urbanismos neoliberais, aliviando-os temporariamente, ou talvez simplesmente deslocando alguns de seus efeitos sociais e espaciais perturbadores, mas sem interromper os regimes básicos associados a um desenvolvimento urbano – tudo isto sem desafiar a confiança fundacional das instituições governamentais que sustentam o projeto neoliberal (Brenner, 2016, p. 10).

Ainda questiona o modelo por não atingir seus ideais propostos a partir das intervenções táticas, considerando, principalmente, a questão da crítica (ou a falta dela) para com o urbanismo neoliberal. O autor caracteriza essa relação de cinco maneiras: considera que o UT pode reforçar as falhas do sistema neoliberal (1), mas em outros cenários internaliza os paradigmas do neoliberalismo (2), pode manter-se neutro (3), ou adquirir um caráter subversivo (4), e até mesmo atuar com contingência (5). Assim, sua análise, bem como a da maioria dos autores críticos ao UT (Berglund, 2019; Davidson, 2013; Hou, 2020; Modan e Schaller, 2023; Mould, 2014; Rossitti *et al.*, 2023; Spataro, 2016; Webb, 2017), está focada no modelo político-econômico, o qual tem influência direta na gestão urbana, tanto pelo setor privado, quanto governamental.

No entanto, muitos autores vão além da crítica de Brenner, considerando fatores como o apagamento de grupos e lutas insurgentes (Hou, 2020; Spataro, 2016), processos de gentrificação (Berglund, 2019; Mould, 2014) e as ações informais (Berglund, 2019; Hou, 2020; Rossitti *et al.*, 2023). Além de aprofundarem sobre a cooptação do UT pelo sistema e suas relações no neoliberalismo (Berglund, 2019; Davidson, 2013; Hou, 2020; Modan e Schaller, 2023; Mould, 2014; Rossitti *et al.*, 2023; Spataro, 2016; Webb, 2017), questionando em outros pontos o papel do Estado neoliberal com as associações público-privadas e a democratização das táticas (Berglund, 2019; Davidson, 2013; Hou, 2020; Mould, 2014). Discorreremos sobre esses e outros posicionamento a seguir.

A crítica de Spataro (2016) se concentra na despolitização da definição de UT usada nos catálogos de Lydon *et al.* (2011 e 2012). O autor considera essa questão como uma escolha assumida pela *The Street Plans Collaborative*, pois a ausência de movimentos insurgentes e invisibilizados pelo Estado e o capital, com real fricção ao sistema, são deixados de lado pelos autores. Para tal, expõe como exemplo o movimento *Food Not Bombs* (FNB), o qual luta contra a fome e, para tal, o grupo se reúne periodicamente em um local público e movimentado da cidade, montando uma grande mesa para todos compartilharem uma refeição vegetariana com sobras de alimentos que seriam jogados fora por restaurantes e mercados. Desta forma, além de diminuir o desperdício de comida, alimentar pessoas necessitadas, criar um lugar de conversas e debates entre quem participa, ao optarem por fazerem em espaços públicos de visibilidade, chamam a atenção da governança para questões associadas às pessoas em vulnerabilidade social e econômica. Membros do FNB atuam em diferentes cidades, portanto, há uma ação em rede dessa prática.

Entendidas coletivamente, todas essas características têm objetivos válidos. Mas, lendo Lydon atentamente, revela-se uma estrutura não crítica das ações na pequena escala que negligencia a poderosa convergência entre a cultura 'faça você mesmo' e o ativismo urbano que ganhou impulso durante a década de 1990 (Duncombe 2002; Shepard e Hayduk 2002) [...] (Spataro, 2016, p.186, tradução nossa⁵⁴).

Spataro (2016) aprofunda sua argumentação trazendo aspectos da produção atual das cidades no cenário neoliberal, como as questões de espetacularização e da visão de cidade idealizada, ressaltando os aspectos higienistas, de ordem, segurança e de ocultação do que não se adequa a tais critérios. Portanto, vendedores ambulantes, comércio ilegal, população em situação de rua, como também, skatistas, artes de rua, ativismo urbano, protestos, entre outros, são reprimidos pelo Estado, o qual está de acordo com as diretrizes neoliberais, como também afirma Hou (2020).

Como resultado, a forma que a exclusão contemporânea assume é um produto específico da economia política urbana. Não é por acaso que certos espaços públicos são austeros, excessivamente higienizados ou têm a sensação de um parque temático. Da mesma forma, não é por acaso que certos espaços públicos não têm bancos ou outras formas de mobiliário urbano (Davis, 1992). Essas qualidades são benéficas para as alianças empreendedoras que gerenciam os espaços conforme sua imagem de 'publicidade' [...] (Spataro, 2016, p.191, tradução nossa⁵⁵).

Ambos autores (Hou, 2020; Spataro, 2016) vão colocar a legalização das táticas como um modo de deslegitimar ações insurgentes, ao mesmo tempo que favorecem a cooptação das ações táticas pelo sistema neoliberal. Sobretudo, porque o UT tem um apelo estético e, portanto, vendável, diferentemente de grupos que lutam por direitos sociais, pois os últimos, evidenciam problemáticas sociais reprimidas pelo sistema neoliberal e, nem sempre, priorizam

⁵⁴ Do original em inglês: "Taken together these characteristics are all worthwhile goals. But reading Lydon closely reveals an uncritical framework of small-scale action that overlooks the powerful convergence of DIY culture and direct action urban activism that gained momentum during the 1990s (Duncombe 2002; Shepard and Hayduk 2002). [...]"(Spataro, 2016, p.186)

⁵⁵ Do original em inglês: "As a result, the form that contemporary exclusion takes is a particular product of the urban political economy. It is no accident that certain public spaces are austere, overly sanitized, or have the feel of theme park. Nor is it an accident that certain public spaces do not have benches or other forms of urban furniture (Davis 1992). These qualities are beneficial to the entrepreneurial alliances that manage the spaces in their image of 'publicness.' [...]"(Spataro, 2016, p.191)

recursos visuais em suas ações. Um exemplo dessa perseguição é pelo relato de Spataro (2016), no qual o grupo FNB passou por diversas perseguições em diferentes cidades dos EUA, ao ponto de alguns membros serem presos e algumas prefeituras tornarem as práticas como um ato ilegal.

Reflexões nas quais Berglund (2019) também se debruçou em seu artigo "*Excluded by design: informality versus tactical urbanism in the redevelopment of Detroit neighborhoods*", no qual analisa ações informais na cidade de Detroit. A autora entende o urbanismo neoliberal como um fator inerente e intrínseco a todo o processo e não uma questão pontual, como apontou Brenner (2015). Isto é, para a autora, as ações informais são uma resposta criada pelo próprio sistema em contraponto à incorporação de algumas táticas urbanas pelo neoliberalismo.

Ela parte do relato de três ações táticas significativas (food-trucks, hortas comunitárias e arte urbana) na cidade de Detroit por também estarem relacionada às questões sociais, econômicas, governamentais e pela forma com que essas táticas foram abordadas na mídia local. Uma das principais contribuições do texto é o detalhamento das diferenças entre o UT e as ações informais, como apresentado no excerto abaixo:

[...] Primeiro, as estratégias informais discutidas são adotadas por moradores de Detroit de longa data que foram excluídos do principal meio de desenvolvimento formalizado na cidade. Esses atos informais são, portanto, feitos por necessidade e pelo descaso da cidade em muitos bairros. Ao contrário, os promotores de urbanismo tático, conforme descrito por Lydon *et al.* (2015), são considerados parte de um "retorno à cidade" que tem despertado interesse de investimento nos núcleos urbanos de todo o país. Estes são moradores recém-chegados, muitas vezes ricos, fazendo mudanças incrementais em seus bairros; essas mudanças são bem recebidas pelo empresariado local que, universalmente, tem uma forte influência na direção que o desenvolvimento formalizado toma na cidade. Além disso, as empresas locais podem apoiar esses tipos de ação como forma de atrair circulação de pessoas para suas vitrines e revitalizar áreas de interesse próximas aos seus negócios [...] (Berglund, 2019, p.147, tradução nossa)⁵⁶.

⁵⁶ Do original em inglês: "First, the informal strategies discussed are taken on by long-time Detroiters who have been excluded from the primary means of formalized development in the city. These informal acts are therefore done out of necessity and due to the city's neglect in many neighborhoods. On the contrary, the individuals responsible for tactical urbanism, as described by Lydon *et al.* (2015), are part of a "return to the city" that has brought investment interest to urban cores across the country. These are newly arriving, often affluent residents making incremental changes to their neighborhoods; these changes are welcomed by the local business community that quite universally have a strong influence in the direction that formalized development takes in the city. Additionally, local businesses may support these types of acts as a way of inviting traffic to their storefronts, and revitalizing nearby areas in the interest of their business" (Berglund, 2019, p.147).

Berglund (2019) contextualiza a situação da cidade de Detroit dada sua decadência junto ao modelo de produção fordista e como esse fato impactou as questões socioeconômicas e da própria espacialização da cidade, principalmente pela alta taxa de evasão de pessoas nos anos 60. Essa desaceleração econômica levou parte da população a buscar uma fonte de renda através de meios informais, um deles foi a venda de alimentos em trailers, associada diretamente à comunidade mexicana na cidade. A autora aponta sobre essas práticas em Detroit estarem diretamente ligadas às pessoas pretas e latinas, o que refletirá numa atuação negativa e racista por parte da mídia, da governança e da polícia.

O que Lydon *et al.* (2015) falhou foi em não prever a atratividade do urbanismo tático como um meio barato de organização de lugares para atores corporativos, e sua longa tradição de ser ignorada e até criminalizada quando assumida por moradores marginalizados que desenvolveram tradições de urbanismo informal (Berglund, 2018, p.174, tradução nossa)⁵⁷.

Um argumento particular do artigo é o papel da mídia na promoção das ações táticas vistas como empreendedoras e inteligentes, enquanto as correlatas, ditas informais, eram desacreditadas e desincentivadas. Como a autora afirma, “podemos ver a dominância da ideologia neoliberal e a romantização de soluções de mercado em Detroit” (Berglund, 2019, p.168”. Isto é, a mídia corroborou com o pensamento neoliberal dos promotores privados promotores das táticas e do próprio governo, funcionando como um agente externo de validação dessas ações, como soluções a serem replicadas, além da própria propaganda desses empreendimentos.

[...] No entanto, o desejo dos defensores do UT de se tornar 'algo maior', de ser 'permitido pelo município' (Lydon in Berg 2012: s.p) e de se mover em direção a uma narrativa política prontamente cooptada pelo desenvolvimento urbano neoliberal torna essas qualidades menos distintas. Além disso, sua coletivização em um 'movimento' criou uma mobilidade de políticas que foi rotulada, comercializada e promovida como uma alternativa ao paradigma predominante de desenvolvimento urbano, mas ao mesmo tempo contendo a ideologia da criatividade que ainda é tão crucial para as estruturas de governança urbana que empregaram a manobra da Cidade Criativa. Como tal, as cidades conseguem capitalizar a ideia da UT, usá-la para envolver estratégias comerciais existentes e ainda assim eliminar suas qualidades

⁵⁷ Do original em inglês: “*What Lydon et al. (2015) failed to foresee was the attractiveness of tactical urbanism as a cheap means of placemaking for corporate actors, and its long tradition of being ignored and even criminalized when taken on by marginalized residents who have developed traditions of informal urbanism.*” (Berglund, 2018. p. 174)

subversivas e/ou emancipatórias. Eles estão eliminando o tático, em favor do urbanismo (Mould, 2014, p. 537, tradução nossa⁵⁸).

Por outro lado, Lydon e Garcia (2015) colocam a necessidade de ação conjunta às municipalidades, tanto para promoção da fase de teste das intervenções urbanas, quanto para continuidade da mesma, embora admitam o limite do UT como o próprio Estado. Não usam da argumentação neoliberal como uma problemática, ao contrário, são isentos de críticas como coloca Spataro (2013). Ao se ausentarem dessas reflexões, tomam partido a favor dos processos urbanos contemporâneos dentro do sistema neoliberal, ou seja, são coniventes com processos de cooptação das táticas, gentrificação, espetacularização, Disneyficação das cidades, entre outras dinâmicas associadas (Berglund, 2019; Davidson, 2013; Hou, 2020; Modan e Schaller, 2023; Mould, 2014; Rossitti *et al.*, 2023; Spataro, 2016; Webb, 2017).

Além disso, os autores (Lydon *et al.*, 2012; Lydon e Garcia, 2015) reforçam que as ações possuem um caráter democrático, o qual é conquistado através do UT. Por considerarem a população nos seus desenvolvimentos, desde a idealização até em avaliações pós-ocupação (em teoria), os autores assumem o caráter coletivo e participativo das táticas. Ademais, ao difundirem essas práticas nos meios digitais, possibilitando (em tese) que qualquer pessoa tenha acesso, propagariam a ideia de democratização da informação, através da ideia de *open-source*. Também ao levarem essas demandas aos governos, os habitantes cumpriram parte do seu papel de cidadão ativo, buscaram soluções junto ao Estado, como fica nítido com os trechos abaixo.

[...] No entanto, reconhecemos que a promessa do Urbanismo Tático só será alcançada se os líderes municipais e os cidadãos desenvolverem uma abordagem holística e interdisciplinar para trazer os benefícios para os lugares que mais precisam deles (Lydon e Garcia, 2015, p. 20, tradução nossa)⁵⁹.

⁵⁸ Do original em inglês: "[...] However, the desire of TU advocates to become 'something larger', to be 'allowed by the municipality' (Lydon in Berg 2012: n.p) and to move towards a political narrative that is readily co-opted by neoliberal urban development renders such qualities less distinct. Moreover, their collectivization into a 'movement' has created a policy mobility that has been branded, marketed and promoted as being an alternative to the mainstream urban development paradigm but at the same time containing the creativity ideology that is still so critical to urban governance structures that have employed the Creative Citymantra. As such, cities are able to capitalise upon the TU idea, using it to wrap up existing commercial 'development' strategies and further defenestrate their subversive and/or emancipatory qualities. They are eradicating the tactical, in favour of the urbanism." (Mould, 2014, p. 537)

⁵⁹ Do original em inglês: "Yet we recognize that the promise of Tactical Urbanism will be reached only if municipal leaders and citizens alike develop a holistic, cross-disciplinary approach to bring the benefits to the places that need them most." (Lydon e Garcia, 2015, p. 20).

[...] Quando visto dessa maneira, o Urbanismo Tático é tanto sobre as tendências atuais que afetam o planejamento da cidade quanto sobre a relação – ou capacidade de resposta – de um governo com seus cidadãos [...] (Lydon e Garcia, 2015, p.80, tradução nossa)⁶⁰.

Como debatemos, esse posicionamento do *The Street Plan Collaborative* é vastamente criticado por Berglund (2019), Brenner (2016), Davidson (2013), Hou (2020), Mould (2014) e Silva (2016). Alguns autores, como Berglund (2019) e Mould (2014), acrescentam junto a esses fatores a questão das ações táticas serem promovidas em áreas já interessantes para o capital, mantendo o investimento em regiões já gentrificadas ou na mira para, como esta dissertação e Felizardo (2018) também mencionaram. O papel do Estado estaria em permitir que essas ações, legitimando a produção das mesmas, em detrimento das ações informais, as quais, muitas vezes, são consideradas ilegais e perseguidas pelos meios estatais – polícia (Berglund, 2019 e Mould, 2014).

Em outras palavras, o paradigma de desenvolvimento dominante da gentrificação sancionada pelo Estado cria claramente o potencial para disparidades no tratamento das tradições do urbanismo informal e do urbanismo tático, disparidades que parecem provavelmente ser reproduzidas noutros lugares [...] (Berglund, 2019, p. 175, tradução nossa⁶¹).

Dito isso, uma compreensão plausível a partir do texto de Brenner (2015) e de todos os debates aqui apresentados é que tanto a ausência quanto a presença do Estado de regime neoliberal na promoção de ações táticas tornam-se uma contradição desse conceito. Primeiramente, porque a prevalência desse sistema não é o bem-estar das pessoas, ademais, com a ausência da governança as táticas podem não ser implementadas ou continuadas, o que abre margem para serem cooptadas por ações neoliberais. Já com a presença do Estado neoliberal não há fricção no sistema, pois ele reproduz as lógicas já estabelecidas, gerando um impasse teórico e prático do conceito de Lydon *et al.* (2012) e Lydon e Garcia (2015).

⁶⁰ Do original em inglês: "When viewed in this way, Tactical Urbanism is as much about current trends affecting city planning as it is about the relationship—or responsiveness— of a government to its citizenry. And even though the scarcity caused by the Great Recession promoted the adoption of Web 2.0 technologies by municipal governments, there remains a lingering frustration with the formal procedures and processes of our democracy struggling to respond to public demand." (Lydon e Garcia, 2015, p. 80).

⁶¹ Do original em inglês: "In other words, the dominant development paradigm of state-sanctioned gentrification clearly creates the potential for disparities in the treatment of traditions of informal urbanism and tactical urbanism, disparities that seem likely to be reproduced elsewhere." (Berglund, 2019, p. 175.)

Na medida em que os defensores do urbanismo tático enquadram sua agenda como uma alternativa ao papel ativista das instituições públicas na produção do espaço urbano, podem acabar reforçando os regimes neoliberais aos quais eles aparentemente fazem oposição. Isso não é, de forma alguma, sugerir que os projetos de urbanismo tático devem ignorar os sérios déficits da ação estatal nas megacidades contemporâneas. Pelo contrário, a crítica de como as políticas de Estado voltadas para o mercado (incluindo a privatização, a desregulamentação e a liberalização) vem minando as instituições públicas em prol de formas privatizadas de apropriação urbana é essencial para implantar qualquer projeto contraneoliberal e re-regulador (Brenner, 2015, p.12).

Como abordam Felizardo e Sperling (2021), há uma corrente favorável a Lydon *et al.*, (2012) refutando as críticas ao UT, no sentido desse modelo não se propor a solucionar questões complexas como moradia, educação, saúde ou grandes infraestruturas urbanas. Mas sim, possuem como intuito gerar capital social, ou seja, do desenvolvimento e entendimento da população sobre seu papel como cidadão ativo politicamente e de sua participação nas decisões públicas e governamentais. Esse último ponto, também é abordado de forma positiva pelos mais críticos como veremos em breve.

Dentro da argumentação favorável encontra-se o texto de Bradley (2015), no qual a autora discorre sobre a associação entre as escalas macro e micro deveria ser algo mais explorado pelos governos. Bradley (2015) acrescenta a camada do comum urbano (Ostrom, 1990) associado às ações *open-source* e usa como estudo as experiências do Park(ing) Day em São Francisco e ECObox em Paris. Segundo a autora, as características de um urbanismo *open-source* são ações baseadas na contribuição financeira de voluntários; códigos transparentes; replicáveis; motivadas a atender necessidades e desejos; conduzidas de uma forma não hierárquica; e baseadas nas éticas de compartilhamento.

[...] Como apontado pelos proponentes do urbanismo tático DIY, essas intervenções espaciais de autoconstrução temporárias e com baixo orçamento não podem, entretanto, substituir os investimentos e planejamentos públicos (comum) de longo prazo⁶². Elas deveriam ser vistas como propostas experimentais que podem ser apreendidas pelos planejamentos formais de longo prazo. Através do urbanismo tático e do comum urbano temporário, pode-se testar e exemplificar quanto o

⁶² Mike Lydon, Tactical Urbanism 2: Short-Term Action, Long-Term Change (Nova Iorque and Miami: The Street Plans Collaborative, 2012), <http://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol_2_final> [accessed 10 November 2013]

planejamento institucionalizado e democraticamente responsável poderia ser renovado e desenvolvido (Bradley, 2015, p.103, tradução nossa ⁶³).

Courage no artigo de 2013, "The Global Phenomenon of Tactical Urbanism as an Indicator of New Forms of Citizenship⁶⁴", traz um outro viés. Entende as táticas como possibilidades para a população se engajar politicamente, mas também de subversão ao sistema, pois, podem agir independente das autoridades e antes mesmo do poder público propor soluções locais. Acrescenta a possibilidade de interlocução entre a classe criativa, poder público e cidadãos, além dos últimos usarem a legislação em benefício próprio. Por esses motivos, os quais exemplifica ao longo do texto, a autora acredita no potencial das mudanças sociais geradas pelo UT.

Também abordando a promoção de capital social, Rossitti *et al.* (2021) avaliaram o impacto econômico de ações táticas antes e durante a pandemia de COVID-19 na Itália. Concluíram que só a avaliação com base na implementação das ações táticas não demonstravam impactos significativos. Pois, mesmo nos casos em que houve aumento econômico, esse crescimento não pode ser avaliado apenas pela ótica das táticas, tendo em vista a melhora econômica da Itália, como um todo, após isolamento social. Os autores reconhecem as mudanças sociais geradas pelas táticas através desse viés financeiro, isto é, a partir das ações de UT foi possível um aumento na renda de toda uma região, possibilitando melhorias sociais e urbanas.

Por outro lado, Spataro (2016), discorda desses posicionamentos favoráveis ao UT, uma vez que seu estudo de caso (FNB) se enquadra em todas características definidas por Lydon *et al.* (2012). Ou seja, trata-se de uma ação voluntária, gradual, com expectativas reais, que promovem benfeitorias e agregam seus membros, incentivam o capital social, contudo, todas as relações com o poder público ou entidades privadas foram conflituosas, visando a extinção das atividades do grupo, como mencionado. Desta forma, questiona-se o caráter democrático abordado pelos autores simpatizantes ao UT. Embora entre os membros do grupo e a população assistida pelas ações surjam debates sociais, políticos e econômicos, as municipalidades reprimem os eventos nos espaços públicos, pois são tão democráticas e

⁶³ Do original, em inglês: "As pointed out by propo-nents of DIY tactical urbanism, these self-initiated temporal and low-budget spatial interventions cannot, however, replace long-term public (or common) investment and planning. They should instead be seen as experimental approaches that can be taken up by longer-term formal planning. Through tactical urbanism and temporary urban commons one can test and illustrate how institutionalized and democratically accountable planning could be renewed and developed" (Bradley, 2015. p. 103).

⁶⁴ "O Fenômeno global do urbanismo tático como um indicador de novas formas de cidadania", tradução nossa.

comunitárias que ferem o sistema neoliberal. Como o próprio autor menciona, a ato de distribuir refeições providas do descarte, e gratuitas a todos, incluindo população em situação de rua, gerou um incômodo aos comerciantes locais (pelas questões econômicas) e à municipalidade (pelos atores socioeconômicos), os quais se utilizaram da polícia para impedir essa prática.

Esta quinta característica é tão ampla e aberta quanto as outras. No entanto, sendo tão ampla, nos diz muito pouco sobre o urbanismo tático e a mudança social como um processo conflituoso. Os estudos de caso delineados nos manuais são, como o nome sugere, "táticas". E táticas implicam não apenas ações em pequena escala, mas também uma espécie de manobrabilidade precisamente devido aos desequilíbrios de poder e recursos. Em outras palavras, o uso de táticas implica um potencial para conflitos devido às relações assimétricas. Entretanto, ao longo dos dois manuais de Lydon, "Urbanismo Tático: Ação de Curto Prazo, Mudança de Longo Prazo" (2011, 2012), o urbanismo tático é apresentado como uma prática espacial que é em grande parte livre de conflitos, precisamente porque as táticas são inquestionavelmente positivas (Spataro, 2016, p. 196, tradução nossa⁶⁵).

Spataro (2016) nos apresenta a perspectiva da amplitude na qual o UT se insere. Embora Lydon *et al.* (2012) tenham excluído muitas ações insurgentes e informais ao descrevem as vinte e quatro táticas e as classificam através de cinco atributos amplos e genéricos. Assim, estabelecem um limite entre o que é e não é UT, excluindo várias ações, as quais, poderiam se enquadrar nas táticas, principalmente, àquelas ligadas aos usos informais. Spataro (2016) também critica o posicionamento de Lydon *et al.* (2012) por colocar todas as ações como benéficas, desconsiderando a realidade das cidades, em sua maioria desiguais em termos sociais, econômicos e espaciais.

Isso pode ser visto no módulo dedicado às táticas na América Latinas do *The Street Plans Collaborative* em conjunto com a fundação chilena Ciudad Emergente. O catálogo apresenta trinta e duas táticas realizadas em diferentes países da América Latina, embora sua maior concentração se dê no Chile (Lydon *et al.*, 2013). Para abranger esses contextos

⁶⁵ Do original em inglês: "This fifth feature is as broad and open-ended as the others. However, by being so broad it tells us very little about tactical urbanism and social change as a conflictual process. The case studies outlined in the handbooks are, as the name signifies, "tactics." And tactics implies not just small-scale actions but also a kind of maneuverability precisely because of imbalances of power and resources. In other words, the use of tactics implies a potential for conflicts due to asymmetrical relations. However, throughout Lydon's two handbooks, Tactical Urbanism: Short-Term Action, Long-Term Change (2011, 2012), tactical urbanism is presented as a spatial practice that is mostly free from conflict precisely because the tactics are unassailably positive." (Spataro, 2016, p. 196)

diferentes dos EUA, Petrescu comenta que “[...] O desafio do urbanismo tático na América Latina é reconhecer o valor das ações informais no espaço público e direcioná-lo na forma de políticas públicas urbanas inclusivas de longo prazo.” (Petrescu in Lydon *et al.* 2013, p.13). Portanto, embora para os casos nos EUA Lydon *et al.* (2012) negligenciem as ações informais, colocando-as como algo à margem, como aponta Spataro (2016), nos casos latino-americanos isso é incorporado e incentivado. Contudo, apenas para os casos abordados no catálogo, demais ações informais também foram excluídas do UT latino-americano.

Ademais, durante o período da Pandemia de COVID-19, alguns autores (Kim, 2022; Nello-Deakin, 2022 e 2023; Modan e Schaller 2023; Rossitti *et al.*, 2023) discorreram sobre ações táticas associadas ao distanciamento social e em áreas ao ar livre como parklets, ruas abertas e suas variantes como o fechamento lateral das vagas para carros com barris e a interdição de parte do leito carroçável, aumentando o espaço do pedestre. Notamos um posicionamento geral dos autores de descrição das táticas durante esse período e sobre o impacto das mesmas. Apenas Modan e Schaller (2023) se aprofundam na crítica, na qual analisam as ações táticas promovidas por BIDs, associadas a exposição de cartazes com mensagens de às questões como vacinação e distanciamento social, numa perspectiva da semiótica (não iremos nos aprofundar, pois tratam-se de conteúdos para além desta dissertação)

3.3. Entremeios dos debates

Pelas questões aqui discutidas pudemos verificar algumas incongruências entre a apresentação do conceito de UT e práticas nos EUA, como da sua recepção no Brasil e do seu desenvolvimento específico na cidade de São Paulo. Sejam proposições acadêmicas ou práticas, ao nos desdobrarmos sobre o termo percebemos algumas nuances, as quais diferem-se em dimensão e proporção. Isto é, o UT é promovido e realizado de diversas formas, em múltiplos lugares e contextos. Assim, entender essas relações, distinções e aplicações fez parte desta pesquisa, bem como compreender a disputa pelo termo, dada as variadas nomenclaturas para ações na escala local e com ideais de participação social.

Nos pautamos pelos seis pontos mencionados anteriormente: a relação do Estado; cooptação e urbanismo neoliberal; gentrificação; movimentos insurgentes; informalidade; e o capital social. Acrescidos dos desenvolvimentos e limites da argumentação nacional e internacional, somados aos desdobramentos dos estudos de caso.

A princípio, notamos uma discussão mais politizada e estruturada por parte das críticas internacionais (Brenner, 2016; Hou, 2010 e 2020; Iveson, 2013; Mould, 2014; Spataro, 2016), principalmente de pesquisadores ligados aos movimentos insurgentes, de estudos urbanos contra o sistema neoliberal e da cooptação de algumas dessas práticas pelo mesmo. O que fomenta um debate exterior esclarecido e mais rico de argumentos, muito embora ainda passíveis de discussão, pois os desdobramentos do UT ainda estão em curso como visto com os artigos internacionais recentes ligados às ações táticas durante a pandemia de COVID-19 (Kim, 2022; Modan & Schaller 2023; Nello-Deakin, 2022 e 2023; Rossitti et al., 2023). Apesar de nos revelarem uma diminuição das críticas, mostram novas repercussões associadas ao UT.

Outro ponto de questionamento se concentra na publicação de Brenner só analisar a exposição do MOMA e o catálogo de Lydon *et al.* (2012), deixando assim, outras formas e exemplos de se fazer UT de lado. Na realidade, os projetos da exposição em si já são contraditórios ao discurso do UT, como apresentado pelo próprio autor. A maioria dos escritórios são estrangeiros às cidades escolhidas, e, mesmo quando há representantes da própria cidade, os escritórios estrangeiros também integram as equipes. Esses, por sua vez, são todos do Norte global, reforçando a ideia de colônia e de exportação do conhecimento. Contudo, essa é uma questão-chave de tal problemática, pois, na maioria das vezes, os contextos de cada região são desconsiderados e não ocorre uma transição entre a referência

e a aplicação, de maneira a considerar as dinâmicas reais dos países importadores perante os exportadores, contradizendo a proposição do UT de considerar as demandas locais.

Embora os projetos de Istambul e Nova York sejam apresentados em termos táticos, eles claramente se destinam a serem mais do que intervenções "acupunturais" pontuais. Parte do seu apelo, do meu ponto de vista, é precisamente o fato de eles oferecerem um modelo de urbanismo tático que pode ser intensamente escalonado e convertido em um abrigo municipal ou metropolitano contra o modelo neoliberal (Brenner, 2015, p.16).

Outra questão contraditória apontada por Brenner (2015) é de algumas ações estarem associadas à privatização dos espaços públicos, principalmente quando relembramos a premissa de friccionar o sistema neoliberal. Esse ponto pode ser observado em Lydon e Garcia (2015) quando os autores se aprofundam nas táticas *Parklets* e *Pavements to plazas*, as quais estão diretamente associadas ao capital privado e à privatização de espaços públicos.

No caso dos *Parklets* observamos pela pesquisa que essa privatização se dá, em partes, de maneira legalizada, tendo em vista a existência de leis e decretos para a instalação das mesmas. Ou seja, são amparados pelo Estado, muito embora, essa conduta tenta ser coibida através do uso de placas com o escrito "espaço público", tanto no caso dos EUA quanto no brasileiro. Entretanto, por meio da segregação espacial já presente em grandes cidades e da localização dos *Parklets* em locais de alta renda, esse caráter é reforçado e mantém-se como uma barreira social. Além disso, o fato de serem extensões de comércios e serviços, em sua maioria, cria-se uma ideia de necessidade de consumo para usufruto do espaço.

Já no caso do *Pavements to plazas* (ação com pouca repercussão no Brasil), Lydon e Garcia (2015) mencionam duas operações legalizadas de privatização do espaço público. A primeira são os POPS (*privately owned public spaces*⁶⁶), nos quais a municipalidade diminui os impostos sobre a edificação, além de permitir um adensamento maior (aumento do potencial construtivo), em troca da criação e manutenção de espaços públicos e de lazer⁶⁷. A segunda são as BIDs (Business Improvement Districts⁶⁸), que consistem em empresas locais, as quais escolhem pagar impostos de fundo comum, o qual é usado para gerenciar e fomentar espaços públicos na região (Lydon e Garcia, 2015).

⁶⁶ Ou espaços públicos privados.

⁶⁷ No Brasil um desses meios é a outorga onerosa.

⁶⁸ Podemos traduzir por Setores de Melhoramento Empresarial, mas "Improvement" pode ter a conotação de avanço ou progresso, também.

[...] De fato, a adoção da Resolução de Zoneamento de 1961 apresentada pelo Departamento de Planejamento da cidade de Nova York ofereceu aos empreendedores um bônus de densidade em troca da adição de espaço público dentro ou ao redor de seus edifícios. O programa cresceu para incluir praças, arcadas, praças urbanas, praças residenciais, alargamentos de calçadas, saguões ao ar livre, espaços cobertos para pedestres, arcadas internas e praças rebaixadas. Os empreendedores adotaram a prática e o programa de espaço público de propriedade privada (POPS) de Nova York se iniciou. Hoje existem mais de 500 áreas POPS totalizando mais de 3,5 milhões de pés quadrados [aproximadamente 325 mil metros quadrados], incluindo Zuccotti Park of Occupy Wall Street (Lydon; Garcia, 2015, p.161, tradução nossa)⁶⁹.

Apesar da popularidade do artigo de Brenner (2016) no Brasil, dentro do debate internacional pouco utiliza-se desse texto. Em sua maioria, os autores estrangeiros exploram as considerações expostas nas produções de Hou (2010 e 2020), Iveson (2013), Mould (2014) e Spataro (2016). Entendemos esse movimento a partir das próprias linhas de pesquisa dos autores, pois, enquanto Brenner se debruça em outras questões da teoria crítica urbana, os demais desenvolvem pesquisas específicas relacionadas aos movimentos insurgentes, assim, sua produção dispõe de uma apuração crítica mais densa sobre a temática.

[...] O que é necessário é uma teoria do urbanismo do faça-você-mesmo que combine análise crítica das formas contemporâneas de exclusão com uma análise das táticas que grupos excluídos usam para resistir a essas exclusões (Spataro, 2016, p.189, tradução nossa⁷⁰).

No Brasil, a crítica ao UT existente é generalizada e se restringe às questões de cooptação pelo urbanismo neoliberal, da decorrente ausência do Estado nos rumos das cidades e dos processos de gentrificação, sem muitos aprofundamentos, tornando-a superficial. Essa ausência de uma crítica com aprofundamento, gera uma diminuição e quase inexistência do debate apurado no Brasil, concentrando-se no LabIT da UFRJ.

⁶⁹ Do original em inglês: "Indeed, adoption of the 1961 Zoning Resolution put forth by the New York City Department of Planning offered developers a density bonus in exchange for the addition of public space inside or around their buildings. The program grew to include plazas, arcades, urban plazas, residential plazas, sidewalk widenings, open air concourses, covered pedestrian spaces, block arcades, and sunken plazas. Developers fell in line and so began New York's privately owned public space (POPS) program. Today there are more than 500 POPS areas totaling more than 3.5 million square feet, including Zuccotti Park of Occupy Wall Street fame" (Lydon e Garcia, 2015, p.161).

⁷⁰ Do original em inglês: "What is needed is a theory of DIY urbanism that combines critical analysis of contemporary forms of exclusion, with an analysis of the tactics excluded groups use to push back against these exclusions. (Spataro, 2016, p.189)

Ademais, como demonstrado por Felizardo (2018) e por esta dissertação, a questão da gentrificação não é resultante das táticas, mas sim, parte desse sistema, pois tais ações já foram cooptadas pelo urbanismo neoliberal, seguindo a mesma lógica do mesmo. Ou seja, essas ações se concentraram em regiões onde o capital é investido, muitas vezes, em áreas já gentrificadas ou em processo de gentrificação. Assim, as táticas não geram gentrificação, também não poderiam, dada a própria escala local e diminuta das intervenções. Processos gentrificadores são de uma envergadura na escala macro e pertencentes ao sistema político e econômico neoliberal, vigente em alguns países como Brasil e EUA. Do mais, as produções de táticas nesses locais podem colaborar e corroborar com esses processos, todavia são insuficientes para modificarem, em termos socioeconômicos e urbanos, uma região.

Um exemplo disso foi abordado pelo estudo de caso da política do Centro Aberto. Como vimos, segundo Silva (2019), essas ações ocorreram como parte do processo institucionalizado de requalificação da região do centro de São Paulo, no qual as táticas entraram como parte processo de gentrificação da área, vinculado às políticas municipais para a região, beneficiando o setor privado. Através da pesquisa, identificamos que, do ponto de vista da gentrificação, o Centro Aberto não cumpriu totalmente esse papel, pois segue habitado por uma população em situação de rua e marginalizada, a qual o Estado tinha intenção de expulsar, segundo o autor. Como Silva (2019) aponta, desde o projeto arquitetônico, essas pessoas não eram consideradas como usuárias das táticas, não se enquadrando nos usos de estar e lazer previstos pela Prefeitura nas cartilhas de Centro Aberto, bem como nos relatórios de pré e pós ocupação.

Também fruto da crítica não aprofundada, o UT aparece como forma de manutenção do status de marginalização das ações insurgentes e informais. Dado o favorecimento das ações táticas, assumidas como extremamente positivas por Lydon *et al.* (2012, 2013) e Lydon e Garcia (2015) e pela maioria de autores nacionais, somada à falta de estudos dessas ações no âmbito teórico. Notável, ainda, pela mistura do conceito com todos aqueles termos correlatos apresentados no item 1.1.3. Essa imprecisão favorece a dificuldade de entendimento dos mesmos e os planifica de modo que quase todas essas expressões podem ser confundidas com UT. Isso gera, não só uma dificuldade de entendimento do que é o conceito e quais são as práticas do UT, como também fomenta o apagamento de outras ações com viés político social mais acentuado, como as ações informais, urbanismo de *guerilla*, entre outras.

Além disso, como consequência desse não entendimento sobre o conceito, notamos uma amplificação das ações ditas como táticas, em outras palavras, qualquer ação na micro e pequena escala são rotuladas como UT, por exemplo, pinturas nas fachadas ou calçadas. Isso ficou claro ao analisarmos os cinquenta e um textos provenientes da última etapa da revisão sistemática, nos quais alguns autores utilizavam-se do termo UT para abordar outras ações não relacionadas às táticas de Lydon *et al.* (2012).

Ao abarcarmos tudo como UT, reforçamos o empobrecimento do debate ao planificarmos toda a crítica realizada, bem como suas nuances, convergências e incongruências acerca da temática. Ademais, descaracterizam o UT, que por si só já é fragmentado, ao passo que Lydon *et al.* (2012), ao cunhar o termo, elencam vinte e quatro ações como UT e generaliza as características das mesmas, conforme exposto por Spataro (2016) e reiterado por esta dissertação.

Então torna-se, fundamental, entender o delineamento e o enquadramento das táticas, pois, elas por si só são genéricas, possibilitando uma variedade de interpretações, além da exclusão de outras práticas na pequena escala, como abordado. É importante questionar, por exemplo, do porquê ações como as pinturas realizadas na Favela de Santa Maria se enquadram, na visão internacional, dentro do catálogo sobre UT na América Latina. Quando sabemos todas as problemáticas, camadas e variantes envolvem estas e outras regiões com baixos investimentos públicos e privados. Neste caso, não se trata de uma ação proveniente dos moradores locais e sim de uma classe criativa internacional, no caso holandesa. Ou seja, estamos lidando com áreas complexas e pendulares, já na âmbito nacional, a atuação de grupos estrangeiros deslegitima grupos locais se inserindo na chave da importação descontextualizada, nitidamente presente nessa ação e já abordada anteriormente.

Isso também se dá pela aceitação de um termo ou ações importados como algo superior ao produzido no país. Como observado pela pesquisa, poucos autores nacionais usam a definição de micro planejamento de Rosa (2011), de *handmade urbanism* por Rosa e Weiland (2013), ou do termo mais recente, *co-design* por Rosa e Weiland (2017). Embora muitos autores se utilizem do conceito de Sansão-Fontes (2011) relativo às intervenções temporárias. É nítido, tanto na tese da autora, quanto na entrevista, que essas ações possuem mais similaridades com o sentido de UT por Lydon *et al.* (2012), dos relacionados às ações insurgentes.

Apoiado no rol de textos abrangidos, entendemos que há um conceito centralizador e de maior difusão que é o de Lydon *et al.* (2012). O qual foi construído com fundamentação em

conceitos já recorrentes na literatura desde a década de 60, como o movimento DIY, *everyday urbanism* (Crawford, 1999), participação, entre outros. Contudo, a partir de sua reformulação, pontuando as características, identificando suas práticas, fomentando sua divulgação e produção. Assim, há um movimento de ampulheta, isto é, Lydon *et al.* (2012) partem de definições anteriores, cunham um termo e, a partir deste termo, definições posteriores se ramificaram.

A problemática está nessas diferentes formas de tratar ações na micro escala, pois, enquanto umas possuem um real engajamento social, outras abdicam desse quesito, porém ambas são abrangidas no mesmo rol de termos. Levando em consideração que no Brasil as ações informais são a base de comércios e as ações insurgentes refletem a luta contra desigualdades sociais, como podemos classificar ações vindas da sociedade com demandas locais sem apoio de um Estado neoliberal e se quer de entidades privadas? E aqui vale um adendo, pois não estamos falando de lutas por moradia ou por terra e sim por igualdade no espaço urbano. Quer ele inclua questões de mobilidade, acesso à alimentação, ou não, sendo apenas um espaço de estar e lazer.

[...] O Estado neoliberal compreende a gestão da informalidade como parte de suas práticas governamentais, de modo que ela só é coibida quando lhe é interessante. Senão, sua existência é permitida e por vezes regulamentada, sancionada, como é o caso de algumas ações do urbanismo tático (Nogueira, 2017, p.49).

Continuando com as questões de definição de conceitos, é curioso notar, ao final do livro de Lydon e Garcia (2015), uma ressalva quanto ao fato de, ao nomearem e definirem tais iniciativas urbanas, o termo poderia tornar-se um jargão, distanciando o público leigo da ideia de difusão das táticas presentes no próprio ideal de UT. Contudo, a solução proposta pelos autores foi usar outras expressões consideradas mais acessíveis como plano de ação ou planejando. O que não é uma resolução de fato, pois, ainda assim, são termos muito específicos da área de urbanismo. Não significa ignorar a adaptação dos termos para quem não está habituado, permitindo uma maior comunicação e, conseqüentemente, entendimento da problemática. A questão está no porquê só parte das ações na micro escala entraram no rol do UT.

Principalmente, partindo da própria definição de UT por Lydon *et al.* (2012) como um promotor de igualdade por ser um meio de fomentar e proporcionar capital social, além de

democrático por disponibilizarem os 'modos de fazer' relativos às táticas (*open source*). Contudo, é notório que colocar todas as pessoas, de todos os bairros, cidades e países num mesmo patamar é utópico e ineficaz ao planejamento urbano. Os próprios autores comentam brevemente sobre este aspecto, apesar de ignorarem esse fato ao longo de todo o livro e nos próprios exemplos das ações táticas. Isso é um ponto importante da construção do conceito do qual são pioneiros, pois, por mais que exista uma busca por identificar as necessidades de cada localidade antes de implementar as táticas, as ações no próprio catálogo de Lydon *et al.* (2012) são anunciadas de modo a permitir a replicação e seriação, desconsiderando os valores e questões locais, como no caso dos Parklets.

[...] Seja tentando obter mais opções de transporte, aumentar o acesso ao espaço público ou fornecer um espaço público mais confortável para todos, a busca por equidade é frequentemente um foco para projetos de Urbanismo Tático. É claro que a equidade é contextual e ampla e pode ser difícil de definir; o que pode ser considerado justo e igual para um grupo pode não ser considerado como tal para outro.

Ainda assim, quando se trata de fornecer oportunidades iguais para uma ampla gama de pessoas participarem da tomada de decisões públicas, muitos processos de planejamento urbano bem intencionados e funcionalmente abertos tendem a atrair um determinado grupo demográfico de pessoas: aqueles que são instruídos, mantêm um interesse em questões cívicas e, mais importante, possuem tempo livre. Encontrar maneiras de envolver os jovens, velhos, desprivilegiados e desinteressados não é tão fácil. Nós certamente lutamos com isso em nossos projetos de consultoria (Lydon e Garcia, 2015, p.11, tradução nossa)⁷¹.

E, de fato, pela nossa pesquisa e pelo entendimento de diversos autores, independente dos termos utilizados, ou da sua posição em relação ao UT (Courage, 2013; Hou, 2020; Sansão-Fontes e Couri-Fabião 2016, Sansão-Fontes *et al.* 2018; Spataro, 2016 e Rossitti *et al.*, 2023), notamos a importância dos avanços das ações coletivas *bottom-up* em promover capital social, no sentido da sociedade se conscientizar do seu papel de cidadão ativo, movimentando a população para cobrar seus direitos e entender o funcionamento de órgãos públicos. Neste caso, destacam-se todas as ações que possuem real envolvimento da população, não apenas

⁷¹ Do original em inglês: "Whether trying to achieve more transportation options, increase access to public space, or provide a more comfortable public realm for all, the pursuit of equity is often a focus for Tactical Urbanism projects. Of course, equity is contextual and broad and can be difficult to define; what might be considered fair and equal for one group may not be considered as such for another. Still, when it comes to providing equal opportunities for a wider range of people to participate in public decision making, many well-intentioned and functionally open urban planning processes tend to appeal to a particular demographic of people: those who are educated, maintain an interest in civic issues, and, most importantly, have spare time. Finding ways to engage the young, old, disenfranchised, and uninterested is not as easy. We've certainly struggled with it in our consulting projects" (Lydon e Garcia, 2015, p.11).

uma mera consulta ou pesquisa por questionários, e sim, do envolvimento no projeto, antes, durante e depois de implementado, portanto no processo como um todo.

Dentro dos casos de estudo, o mais próximo desse cenário foram as intervenções em Santana e a Paulista Aberta, porém com algumas ressalvas. Por exemplo, em Santana as ações partem do convite da XI Bienal de Arquitetura e se juntam a coletivos e à Prefeitura, ou seja, não foi uma demanda dos habitantes locais. Muito embora, durante o processo de projeto, a população local e comerciantes tenham participado desta etapa e os resultados sejam positivos, a implementação, pós fase de teste, não foi 100% reproduzida. No caso da Av. Paulista, também há esse movimento externo aos moradores locais, sendo as proposições e luta pelo fechamento da avenida provindas de coletivos. Se comparado às ruas do programa Ruas de Lazer, notamos uma diferença quanto à escala, tendo em vista à extensão, dimensão e importância da Paulista. Ademais, com base nos textos, relatórios e na entrevista, notamos uma participação social no nível da consulta, apesar dos resultados dos mesmos mostrarem uma grande adesão e desejo de manutenção referentes ao fechamento da avenida.

O que também nos induz a um questionamento quanto ao papel dos profissionais da classe criativa nesse molde de produção das cidades. Seguindo a linha de Rosa e Weiland (2017), os arquitetos e urbanistas estariam como mediadores entre as demandas da população, o governo e o projeto, de fato. Nesse caso, a classe criativa entraria como facilitadores, desmistificando a ideia modernista do arquiteto como o mestre, além de não ser a única figura detentora do saber. Ou, a visão atua do arquiteto como um instrumento técnico do setor privado, mercado imobiliário ou do Estado neoliberal, como aponta Silva (2019).

Esse entendimento coloca em xeque a relação dos escritórios em São Paulo com a promoção dos Parklets, por exemplo. Segundo Felizardo (2018) há um movimento de exposição, como uma vitrine, tanto das marcas que financiaram os Parklets, como dos escritórios, ao colocarem características únicas de identidade, inclusive, alguns se especializaram na produção desta tipologia. Mas também, da relação dos mesmos com a municipalidade, no caso dos Parklets ao longo dos processos de legalização e no Centro Aberto, com a contratação do escritório *Gehl Architects*, financiado pelo Itaú Unibanco.

Usos temporários como esses têm vantagens comerciais e políticas distintas. Eles se diferenciam dos concorrentes permanentes que oferecem serviços semelhantes. Sua novidade atrai atenção e frequentemente cobertura midiática gratuita. Novos usos podem atrair novos grupos de clientes. A brevidade é uma forma de escassez de mercado que estimula a demanda de

consumo. Os usos temporários também mantêm um lugar parecendo movimentado. Esses impactos são especialmente importantes em períodos de recessão econômica (Madanipour 2017). Usos temporários são uma maneira barata de obter impactos rápidos, especialmente visualmente. Isso os torna queridos pelos políticos que buscam conquistar eleitores e investidores imobiliário. (Brena e Izeli, 2020, p.16)

o o o

Parte das análises dos casos de estudo com as referências teóricas de deu a partir dos seis pontos debatidos a partir dos próprios textos. Ou seja, do papel do Estado; cooptação e urbanismo neoliberal; gentrificação; movimentos insurgentes; informalidade; e capital social. Ao rebatermos esses seis pontos com o desenvolvimento dessas táticas em São Paulo, bem como as visitas de campo, algumas dinâmicas particulares de cada tática e sobressaíram e podem ser vistas de forma resumida no quadro adiante. (Figura 96).

Em relação à presença da municipalidade, isto é, do papel do Estado neoliberal, notamos o envolvimento em todas as táticas, com maior ou menor atuação. No caso da Paulista Aberta isso se deu de maneira ativa quando a Prefeitura assumiu o fechamento de uma rua por Subprefeitura durante o processo judicial da Av. Paulista proposto pelos coletivos Minha Sampa e Sampapé. Tornando-se uma política pública da gestão Haddad nomeada Programa Ruas Abertas. Como vimos, houve uma mudança dessa política ao longo dos anos, na qual hoje contempla a Av. Paulista, a Rua Galvão Bueno e Av. São João, portanto, vias de alta concentração de renda, fluxo financeiro, de mercadorias e pessoas. Já o Centro Aberto parte de uma proposição da própria municipalidade, desde sua idealização, promoção e posteriores replicação e manutenção. Como afirma Silva (2019), é uma estratégia do Estado neoliberal dentro das ações de "requalificação" do centro de São Paulo. No caso dos Parklets e de Santana, a Municipalidade teve participação na fase de teste, sendo que os primeiros tornaram-se legalizados através do Decreto N°55.045 e pela política pública de implementação dos Parklets Municipais. Em Santana a ação foi institucionalizada, mas não replicada. Desta forma, concluímos uma forte presença e atuação do Estado de forma mais participativa e democrática na gestão Haddad, enquanto nas seguintes houve uma clara priorização do setor financeiro, concentrando as táticas em regiões com forte presença do capital.

Figura 96: Quadro resumo dos estudos de caso avaliados pelos seis critérios estabelecidos.

TÁTICA	PAULISTA ABERTA	CENTRO ABERTO	PARKLETS	SANTANA
PAPEL DO ESTADO	se iniciou como política pública com 32 ruas; mudou ao longo das gestões e quase se extinguiu	idealização, promoção, replicação e manutenção das intervenções	decreto voltado para ação privada e política pública com 32 parklets municipais	auxílio do dia de teste e manutenção através da prefeitura
URBANISMO NEOLIBERAL / COOPTAÇÃO	ao longo dos anos ocorreu uma mudança de perfil nas lojas com fachadas para av. Paulista; atualmente só ruas com grande fluxo financeiro, de mercadorias e pessoas estão no programa	foi pensado pela ótica do estado neoliberal, inclusive, ocorreu investimento privado (banco itaú)	foi pensado pela ótica neoliberal	não teve interesse do mercado e nem do comércio local
GENTRIFICAÇÃO	as práticas se concentram em áreas de alto valor	segundo Silva (2019), a proposta da tática é a requalificação do centro com gentrificação	não está associado, embora esteja presente em áreas de alto valor	não está associado
MOVIMENTOS INSURGENTES	não está associado, embora a classe criativa esteja presente no processo	não está associado, embora existam grupos atuantes na região do centro	não está associado, embora a classe criativa esteja presente no processo	não está associado, embora a classe criativa esteja presente no processo
INFORMALIDADE	associado aos usos e vendedores ambulantes	associado aos usos	associado aos usos	associado aos usos
CAPITAL SOCIAL	sim	sim	nem sempre há desenvolvimento de capital social, pois é promovido pelo capital privado	sim

Fonte: Autoria própria, 2024.

Associado à questão anterior, o urbanismo neoliberal ou a cooptação pelo sistema neoliberal, se relaciona com as táticas de forma difusa, embora a própria produção das mesmas, desde sua essência, já esteja inserida no sistema, como visto anteriormente. No exemplo da Paulista Aberta, a ação neoliberal pode ser vista ao extinguirem as outras ruas do programa e mantendo ruas de alto fluxo financeiro, de mercadorias e pessoas. Também notável pela mudança no perfil das lojas com fachadas ao longo da av. Paulista, concentrando-se no comércio alimentício. O caso do Centro Aberto parte dessa relação entre o urbanismo neoliberal e o Estado neoliberal desde sua concepção, pois foi um programa financiado com recursos privados do banco Itaú Unibanco. Embora os Parklets já partam de um investimento privado individual, o Parklet na Rua João Manoel se diferencia, pois é fruto da X Bienal em conjunto com a classe criativa, portanto, é o único modelo atual que foge desse vínculo. O caso de Santana é o único sem interesse privado em nenhuma das etapas, sendo este, para nós, o motivo da não replicação do modelo em outras áreas da cidade.

Pela ótica da gentrificação, vimos vários autores como De Carvalho e Ataíde (2020), De Carvalho e Imbronito (2019b), Kogan (2016), Marino (2018), Nogueira (2017), Sobral-Rodrigues (2018) e Silva (2019) trazendo essa questão de diferentes formas, mas assumindo-a como resultado do UT. Contudo, como temos mencionado ao longo desta dissertação, UT não promove gentrificação, embora possa atuar como uma ferramenta desse processo. Tanto a Paulista Aberta quanto os Parklets se encontram em áreas já estabelecidas como de alto valor. O Centro Aberto, embora parte da ideia de "requalificação", segundo Silva (2019), não há uma efetividade desse movimento gentrificador. Ademais, segundo os indicadores socioeconômicos e da própria vivência desses espaços, existe a continuidade de usos informais e "indevidos" (segundo a própria gestão municipal) pelos usuários nos pontos do Centro Aberto. Por fim, o caso de Santana não possui nenhuma relação com gentrificação, dada a justificativa anterior sobre a falta de interesse de capital privado.

Já a questão dos movimentos insurgentes é unânime: nenhuma das táticas está associada, apesar da classe criativa atuar em várias. Embora existam alguns movimentos sociais atuantes na região do centro de São Paulo, suas ações não estão ligadas às táticas dos casos de estudo. O oposto acontece com as questões de informalidade: todas as ações estudadas contemplam usos associados à informalidade, seja pela através de formas de utilização não previstas no projeto, seja de venda ambulante, a qual, na visão de Lydon *et al.* (2012) é uma tática urbana.

Por fim, a promoção de capital social está presente na maioria das táticas, porém, de diferentes maneiras. No caso das Ruas Abertas, foi nítida a grande mobilização após o encerramento do programa durante a pandemia para a Av. Paulista voltar com o fechamento aos domingos, porém, para a retomada das outras ruas ao programa foi quase inexistente, exceto por alguns moradores locais. Apesar disso, há uma movimentação coletiva de entendimento dessa prática como algo positivo para a cidade e moradores. Nos exemplos do Centro Aberto existe um movimento de manutenção dos espaços (dado o grande uso pela população), embora não haja tanta mobilização para construção de novos. Semelhante ao caso de Santana, no qual os moradores e vendedores locais perceberam os benefícios da ação, porém a mesma não foi replicada. Por fim, para os Parklets o desenvolvimento de capital social fica difuso e, por vezes, restrito à classe criativa promotora dos mesmos.

Outra análise foi referente à associação entre as quatro táticas e a produção acadêmica de Adriana Sansão e Lydon *et al.* (2012). Isto, dado que, são os principais autores a trabalharem na chave do UT. Outros autores como: Rosa (2011), Rosa e Weiland (2013, 2018), Berglund (2019), Davidson (2013), Hou (2020), Modan e Schaller (2023), Mould (2014), Rossitti *et al.* (2023), Spataro (2016) e Webb (2017), abordam criticamente o UT, principalmente, a partir das ações insurgentes e informais. Portanto, a prática desses conceitos não se aplica aos casos de estudo, pois estes são ações de UT e não de urbanismo insurgente. Em outras palavras, a partir dos objetivos desta pesquisa, escolhemos como casos de estudo ações táticas e, portanto, foram analisadas pelo viés do UT.

Pelo conceito de amabilidade de Sansão-Fontes (2011), identificamos que a Paulista Aberta, o Centro Aberto e a pintura de chão de Santana são ações com as características descritas pela autora, principalmente pelas conexões entre o espaço e as pessoas. Esse aspecto do conceito de amabilidade associa-se diretamente ao desenvolvimento de capital social, no quais as três ações promoveram. Enquanto os Parklets não possuem esse atributo, portanto, também não se adequam aos critérios de amabilidade. Entretanto, todos estudos de caso entram na classificação de intervenções temporárias (Sansão-Fontes, 2011), pois, seus ideais se assemelham aos do UT, são ações produzidas rapidamente e pretendem-se perdurar por um curto espaço de tempo.

Pela perspectiva de Lydon *et al.* (2012), fica nítido o posicionamento de Spataro (2016) quando assume a definição de UT como genérica. Embora tenhamos apresentado todas as nuances dos quatro casos de estudo, questionando e debatendo pontos específicos de cada tática e associando às questões apresentadas na teoria, vemos pela Figura 97 o quanto todas

as ações estão dentro das características de Lydon et al. (2012). E não poderiam deixar de estar, tendo em vista que as escolhemos como estudos de UT. Porém, quando analisamos os entremeios, torna-se nítida a complexidade do conceito e de suas práticas, pois os resultados não são como os de uma equação definida e com a mesma solução, pois vários fatores socioeconômicos, espaciais, e da atuação do Estado influenciam no processo de idealização, promoção, manutenção e uso, resultando em diferentes táticas, embora partam de conceitos e tipologias similares.

Figura 97: Quadro resumo dos casos de estudo avaliados pela classificação de UT por Lydon *et al.* (2012).

TÁTICA	PAULISTA ABERTA	CENTRO ABERTO	PARKLETS	SANTANA
uma abordagem voluntária e gradual para investigar a mudança	sim	não foi voluntária, porém foi gradual	sim	sim
um processo de criação de ideias para os desafios do planejamento à escala local	sim	sim	sim	sim
um compromisso de curto prazo e de expectativas realistas	sim	sim	sim	sim
uma atividade de baixo risco com a possibilidade de gerar recompensas elevadas	sim	não foi de baixo custo, pois envolveu o banco itaú e a contratação do escritório Gehl Architects	sim	sim
e o desenvolvimento de capital social entre os cidadãos e a construção de capacidade institucional entre as organizações públicas, privadas, não lucrativas e ONG's e os seus membros	sim	sim	nem sempre há desenvolvimento de capital social, pois é promovido pelo capital privado	sim

Fonte: Autoria própria, 2024.

Por fim, é necessário avaliar com cautela o uso do termo UT e das produções urbanas associadas a este conceito. Bem como do entendimento acadêmico, não só sobre o UT, mas também sobre as ações informais e insurgentes presentes no cotidiano e nas lutas sociais brasileiras. Tendo em vista que a importação de conceitos e práticas de países do Norte Global necessitam de uma avaliação crítica, pois nos inserimos em contextos diferentes. Então, a partir de uma ótica em que consideremos as discussões internacionais como indicativas do debate global, avaliamos as questões nacionais a partir dessas perspectivas, ponderando os pontos de aproximação e afastamento, dado o cenário brasileiro.

Considerações Finais

Ponderando sobre o que foi explicitado, debatido e arguido nesta dissertação, ou seja, de como Lydon *et al.* (2012) e Lydon e Garcia (2015) estruturam o conceito e categorizam as práticas nomeadas de UT, desde o entendimento dos autores como “a origem” táticas até qual forma reproduzi-las, focando sempre na divulgação das mesmas como soluções rápidas e de baixo custo na escala local. Ademais, do modo no qual esse arcabouço teórico e prático veio para o Brasil (principalmente na cidade de São Paulo) em termos conceituais e de ações táticas, chocando-se com questões sociais, econômicas e culturais. Mas também da conjuntura política favorável à implementação dessas ações na década de 2010 e de muitos acontecimentos que corroboram com esses ideais como a X Bienal de Arquitetura, Design Weekend de 2013 e a vinda de Janette Sadik-Khan.

Além disso, os quatro casos de estudo nos favoreceram perspectivas diferentes de como as ações táticas se desenrolaram em São Paulo nessa última década. Ou seja, a relação de cada uma com o Estado, as iniciativas privadas, coletivos e sociedade civil, além das mudanças ao longo dos anos e seus desdobramentos.

A partir das Ruas Abertas identificamos uma grande aceitação do programa, também corroborada pela diversidade de usos durante a abertura para os pedestres, porém dada a exclusão da maioria das ruas do Programa, mantendo-se hoje, apenas duas ruas centrais e de elevado fluxo financeiro, de mercadorias e pessoas, questiona-se a validade atual do mesmo. Através do Centro Aberto, entendemos o papel de mediação de um Estado neoliberal dentro das dinâmicas de gentrificação e das parcerias público-privadas, além do questionamento sobre os usos “adequados” das intervenções. Levando em conta os Parklets, discutimos os mesmos pontos do Centro Aberto, porém com uma aplicação diferente, dadas as diferenças de intervenção, propósitos e do desenrolar das mesmas na cidade de São Paulo ao longo dos anos, já que os Parklets partiram de eventos da classe criativa, tornaram-se decreto, se espalharam em regiões de concentração do capital e por último, foram concebidos como política pública. Diferentemente, da difusão das intervenções de remodelação de cruzamentos, como em Santana, a qual, apesar da boa receptividade por conta da população, não teve adesão dos comércios locais e não foi aderida em outras ações municipais de forma isolada⁷².

Por fim, resgatamos a produção acadêmica, tanto nacional quanto internacional, nas quais pontuamos seis aspectos de debate, os quais se destacaram por serem temas

⁷² Como comentamos, as ações do Centro Aberto adotam essa prática, porém junto das demais.

recorrentes entre os autores, sendo eles: o papel do Estado; cooptação e urbanismo neoliberal; gentrificação; movimentos insurgentes; informalidade; e capital social.

No Brasil, identificamos alguns hiatos na produção acadêmica como a falta de contextualização da importação dessas ações para o cenário brasileiro, o não entendimento dos conceitos, tanto do UT, quanto dos termos similares; o uso de algumas definições para exemplificar situações não correspondentes, entre outros. De modo geral, há uma falta de crítica quanto às ações táticas e quando há, ela se limita às questões de gentrificação e cooptação pelo Estado, sem muitos aprofundamentos no debate, tratando de forma rasa ou se apropriando de posicionamentos de terceiros sem um crivo.

Por outro lado, as produções de Sansão-Fontes (2011), Rosa (2011) e Rosa e Weiland (2013 e 2017) trazem aspectos mais consistentes sobre o tema. Rosa por colocar as ações informais com um valor significativo na produção coletiva, *bottom-up* e na pequena escala das cidades. Sansão-Fontes por definir vários conceitos, dentre eles a noção de intervenções temporárias. Ambas, normalmente, são associadas ao UT por tratarem de ações com aspectos similares, porém notamos uma aproximação maior das intervenções temporárias em relação ao UT, do que as ações informais. Isso devido ao embasamento por trás desses termos. Em outras palavras, as ações informais partem de práticas insurgentes, normalmente presentes no cotidiano das pessoas e da cidade, paralelas ao sistema e, por isso, não são atrativas ao capital. Assim, ficam (e são colocadas) à margem do mesmo. Já as intervenções temporárias vão se assemelhar ao UT, pois possuem um fundo comum e se constituem em espaços mais estruturados.

A partir da crítica internacional, apuramos autores em conformidade com as ações táticas, como Gadanho (2014) com a exposição do MOMA, Lydon *et al.* (2013) compilando as ações latinoamericanas, além de Courage (2013) e Bradley (2015) discutindo o limite do UT em não se propor a resolver questões fundamentais como educação, saúde e moradia, mas incentivando o planejamento conjunto das escalas macro e micro com desenvolvimento de capital social.

Em contrapartida, destacamos um posicionamento mais incisivo de autores críticos ao UT. Embora Brenner (2016) seja uma referência muito utilizada no Brasil, a crítica internacional se embasa na produção de Davidson (2013), Hou (2010 e 2016), Mould (2014) e Spataro (2016). Tais autores questionam o papel democrático do UT ao confrontarem as ações insurgentes e informais, as quais classificam como real contestação ao sistema, uma vez que colocam em xeque a base do urbanismo e o sistema neoliberal. Eles exemplificam esse

entendimento com ações à margem voltadas ao combate à fome, comércio informal, arte de rua e uso coletivo do espaço.

Diante do que foi abordado nesta dissertação de mestrado, identificamos algumas linhas possíveis de desenvolvimento e novas pesquisas quanto ao UT no Brasil. Primeiramente, a crítica brasileira precisa ser desenvolvida e aprofundada pelas discussões aqui apresentadas. Notamos a existência de alguns hiatos no entendimento referente às questões sobre UT por Lydon *et al.* (2012) e Lydon e Garcia (2015) trazem, tendo em vista à importação descontextualizada do conceito. Desta forma, uma linha investigativa poderia ser pautada no entendimento de quais seriam os outros “urbanismos táticos” produzidos no Brasil, além de determinar se na própria produção nacional, há termos que abarcariam de maneira mais compatível.

A partir disso, seria importante delimitar ou definir a fronteira ou as nuances que existem entre o UT e movimentos vindos da população no Brasil. Porque, considerando Lydon *et al.* (2012), percebemos um viés neoliberal muito presente nas definições propostas, ignorando movimentos políticos e sociais de base que, realmente, tentam ir contra o sistema vigente. No Brasil temos inúmeras pesquisas relacionadas aos movimentos sociais de direito à moradia e à alimentação como MST⁷³ e MTST⁷⁴. Porém, pesquisas com enfoque nas ações de base em espaços públicos, voltadas ao bem-estar e lazer, são vistos em poucos trabalhos como De Carvalho, Imbronito e Maziviero (2019), De Carvalho e Imbronito (2019b), Rosa (2011), Rosa e Weiland (2013 e 2017), Maziviero e Almeida (2017). Valeria adensar esses estudos, pois, como já debatemos, não se tratam de ações táticas (muito embora alguns autores usem esse termo), mas sim de práticas informais ou insurgentes.

Ademais, duas linhas ainda não desenvolvidas são as ações UT em pequenas ou médias cidades⁷⁵, as quais adotaram algumas táticas como parklets e remodelação de cruzamentos e vias. Não saberíamos precisar todas as cidades, porém, alguns exemplos estão presentes no interior do estado de São Paulo (Araraquara, Brotas e São José do Rio Preto) e Minas Gerais (Juiz de Fora e Passos). A segunda linha, seria em cidades grandes que não são capitais, como Campinas, Ribeirão Preto e Sorocaba, todas no interior de São Paulo, as quais adotaram os Parklets como políticas públicas.

⁷³ Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

⁷⁴ Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

⁷⁵ Segundo a definição do IBGE.

Em virtude de ser um movimento recente, ainda em curso, constante na produção atual das cidades, há muito o que se pesquisar ao acompanhar os desdobramentos do UT nos próximos anos a fim de entender os rumos do UT no Brasil. Por serem ações realizadas de forma rápida, alteram a paisagem da cidade de forma mais acelerada e estão constantemente em mudança, se comparado ao planejamento urbano tradicional.

Por outro lado, dado a quantidade de ações táticas produzidas no Brasil, seriam pertinentes pesquisas visando o aprofundamento dessas táticas de maneira específica, destrinchando suas nuances como: as relações das mesmas com o Estado; dos desdobramentos provenientes do urbanismo neoliberal; dos atores envolvidos; dos usos e apropriações, bem como, de uma avaliação de pós ocupação dessas táticas.

Com essa pesquisa, trouxemos de uma maneira concisa as questões de design relacionadas ao UT. Porém, desdobrar o quanto o UT corroboraria com a exclusão das ações informais ao tornar mais palatável as ações ligadas às vendas, através da gourmetização e hipsterização. Além do desenvolvimento desse processo no espaço urbano. Como apontou Rosa durante a entrevista, existem aspectos e padrões, comuns, somados à estratégias de marketing que estão associadas à essa produção. Contudo, ainda faltam estudos com esse enfoque e aprofundamento no Brasil.

No caso de São Paulo, estudos sobre os desdobramentos do UT em relação às políticas municipais seriam essenciais, já que algumas delas retomaram recentemente e novas foram institucionalizadas, como as Ruas SP. Dessa forma, poderia ser demonstrada o nível de adesão do Estado em relação à essas ações táticas, principalmente voltadas ao setor privado, como apontado no trabalho de Silva (2019) com as ações do Centro Aberto e sua relação com o programa de requalificação e os movimentos de *retrofit* do centro de São Paulo.

Referências

- ALVES, C. F. **Urbanismo Contemporâneo: uma alternativa para o Bairro Inácio Barbosa?**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018. 81 f.
- ANDRADE, L; AUN, E. O avesso de Brasília ao avesso: táticas para intervenções no Conic. *In*: Congresso Internacional de Espaços Públicos, 1, 2015, Porto Alegre. **Anais** [...], 2015.
- BALEM, T. Microubanismo Efêmero: Entre Táticas de Construir e Revelar a Cidade. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 17, São Paulo, 2017. **Anais** [...], 2017.
- BARATA, SANSÃO-FONTES. Urbanismo Tático e Sustentabilidade: Experiências Táticas no Fomento ao Transporte Ativo. *In*: V Encontro Latino-Americano e Europeu Sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. **Anais** [...], 2016.
- BERGLUND, Lisa. Excluded by design: informality versus tactical urbanism in the redevelopment of Detroit neighborhoods. **Journal of Cultural Geography**, 2018.
- BORTOLOZZO, C. V. O. **Práticas Urbanas Criativas: estudo, análise e impacto de ações táticas no espaço público paulistano**. 2018. 120f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.
- BRADLEY, Karin. Open-Source Urbanism: Creating, Multiplying and Managing Urban Commons. **Footprint: Commoning as Differentiated Publicness**, 2015. p. 91-108. Disponível em: < <https://journals.open.tudelft.nl/footprint/article/view/901> >. Acesso em: 8 ago. 2022.
- BRAGANÇA, Luciana Souza. **Do planejamento da circulação ao Microplanejamento Integrado**. 2005. 131f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- BRENNER, Neil. **Is “Tactical Urbanism” an Alternative to Neoliberal Urbanism?**. New York, Post, 2015. Disponível em: <<https://teputahi.org.nz/wp-content/uploads/2015/08/Is-%E2%80%9CTactical-Urbanism%E2%80%9D-an-Alternative-to-Neoliberal-Urbanism.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2022.
- BRENNER, Neil. Seria o “Urbanismo Tático” uma alternativa ao Urbanismo Neoliberal?. Tradução: Pedro P. M. Bastos. E-metropolis: **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e**

Regionais, n.27, p. 7-18, Dec. 2016. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/201/original/emetropolis27_capa.pdf?1485998522>. Acesso em: 8 ago. 2022.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; Theodore, Nik. Após a Neoliberalização?. **Caderno Metrôpoles**, v.14, n.27. 2012, p. 15-39.

CANÇADO, Wellington, et al. **Espaços Colaterais**. Belo Horizonte, 2008.

CANESCHI, Francesco. **Urbanismo tático e "arquitetura DIY" no espaço público uma abordagem leve na transformação da cidade**. Cidade do Porto, 2018.

CASTANHEIRA, E. B. Cidade: Apropriação e Micro Intervenções. */r: A Língua que Habitamos: Seminário Internacional – AEAULP*, 4, 2017, Belo Horizonte. **Anais** [...] Volume 5: A Cidade Construída e a Cidade Sonhada. Belo Horizonte. Disponível em: ><http://aeaulp.com/alinguaquehabitamos/index.php/pt/publicacao>>. Acesso em: 9 mar.2022.

CIDADE ATIVA. **Pesquisa Paulista Aberta: Relatório**, 2015. Disponível em: <https://cidadeativa.org/wp-content/uploads/2017/10/CA_Relatorio_PaulistaAberta.pdf>. Acesso em 23 dez. 2023.

CITY OF SAN FRANCISCO. **San Francisco Parklet Manual** v. Summer 2020. San Francisco, 2020. Disponível em: <www.pavementtoparks.org>. Acesso em: 23 dez. 2023.

CITY OF SAN FRANCISCO. **San Francisco Parklet Manual** v.2.2 . San Francisco, 2015. Disponível em: <www.pavementtoparks.org>. Acesso em: 1 ago. 2022.

COURAGE, Cara. The Global Phenomenon of Tactical Urbanism as an Indicator of New Forms of Citizenship. **Engage 32: Citizenship and Belonging**, 2013, p. 88-97.

CRUZ, S. S.; PAULINO, S. R. Desafios da mobilidade ativa na perspectiva dos serviços públicos: experiências na cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, e20190026. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20190026>.

DAVIDSON, Mariko M. **Tactical Urbanism, Public Policy Reform, and 'Innovation Spotting' by Government: From Park(ing) Day to San Francisco's Parklet Program**. São Francisco, 2013.

DAY, Peter; SCHULER, Doug (Ed.). **Community practice in the network society: local action/global interaction**. Londres: Routledge, 2004.

DE ALMEIDA, André M. **Urbanismo tático: da experiência do fazer a um urbanismo afetivo**. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

DE ARAUJO, E. C.; DE ARAÚJO, J. T.; DE SOUZA K. M.. Cidades e Crise Urbana Iminente: Reflexões acerca de sociabilidades e Políticas Públicas no Período Pós-Quarentena nas Cidades Brasileiras. *In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 6, 2020, Brasília. **Anais** [...], 2020.

DE CARVALHO, L. K.; IMBRONITO, M. I. A ação coletiva como instrumento de transformação urbana e sua presença no território periférico de São Paulo. *In: Simpósio Nacional de Gestão e Engenharia Urbana: Singeurb*, 2, 2019, São Paulo. **Anais** [...]. Porto Alegre: ANTAC, 2019a.

DE CARVALHO, L. K.; IMBRONITO, M. I. Resistências urbanas e sua conjunção em rede. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, vol.9, n.3, 2019b p.13-27.

DE CARVALHO, L. K.; IMBRONITO, M. I.; MAZIVEIRO, M. C. Resistências urbanas a ação tática como insurgência e sua presença no território periférico de São Paulo. **Revista Nacional de Gerenciamento das Cidades**, v. 07, n.46, 2019.

DE CARVALHO, L.K.; MAZIVIERO, M.C.; IMBRONITO, M. I. Resistências no espaço urbano: Um olhar sobre a perspectiva histórica das experiências coletivas e a articulação de novos ativismos. **Vitruvius**, 2019.

DE CARVALHO, M. C. R.; ATAIDE, R. M. da C. Cartografias Temporárias Da Cidade De Natal-RN. *In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 6, 2020, Brasília. **Anais** [...], 2020.

DE CARVALHO, M. C. R.; ATAIDE, R. M. da C. Movimentos de Resistência e Cultura na Cidade de Natal-RN: A Criação dos Lugares a Partir das Intervenções Temporárias. *In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB*, 16, 2019, Vitória. **Anais** [...] GT-10: Práticas culturais na produção da cidade. Vitória, 2019.

DE CASTRO. L. F. Tactical Urbanism, From the Periphery to the Periphery: The everyday life production and experience of urban space, contingent on the consumption of material pre-fabricated elements. *In: Virtual Congress of the Latin American Studies Association*, *online*. **Anais** [...], 2021.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves, 3.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DE CERTEAU, Michel. **L'invention du quotidien**. Arts de faire, 1. ed., 1980.

DEGREAS, Helena N. Muito além das calçadas: Parklets em São Paulo. In: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ), 2016, Porto Alegre. **Sessão temática: Paisagem urbana e Sistemas de Espaços Livres**.

DESIGN WEEKEND. **Guia Oficial**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://1g7yeg3aeubz1tfz1b2hd8ff-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2020/08/guiadw2013.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3.ed. São Paulo: Editora Vozes, 2005.

FARIAS, Ana C.C. **Taxonomia do Urbanismo Tático: Uma Proposta Para Leitura, Compreensão e Articulação das Táticas Urbanas Emergentes**. Dissertação de Mestrado. Goiânia, 2018.

FELIZARDO, Ana C.M.D. ; Sperling, David M. Conceitos e Práticas de Urbanismo Tático. *In*: Diálogos Franco-lusófonos, 6., 2021, *on-line*. **Anais** [...], *online*, 2022, p. 93 - 108. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/376713008_Conceitos_e_Praticas_de_Urbanismo_Tatico>. Acesso em 23 dez. 2023.

FELIZARDO, Ana C.M.D. **Os Parklets na Cidade de São Paulo – Projetos e Apropriações**. São Carlos, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332848864_Os_Parklets_na_Cidade_de_Sao_Paulo_-_Projetos_e_Apropriacoes>. Acesso em: 8 ago. 2022.

FELIZARDO, Ana C.M.D. Tactical Urbanism, description and analysis of its associated lexicon. *In*: **Contemporary heritage lexicon** . Cham, Switzerland: Springer. 2024. No prelo.

FILHO, João B. M. T.; MAGALHÃES, Felipe N. C.. A MetrÓpole entre o Neoliberalismo e o Comum. **Caderno MetrÓpole**, v.19, n. 39. São Paulo, 2017, p.433-454.

FINN, Donovan. DIY urbanism: implications for cities. **Journal of Urbanism**. Nova Iorque, 2014.

FIX, Mariana. **São Paulo Cidade Global: Fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FONTES, Adriana S. Intervenções temporárias e marcas permanentes na cidade contemporânea. **Arquitetura Revista**, v. 8, n. 1. Porto Alegre, 2012, p. 31-48.

FRANÇA, T. N. F. L.; FARIA, T. C. de A. COVID-19 e Urbanismo Tático novas possibilidades de uso do espaço público em tempos de pandemia. *In*: Congresso Latino-americano de Desenvolvimento Sustentável. **Anais** [...]. 2021.

GADANHO, Pedro. Crescimento desigual: urbanismos táticos para megacidades em expansão [Entrevista cedida a] Paula Bruzzi Berquó. **Revista Interdisciplinar**, v1, n1, 2015. ISSN: 2525-3263

GARREFA, F.; CARVALHO, F. F. Três conceitos para o aumento na segurança viária de pedestres e ciclistas: urbanismo tático, ruas completas e ruas seguras. **Revista Latino-americana de Ambiente Construído e Sustentabilidade**, v.1, n.1, 2020.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, Jan. **Life Between Buildings: Using Public Space**. Washington: Island Press, 2010.

GEHL, Jan; GEMZØE, Lars. **Novos Espaços Urbanos**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2002.

GESTÃO URBANA. **Rede de espaços Urbanos: Parklets**. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/rede-de-espacos-publicos/parklets/>> . Acesso em: 8 ago. 2022.

GOMES, J. D. *et al*. A cidade cinética: transições e transformações por meio do urbanismo efêmero e o direito à cidade. **Revista de Arquitetura e Urbanismo do PROARQ** (Online), Rio de Janeiro, n.35, p.12-27, 2020.

GOMES, J. D. *et al*. Urbanismo tático em discussão para o desenvolvimento urbano. **Research, Society and Development**, v.9, n.2., 2019.

GROAT, Linda N.; WANG, David. **Architectural Research Methods**. 2ºed. John Wiley & Sons: Nova Jersey, 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do Espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adalie Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. The Urban Process under Capitalism: A Framework for Analysis. **International Journal of Urban and Regional Research**, volume 2, 1978. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2427.1978.tb00738.x>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

HORI, Paula. **Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações**. São Paulo, 2016.

HOU, J. Guerrilla urbanism: urban design and the practices of resistance. **Urban Design International**, v. 25, 2020, p. 117–125. <https://doi.org/10.1057/s41289-020-00118-6>.

HOU, J., ed. **Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities**. New York: Routledge, 2010, p. 1-17. ISBN: 9780415779661

INSTITUTO DE ARQUITETURA DO BRASIL. Cidade: Modos de Fazer, Modos de Usar. X Bienal De Arquitetura. **Folder com a programação**. São Paulo, 2014.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO (ITDP). **Intervenção urbana temporária: (Re)pensando a rua em Santana**. Relatório de Atividade, 2018. Disponível em: <<https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2020/04/200401-ITDP-relatorio-santana.pdf>>. Acesso em 23 dez. 2023.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO (ITDP). **Projeto de Requalificação Urbana e Segurança Viária de São Miguel Paulista: Histórico de atividades e linha de base da avaliação de impacto da iniciativa**. Relatório de Atividade, 2019. Disponível em: <https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2019/12/Relat%C3%B3rio_S%C3%A3oMiguelPaulista.pdf>. Acesso em 23 dez. 2023.

INSTITUTO MOBILIDADE VERDE. Por uma política de microintervensões urbanas nas cidades. Disponível em <<https://institutomobilidadeverde.wordpress.com/>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

IVESON, Kurt. **Cities within the City: Do-It-Yourself Urbanism and the Right to the City**. Sydney, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities**. Nova Iorque: Random House, 1961.

KIM, J. COVID-19's impact on local planning and urban design practice: focusing on tactical urbanism and the public realm with respect to low-income communities. **Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability**, 2022. DOI: 10.1080/17549175.2022.2146155. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17549175.2022.2146155>>. Acesso em: 4 out. 2023.

KNUTH, Ana L. **Intervenções urbanas: práticas alternativas e participativas de transformação dos espaços coletivos de Blumenau**. 2017. 222 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

KOGAN, Gabriel. Urbanismo tático, estágio avançado do urbanismo neoliberal. **Cosmopolita**, 2016. Disponível em: <<https://cosmopista.com/2016/03/22/urbanismo-tatico-estagio-avancado-do-urbanismo-neoliberal/>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

KRIVY, Marcos; KAMINER, Tahl. Introduction: The Participatory Turn in Urbanism. **Footprint**, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/289185868_Introduction_The_Participatory_Turn_in_Urbanism>. Acesso em: 8 ago. 2022.

LABORATÓRIO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL (LABMOB) *et al.* **Avaliação De Impacto Da Na Vitalidade Urbana Paulista**, [2018 ou 2019]. Disponível em: <http://www.labmob.prourb.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/11/Relatorio_Avalia%C3%A7%C3%A3o-Impacto-Paulista-Aberta-Vitalidade-Urbana_090919.pdf>. Acesso em 23 dez. 2023.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, 2003.

LEFÈBVRE, Henri. La production de l'espace. *In*: **L'Homme et la société**, n. 31-32, 1974. p. 15-32.

LEFÈBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Centauro: São Paulo, 2011.

LINHARES, M. S. **Intervenções Táticas Cicloviárias: A utilização da bicicleta como modal de transporte na cidade de João Pessoa**. 2018. UFPB.

LYDON, Mike et al. **Tactical Urbanism: Australia & New Zealand**. Vol. 4, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/codesignstudio/docs/tacticalurbanismvol4_141020>. Acesso em: 8 ago. 2022.

LYDON, Mike et al. **Tactical Urbanism: Short Term Actions, Long Term Change**. Vol. 1, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol.1>. Acesso em: 8 ago. 2022.

LYDON, Mike et al. **Tactical Urbanism: Short Term Actions, Long Term Change**. Vol. 2, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol_2_final>. Acesso em: 8 ago. 2022.

LYDON, Mike et al. **Tactical Urbanist's Guide: To Material and Design**. Version 1, 2016. Disponível em: <https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tu-guide_to_materials_and_design_v1>. Acesso em: 8 ago. 2022.

LYDON, Mike; et al. **Urbanismo Tático: Casos Latinoamericanos**. 2013. Disponível em: <https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/ut_vol3_2013_0528_17>. Acesso em: 8 ago. 2022.

LYDON, Mike; GARCIA, Antony. **Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change**. 2015. Island Press: Washington, DC. 230 p.

MARINO, Cintia de C. **Cidade em festa, cidade em disputa: ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo no início do século XXI**. 2018. 257 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

MAYS, Katie; MERON Gilad. **Parklets: Experiments in Urban Public Space**. Austin. Austin, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/giladmeron/docs/parklets_issuu>. Acesso em: 8 ago. 2022.

MAZIVIERO, Maria C; ALMEIDA, Eneida de. Urbanismo Insurgente: ações recentes de coletivos urbanos ressignificando o espaço público na cidade de São Paulo. **XVII ENANPUR**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.1/ST%206.1-04.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2022.

MILES, Malcolm. Uma cidade pós-criativa?. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2012, p. 9-30.

MODAN, G., SCHALLER, S. Semiotics of a Covid landscape. Tactical urbanism in a pandemic. **Linguistic Landscape** 9 (3), 2023, p. 226 – 246. DOI: <https://doi.org/10.1075/ll.22038.mod>

MOMA. Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities. **The Museum of Modern Art**, New York, 2014. Disponível em: <http://www.moma.org/momaorg/shared/pdfs/docs/publication_pdf/3209/MoMA_UnevenGrowth_PREVIEW.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2022.

MONTERO, Carolina G. **Urbanismo tático: A força do Coletivo DIY Projects, Communities, and Cultures**. São Paulo, 2016.

MORITA, C. A. M.; LOPES, R. S. Caminhos para uma apropriação em arquitetura. Possibilidades de resistência e ruptura face ao capitalismo neoliberal. Risco **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (Online), 17(2), 114-128. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v17i2p114-128>.

MOULD, Oli. Tactical Urbanism: The New Vernacular of the Creative City. **Geography Compass** v.8, n.8, p. 529–539, 2014. DOI: 10.1111/gec3.12146

NATIONAL ASSOCIATION OF CITY TRANSPORTATION OFFICIALS (NACTO). **Guia global de desenho de ruas**. Tradução Daniela Tiemi Nishimi de Oliveira. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide-pt/>>. Acesso em 23 dez. 2023.

NELLO-DEAKIN, S. "They are deconstructing the city": a typology of media narratives on tactical urbanism. **Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability**, 2023. DOI: 10.1080/17549175.2023.2257197.

NELLO-DEAKIN, S. Exploring traffic evaporation: Findings from tactical urbanism interventions in Barcelona. **Case Studies on Transport Policy** 10 (4), 2022, p. 2430 – 2442. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.cstp.2022.11.003>>. Acesso em: 4 out. 2023.

NOGUEIRA, Pedro C. E. Urbanismo tático e intervenções urbanas: aderências e deslizamentos. **Arcos Design**. Rio de Janeiro: PPDESDI - UERJ. Edição Especial, Out 2017b. pp. 89-101. Disponível em: [<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>]. Acesso em: 8 ago. 2022.

NOGUEIRA, Pedro C.E. **Urbanismo tático e a cidade neoliberal: corpo e política na poética do coletivo Opavivará!** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Rio de Janeiro, 2017a.

OSTROM, E. **Governing the Commons. The Evolution of Institutions for Collective Action.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PAIM, Camila M. **Paulista Aberta: Avenida Paulista no contexto dos movimentos de abertura de ruas, o espaço viário e suas apropriações.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2022, 299p.

PERAN, Martí. **POST-IT CITY: Ciudades Ocasionales.** Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona (CCCB) y Dirección de Comunicación de la Diputación de Barcelona, 2008.

PETRESCU, Javier V. **¿Qué es el Urbanismo Táctico?**, In LYNDON et al., *Urbanismo Táctico: Casos Latinoamericanos.*, 2013, p. 13-17.

PFEIFER, Laura. **The Planner's Guide to Tactical Urbanism.** Montreal, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Centro Aberto: Experiências na Escala Humana,** 2015. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Centro_Aberto_Pub.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Centro, Diálogo Aberto,** 2013. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/brochura_cda_7_10_13.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Manual de Desenho Urbano e Obras Várias.** Disponível em: <<https://manualurbano.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 23 dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Manual Operacional para Implantar um Parklet em São Paulo.** Impresso do Brasil, 2014. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/parklets/>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Parklets: Políticas de Incentivo. Parklets Municipais.** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, São Paulo Urbanismo, São Paulo, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório Centro Aberto: Largo General Osório,** 2017. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/05_LGO2_fasciculo_2017-12.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório Centro Aberto: Largo São Bento**, 2017. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/03_LSB2_fasciculo_2017-12.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório Centro Aberto: Largo São Francisco**, 2017. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/06_LSF2_fasciculo_2017-12.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório Centro Aberto: Largo Paissandú**, 2017. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/07_SJP2_fasciculo_2017-12.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório Centro Aberto: Rua Galvão Bueno**, 2017. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/04_GVB2_fasciculo_2017-12.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

REBAR. **The Park(ing) Day Manifesto**. São Francisco, 2011.

RIOS, A. L. S. et al., 2020. Acupuntura Urbana na Comunidade Serviluz, em Fortaleza-CE: Biofilia, Conectividade e Bem-estar. *In*: Congresso Internacional de Espaços Públicos, 1, 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**, 2015.

ROLNIK, Raquel; MARICATO, Ermínia (Ed.). **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. 100 p.

ROSA, Marcos L. **Micro Planejamento: práticas urbanas criativas**. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

ROSA, Marcos L.; WEILAND, Ute E. **Co-desenhando a cidade: arquitetura + inteligência informal**. São Paulo, 2017, 205 p. ISBN 978-1-64008-513-8

ROSA, Marcos L.; WEILAND, Ute E. **Handmade Urbanism: From Community Initiatives to Participatory Models**. 2013. Disponível em: <https://issuu.com/marcoslrosa/docs/handmade_urbanism_pdf>. Acesso em: 8 ago. 2022.

ROSSITTI, M. et al. Tactical Urbanism Interventions for the Urban Environment: Which Economic Impacts? **Land**, 2023, 12. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/land12071457>>. Acesso em: 4 out. 2023.

SÁ, Ana I. J. A. de. **Urbanismo entre Pares, Cidade e Tecnopolítica**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Belo Horizonte, 2015.

SAMPAPÉ. **Paulista Aberta Lab: fachadas**, 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1CBgf-iQAzCuVVYMItbWYd3u8008GeBdy/view>>. Acesso em 23 dez. 2023.

SANSÃO-FONTES, A. *et al.*. Táticas cidadãs para ativação de áreas subutilizadas: o caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro. **Revista arq.urb** (Online), São Paulo, n.23, p. 147-168, set./dez. 2018.

SANSÃO-FONTES, A. Intervenções temporárias e marcas permanentes na cidade contemporânea. **Arquitetura Revista**, 8(1), 31-48. <https://doi.org/10.4013/arq.2012.81.05>. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2012.81.05>> . Acesso em 9 mar. 2022.

SANSÃO-FONTES, A.; COURI-FABIÃO, A. Além do público/privado. Intervenções temporárias e criação de espaços coletivos no Rio de Janeiro. **Revista de Arquitectura**, Bogotá, v.18, n.2, p.27-39, jul./dec.2016.

SANSÃO-FONTES, A.; FERNANDES-BARATA, A. Urbanismo Tático e Sustentabilidade: Experiências Táticas no Fomento ao Transporte Ativo. //: Conferência Latino-Americana e Europeia sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis: Euro-ELECS, São Leopoldo, 2017. **Anais [...]**. 2017.

SANSÃO-FONTES, Adriana. **Intervenções temporárias, marcas permanentes: a amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades**. Tese (Doutorado em Arquitetura Urbanismo). Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2011. 256 p.

SANSÃO-FONTES. Urbanismo tático para requalificação gradual do espaço público metropolitano O caso do Park(ing) Day no Rio de Janeiro. **Arquiteturarevista**, vol. 14, n. 1, 2018, p. 91-104.

SÃO PAULO (Cidade). **Decreto N° 55.045**, de 16 de abril de 2014. Regulamenta a instalação e o uso de extensão temporária de passeio público, denominada "parklet". São Paulo, Secretaria do Governo Municipal, 2014.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014.** Texto da lei ilustrado. São Paulo: PMSP, 2015. 248 p.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Plano diretor estratégico de São Paulo : Lei municipal n.13.430,** de 13 de setembro de 2002. 307p.

SILVA, Guilherme C. **Centro Aberto - “requalificação” do centro de São Paulo e o conhecimento racional do urbanismo.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 185.

SOBRAL-RODRIGUES, L. **ISSO NÃO É UM EVENTO: Uma análise sobre a dinâmica de uso dos espaços públicos contemporâneos: estudo de caso – Largo da Batata.** 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SPATARO, David. Against a de-politicized DIY urbanism: Food Not Bombs and the struggle over. **Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability**, v. 9, n.2, 2016, p. 185-201. DOI: 10.1080/17549175.2015.1056208

TALEN, Emily. Do-it-Yourself Urbanism: A History. **Journal of Planning History**, v.14 (2), 2015, p. 135-148.

TREVISAN, E. Ruas de Estar: Projetos de Zona 30 em Belo Horizonte. *In*: Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, 12, 2020, São Paulo, Lisboa. **Anais [...]**, 2020.

VIEIRA, M. F. P.; BAVARESCO, P.R.; DAIPRAI, L. **Intervenções Táticas no Espaço Urbano.** Research, Society and Development, v.8, n.5, 2019.

WEBB, David. **Tactical Urbanism: Delineating a Critical Praxis.** Planning Theory & Practice, 2017, p. 58-73.

Apêndice

Apêndice 1: Tabela de Referências da Primeira Revisão Bibliográfica

AUTOR	PRODUÇÃO	ANO	DISCUSSÃO	DEFINIÇÃO	PALAVRAS-CHAVE	CIDADE	PRESS	UNIVERSIDADE
ALANA, Hend A.; AL-HAGI, Khalid; HASANI, Asma E.	A framework for architects' role in attaining sustainable community development in heritage areas Al-Darb Al-Ahmar, Islamic Cairo, Egypt as a case	2019	"Is to explore the processes and undertakings behind the tactical urbanism activities of the "Union for the Rights of Pedestrians" (PRU), a Non-Governmental-Organisation (NGO) in Thessaloniki" (p.1)	Segue Lyndon, et al.	Sustainable community development; Heritage; FHPS; Architects' practices; Al-Darb Al-Ahmar; Framework	Egipto	Alexandria Engineering Journal	Alexandria University
ANGELOU, Margarita	Tactical Urbanism: Reclaiming the Right to Use Public Spaces in Thessaloniki, Greece	2019	"Is to explore the processes and undertakings behind the tactical urbanism activities of the "Union for the Rights of Pedestrians" (PRU), a Non-Governmental-Organisation (NGO) in Thessaloniki" (p.1)	Segue Lyndon, et al.	Urban development, Community, Accessibility, Temporary Land use, Thessalonica	Tessalônica, Grécia	Proceedings of 4th Conference on Sustainable Urban Mobility	Aristotle University of Thessaloniki, Thessaloniki, Greece
AREFI, Maïyer; KICKERT, Conrad	The Palgrave Handbook of Bottom-Up Urbanism	2009						Department of Planning and Landscape Architecture, University of Texas at Arlington, Arlington, TX, USA; School of Planning, University of Cincinnati, Cincinnati, OH, USA
BARATA, Aline F. e FONTES, Adriana S.	Urbanismo Tático: experiências temporárias na ativação urbana	2016	Explorar o potencial do Urbanismo Tático em ativar ruas, recuperar espaços subutilizados e fomentar a participação social na manutenção de cidades vivas e inclusivas	o Urbanismo Tático será apresentado como abordagem que visa tratar essas questões, investigando seu conceito e pertinência na atualidade, principalmente no que tange à ressignificação dos espaços públicos na era contemporânea. Segue Lyndon, et al.	Urbanismo Tático, sustentabilidade, participação social	Rio de Janeiro, Brasil	3º Seminário Nacional Habitar	UFRJ

Apêndice 2: Tabela de Táticas da Primeira Visita de Campo

Nome	Tática	Ano	Promotoras	Financiamento	Onde	Autor
Arte à vista	arte	2016			Vila Mariana	de Souza
Floresta de bolso	revegetação				Avenida Helió Pellegrino com Rua Clodomiro Amazonas	Carlin Paisaigismo
Paulista aberta	ruas abertas				Av. Paulista	
Parklets	Parklet	2012/2014	Municipalidade	Municipalidade	Visitar os mesmos da IC?	Vários
Pocket Park Praça da Amauri	Pocket Park	2002	Privado / Municipalidade	Privado / Municipalidade	Praça da Amauri	Isay Weimold
Praçinha Oscar Freire		2014	empresário João Paulo Dimiz	empresário João Paulo Dimiz	Rua Oscar Freire	Zaon U e A
Pocket Park Moema		2017			Av. Cotovia 382	
A Batata Precisa de você	Mobilário	2014	Subprefeitura de Pinheiros, o Jardim Pop Up, da Designok, e uma cobertura feita de guarda-sóis, feita e doada pelo coletivo Biabri.	Privado / Municipalidade	Largo da Batata	Jardim Pop Up, da Designok, e uma cobertura feita de guarda-sóis, feita e doada pelo coletivo Biabri.
Cidade 2000	Mobilidade	2017	Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil) realizou, em parceria com a Iniciativa Bloomberg para Segurança Global no Trânsito (BIGRS), a Desenho de Cidades (NACTO-GDCI), o WRI Brasil e a Vital Strategies.	Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil) realizou, em parceria com a Iniciativa Bloomberg para Segurança Global no Trânsito (BIGRS), a Iniciativa Global de Desenho de Cidades (NACTO-GDCI), o WRI Brasil e a Vital Strategies.	Bairro Santana - R. Dr. César com R. Salete	Bloomberg para Segurança Global no Trânsito (BIGRS), a Iniciativa Global de Desenho de Cidades (NACTO-GDCI), o WRI Brasil e a Vital Strategies.
Centro Aberto	Mobilidade	2014	Municipalidade	Municipalidade	Rua Galvão Bueno	Prefeitura SP
	Mobilário		Municipalidade	Municipalidade	Largo General Osório	Prefeitura SP
	Mobilário		Municipalidade	Municipalidade	Largo São Bento	Prefeitura SP
	Mobilário		Municipalidade	Municipalidade	Largo São Francisco	Prefeitura SP
	Mobilário		Municipalidade	Municipalidade	Largo Paissandu	Prefeitura SP
	Mobilário	2021	Municipalidade	Municipalidade	Minhocão	Prefeitura SP
Parque de Balanços no Anhangabau	Mobilário				Anhangabau	Basurama
Ocupa Rua	Mobilário	2020	Restaurantes	Caso do Porco Bar	R. Araújo, 124 (com a rua regenal.jardim) - República	Metro Arquitetos Associados
Sampapé	Mobilidade	2019	Movimento Boa Praça	We work	Paulista/Consolação	Sampapé
Vários grupos	Pinura				Minhocão (em baixo)	

Apêndice 3: Roteiro de Entrevistas

1. Roteiro para Autores(as):

O que é Urbanismo Tático para você?

Quais autores(as) você considera como referência para o tema?

Você leu o texto de Brenner "Seria o Urbanismo Tático uma resposta ao Urbanismo

Neoliberal"? Se, sim, quais considerações acha relevantes?

Para você, como se dão as práticas de Urbanismo Tático no Brasil?

Quando e como se deu o seu interesse por Urbanismo Tático?

Como você avalia o cenário de Urbanismo Tático no Brasil? E no exterior?

Você tem contato com outros autores que discorrem sobre Urbanismo Tático no Brasil ou no exterior?

Você tem contato com outros promotores de Urbanismo Tático no Brasil ou no exterior?

Você esteve envolvido(a) com alguma prática de Urbanismo Tático? Se sim, qual e em qual nível de interação?

Quais desdobramentos dessa(s) prática(s) hoje?

2. Roteiro para a Gestão Municipal de São Paulo:

2.1. Gestão Atual:

Como o atual governo vê as ações de Urbanismo Tático?

Existem novos projetos ligados ao Urbanismo Tático?

Existe um gerenciamento dos equipamentos ligados às ações táticas?

Por que o plano diretor de 2014 não está sendo aplicado na íntegra em relação às ações táticas?

Quantos Parklets ativos têm atualmente na cidade? Esse número caiu/subiu desde a nova gestão?

Ainda existe algum Parklets da gestão municipal?

Há uma recente reforma nas ações do centro aberto. Como e por quê essa demanda surgiu?

Novos espaços serão implementados?

Durante as gestões após o governo Haddad, o número de ruas abertas diminuiu drasticamente, restando, hoje, somente a Paulista Aberta. Por que apenas essa continua ativa?

Por que não retomar todo o projeto das Ruas Abertas?

Existe uma estimativa de quantas pessoas frequentavam as ruas abertas? E na Av. Paulista?

Existe uma estimativa de ganhos com as ruas abertas?

Existe uma avaliação de impacto das ações táticas?

2.2.No período da Gestão Haddad:

Quais ações de Urbanismo Tático a prefeitura incentivou? Quais foram desativadas ainda na gestão Haddad? Por quê?

Quais medidas foram necessárias para implementação dessas ações?

Quantos % do orçamento era destinado às ações de Urbanismo Tático?

Existia uma demanda específica para implementação das ações táticas?

Como surgiu a ideia das Cartilhas ligadas ao Centro Aberto e Parklets? Qual era sua principal função? Foi atingido o objetivo?

Existe uma avaliação de impacto das ações táticas?

3.Roteiro para Proponentes do Urbanismo Tático:

Quais ações de Urbanismo Tático você/seu grupo promoveu?

Foram ações voluntárias, particulares ou de interesse público? O financiamento também?

Qual foi o papel do poder público?

Qual período de atuação (espaço de tempo em que o grupo produziu tais ações)?

Houve uma avaliação de pós ocupação?

Qual terminologia você/o grupo usa para designar o Urbanismo Tático?

Como surgiu o interesse no Urbanismo Tático?

Vocês escreveram algo sobre essas ações? Se sim, onde foi publicado?

Você leu algo sobre Urbanismo Tático antes de atuar na área?

Quais são/foram suas referências (teóricas e/ou projetuais)?

Apêndice 4: Aprovação da Plataforma Brasil

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS
E HUMANIDADES DA
UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INVESTIGAÇÕES CRÍTICAS ACERCA DO URBANISMO TÁTICO: [in]congruências e disputas

Pesquisador: ANA CAROLINA MARTINS DIAS FELIZARDO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69393123.1.0000.5390

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.051.047

Apresentação do Projeto:

Considerando o Urbanismo Tático uma resposta ambígua ao urbanismo neoliberal e entendendo suas práticas como remodelações de ações já praticadas no cotidiano, mas não oficialmente formalizadas, esta pesquisa busca compreender o contexto de criação do conceito do Urbanismo Tático nos Estados Unidos, e posterior importação do conceito e táticas para o Brasil, movimento que ocorreu de forma descontextualizada com as dinâmicas socioeconômicas brasileiras. Em "Tactical Urbanism: Short Term Actions, Long Term Change." (2011), Lyndon e seus colaboradores são os primeiros a conceituarem as ações táticas como intervenções que se propõem a ter caráter voluntário e experimental, de impacto local, baixo custo, com uma resposta rápida e realista, e que incentivem o capital social. Os proponentes podem ser tanto cidadãos, como ONGs, entidades, instituições, comércios, serviços, entre outros organismos privados, como também a própria governança (Lyndon et al. 2011). Para entender esse processo, conceituações e práticas, além de sua importação para o cenário brasileiro, será utilizado o método de estudo de caso, amparado por revisões bibliográficas e sistemáticas para contextualização do conceito, além de uma análise comparativa entre os autores nacionais e internacionais. Entrevistas com os agentes promotores de táticas urbanas e autores referência serão realizadas. Os resultados serão apurados a partir de três análises: (1) entre os posicionamentos dos textos; (2) entre as discussões presentes na literatura nacional e

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

UF: SP

Telefone: (11)3091-1046

CEP: 03.828-000

Município: SAO PAULO

E-mail: cep-each@usp.br

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS
E HUMANIDADES DA
UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP



Continuação do Parecer: 6.051.047

internacional, compondo o cerne das análises comparativas quanto à importação do conceito versus a origem do mesmo; e (3) entre a própria importação do conceito e a prática, através do estudo de caso. Dados os cenários internacional e brasileiro na produção das táticas urbanas e nas definições conceituais e teóricas, o Urbanismo Tático ainda é um termo em disputa, investigar as questões que o rodeiam é fundamental para entender esse processo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

A pesquisa tem como objetivo central estudar o Urbanismo Tático, suas conceituações e práticas como modos de produção das cidades, entre a crítica e a ampliação do chamado urbanismo liberal, além da importação do mesmo para o cenário brasileiro.

Objetivo Secundário:

Entender a conjuntura do surgimento, implementação e adoção das ações táticas nos Estados Unidos;
Entender a conjuntura da importação e adoção das ações táticas urbanas em São Paulo e contextualizar esse processo;
Categorizar e mapear os teóricos do urbanismo tático para entender as relações de disputa em relação ao termo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Invasão de privacidade; Divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE);- Tomar o tempo do entrevistado ao responder ao questionário/entrevista

Benefícios:

Expressar seus posicionamentos e entendimentos com respeito ao tema tratado, de modo a contribuir para o debate científico e acadêmico sobre o mesmo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de projeto de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03.828-000

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS
E HUMANIDADES DA
UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP



Continuação do Parecer: 6.051.047

Instituto de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo, com orientação do Prof. Dr. David M. Sperling. A pesquisa tem como objetivo central estudar o Urbanismo Tático, suas conceituações e práticas como modos de produção das cidades, entre a crítica e a ampliação do chamado urbanismo liberal, além da importação do mesmo para o cenário brasileiro.

Pretende-se, por meio da realização de entrevista semiestruturada, ao longo de sessões entre 30 (trinta) minutos à 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, dialogar sobre o conceito e ações de Urbanismo Tático no Brasil e nos Estados Unidos, e os desdobramentos dos mesmos. O conteúdo será gravado para posterior transcrição e trata-se de obtenção de informação para embasar as análises que serão realizadas pela pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresentou o TCLE adequado aos participantes.
Apresentou cronograma adequado.

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considera-se aprovado o projeto em epígrafe sob o ponto de vista ético.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado, pois está de acordo com a Resolução CNS Nº 510/2016 relacionada à Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e finais da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas pelo CEP, conforme Norma Operacional CNS n 001/13, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2131262.pdf	05/05/2023 11:18:42		Aceito

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000
Bairro: Ermelino Matarazzo **CEP:** 03.828-000
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3091-1046 **E-mail:** cep-each@usp.br

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS
E HUMANIDADES DA
UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP



Continuação do Parecer: 6.051.047

Outros	Roteiro_entrevistas.pdf	05/05/2023 11:18:05	ANA CAROLINA MARTINS DIAS FELIZARDO	Aceito
Outros	CARTA_ACMDF.pdf	05/05/2023 10:53:12	ANA CAROLINA MARTINS DIAS FELIZARDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Entrevistas.pdf	05/05/2023 10:43:51	ANA CAROLINA MARTINS DIAS FELIZARDO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pb.pdf	02/05/2023 14:38:50	ANA CAROLINA MARTINS DIAS FELIZARDO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao.pdf	02/05/2023 14:23:58	ANA CAROLINA MARTINS DIAS FELIZARDO	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	02/05/2023 14:11:43	ANA CAROLINA MARTINS DIAS FELIZARDO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 10 de Maio de 2023

Assinado por:

Beatriz Aparecida Ozello Gutierrez
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03.828-000

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br